



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE A COMISSÃO
NACIONAL DA VERDADE**

ROSIANE ALVES DE ALBUQUERQUE

JOÃO PESSOA, JUNHO/2016

ROSIANE ALVES DE ALBUQUERQUE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE A COMISSÃO
NACIONAL DA VERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

JOÃO PESSOA, JUNHO/2016

A345r Albuquerque, Rosiane Alves de.
Representações sociais de universitários sobre a Comissão Nacional da Verdade / Rosiane Alves de Albuquerque.- João Pessoa, 2016.
152f.
Orientadora: Cleonice Pereira dos Santos Camino
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Direitos humanos. 2. Representações Sociais.
3. Comissão Nacional da Verdade. 4. Justiça transicional.

UFPB/BC

CDU: 342.7(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Rosiane Alves de Albuquerque

Título: Representações Sociais de Universitários sobre a Comissão Nacional da Verdade

Dissertação apresentada à
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social.

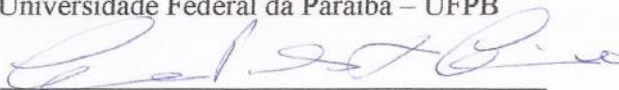
Aprovada em: 16 de junho de 2016.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino - Orientadora

Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB


Assinatura:



Prof. Dr. Júlio Rique Neto

Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB

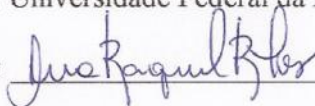
Assinatura:



Profª. Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB

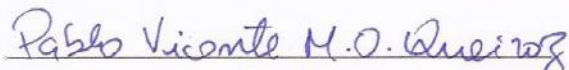
Assinatura:



Prof. Dr. Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Assinatura:



*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra- mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera*

Primavera nos dentes
(Escrito por João Apolinário, gravado por *Secos e Molhados*, em 1973)

Agradecimentos

Àquele que me ajuda a amar o que não compreendo e a confiar no que não conheço.

Ao meu sangue, meu pai João e minha mãe Maria, minhas maiores saudades, aqueles que, mesmo não compreendendo “os meus motivos de sair de lá”, sempre me apoiaram, ainda que entre lágrimas e corações apertados.

À minha irmã Lene, com quem aprendo a ensinar sobre o que des-conheço.

Ao meu companheiro Francisco, por ser a medida da minha desmedida, o chão que me acolhe na queda, o braço forte que me ergue na fraqueza e a leveza em meio ao caos.

À minha mãe paraibana, mamys Salete, minha sogra e grande incentivadora dos meus sonhos mais surreais.

A Eloá e Thalita, minhas amigas, meus grudis, minhas fortalezas, aquelas que acreditaram em mim, sobretudo quando deixei de acreditar, que me impulsionaram quando estagnei, que doeram e superaram comigo e que me ensinam diariamente a ser uma pessoa melhor.

Aos meus amigos existenciais Roberta, Bruno, Frankleudo e Rômulo, que enfrentaram muitas barras ao meu lado, contudo sem nunca deixar o sorriso desvanecer-se.

À minha terapeuta Mirelly, por acolher-me, ajudar-me a re-significar o meu sofrimento e por vibrar pela minha superação.

Aos meus eternos mestres, professores do curso de Psicologia da UFC Sobral, em especial à Erica, Ritinha, Denise, Márcio e Gislene, pela inspiração que não cessa e pelo exemplo que não passa.

Aos meus companheiros de mestrado, em especial, Hyalle, Andreza, Eldo e Lorena, por tornarem doces os dias de luta.

À Professora Ana Raquel, pela inspiradora e inesquecível experiência de Estágio docência e pelo carinho sussurrado nos gestos mais simples.

À Professora Cleonice, por aceitar o desafio da orientação a uma desconhecida, pela paciência e pelos grandes ensinamentos.

Aos Professores Júlio Rique e Pablo Queiroz, pelas valiosas e pertinentes contribuições ao longo do feitiço desta dissertação.

Ao Professor Dario Paez, pelo convite para a aplicação, no Brasil, do instrumento utilizado neste estudo, pela oportunidade de integrar uma pesquisa internacional de grande relevância social para a Psicologia.

Ao meu amigo acadêmico Anderson Mathias, grande incentivador da minha jornada docente, pela confiança no meu trabalho e pela generosidade com que sempre me acolhe.

Aos meus companheiros de NPDSM, por sempre me acolherem e torcerem pelo meu sucesso.

Ao CNPq, pelo auxílio estudantil financeiro, sem o qual não teria conseguido realizar esta pesquisa.

Resumo

A presente dissertação de mestrado é fruto de um estudo empírico situado no campo da Justiça transicional, mais especificamente, das Comissões da Verdade (CV), das Representações Sociais e dos Direitos Humanos. De modo mais amplo, este trabalho constitui a inserção do Brasil numa pesquisa sobre países latinoamericanos que instauraram CVs, como o Chile, Argentina, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. A CV é uma modalidade de justiça transicional, instalada após regimes repressivos ou conflitos armados, que contribui para a transição democrática dos países. Dentre os objetivos dessas comissões estão: conhecimento da verdade sobre o ocorrido, construção de uma memória coletiva e busca por justiça junto às vítimas. Implantada em março de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) estendeu suas atividades até dezembro de 2014. Apesar da criação da CNV constituir um marco para a história e democracia brasileiras, a psicologia, enquanto ciência e conhecimento sociopolítico, pouco tem contribuído com a discussão das graves violações dos DH ocorridas no Brasil. Esse déficit reflete na baixa produção sobre o tema. O Brasil figura como um dos últimos países da América Latina a instalar uma CV, considerando o intervalo de tempo entre o fim do regime ditatorial e a implantação da comissão. Da Ditadura Militar (1964-1985) à criação da CNV passaram-se 27 anos. Esses dados e o impacto pouco expressivo da CNV demonstram a dificuldade do brasileiro em lidar com o passado. No presente estudo, buscou-se verificar as representações sociais de universitários sobre a CNV e como essas representações relacionavam-se com variáveis correspondentes às ideias força. Especificamente, pretendeu-se investigar a relação entre variáveis referentes às ideias força; analisar a relação entre variáveis correspondentes à Ditadura Militar (DM); verificar a relação entre ideias força e variáveis referentes à DM; examinar a relação entre ideias força e variáveis relativas à CNV; e investigar a relação entre variáveis correspondentes à DM e variáveis relativas à CNV. Este estudo tem caráter transversal e contou com a participação de 252 universitários do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPB, localizado no Campus I, em João Pessoa/PB. O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu num questionário, composto por diferentes escalas temáticas (Grau de exposição à violência, Predisposição para rever o passado, Compartilhamento social sobre a DM e a CNV, Avaliação do trabalho da CNV, Indicadores de concordância com o uso da violência, Grau de pós-convencionalismo, Atitudes frente aos DH, Confiança institucional, Princípios básicos de igualdade e tolerância, Orientação política, etc.), já elaborado e aplicado em outros países (Chile, Argentina, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai), traduzido do espanhol para o português e validado semanticamente. Para a análise de dados, foi utilizado o *software* SPSS. Realizaram-se análises descritivas, análises de correlação, análises fatoriais e regressões lineares múltiplas. Dentre os resultados, foi possível verificar que as ideias força – aspectos políticos, ideológicos e morais –, conceituadas por Doise, ancoraram as representações sociais da CNV e que a aprovação do trabalho da CNV e a predisposição positiva para a revisão do passado são coerentes com as atitudes positivas frente aos DH.

Palavras-chave: Representações Sociais, Comissão Nacional da Verdade, Justiça Transicional, Direitos Humanos.

Abstract

Social Representations of college students on the National Truth Commission

This master thesis is the result of an empirical study located in the field of transitional justice, more specifically, the Truth Commissions (TC), the Social Representations and Human Rights (HR). More broadly, this work is the inclusion of Brazil in a survey of Latin American countries that have established TCs, such as Chile, Argentina, Ecuador, Paraguay, Peru and Uruguay. The TC is a form of transitional justice, installed after repressive regimes or armed conflict, contributing to the democratic transition of the country. Some objectives of these committees are: knowledge of the truth about what happened, building a collective memory and search for justice from the victims. Introduced in March 2012, the National Truth Commission (NTC) extended its activities by December 2014. Despite the creation of NTC constitute a milestone in the Brazilian history and democracy, psychology as a science and socio-political knowledge has contributed little to the discussion about serious violations of HR occurred in Brazil. This deficit reflects the low production on the subject. Brazil features as one of the last countries in Latin America to set up a TC, considering the time interval between the end of the dictatorship and the establishment of the commission. From the military dictatorship (1964-1985) to the creation of NTC it took 27 years. These data and little social impact of NTC demonstrate the difficulty of Brazilian people in dealing with the past. In the present study, we sought to verify the social representations of College students on the NTC and how these representations were related to corresponding variables to force ideas. Specifically, we sought to investigate the relationship between variables related to force-ideas; analyze the relationship between variables corresponding to the Military Dictatorship (MD); check the relationship between strength and ideas variables related to MD; examine the relationship between force-ideas and related variables and NTC; investigate the relationship between variables corresponding to the MD and variables related to NTC. Participants were 252 students of the Center for Humanities of UFPB, located in the Campus I, in João Pessoa/PB, Brazil. The instrument used for data collection consisted of a questionnaire composed of different thematic scales (Degree of exposure to violence; Predisposition to review the past, social sharing on MD and NTC, rating of the work of NTC; violence usage compliance indicators, degree of post-conventionality; Attitudes to HR, institutional trust; basic principles of equality and tolerance, political orientation, etc.), was developed and implemented in other countries (Chile, Argentina, Ecuador, Paraguay, Peru and Uruguay), translated from Spanish to Portuguese and validated semantically. Data analyses were performed using SPSS software. Descriptive analysis, correlation analysis, factor analysis and multiple linear regressions were performed. Among the results we observed that the force-ideas - political, ideological and moral aspects -, concepts for Doise, anchored the social representations of NTC and to the approval of the NTC work and positive predisposition to the last review are consistent with the positive attitudes to HR.

Keywords: Social Representations, National Commission of Truth, Transitional Justice, Human Rights.

Sumário

Lista de Siglas	11
Lista de Tabelas	13
Introdução	14
1. Representações Sociais	18
1.1. Origens da Teoria das Representações Sociais	18
1.2. A Teoria das Representações Sociais	19
1.2.1. Apresentação.....	19
1.2.2. Formação de Representações Sociais: ancoragem, objetivação e atitudes.....	24
1.3. Abordagem psicossociológica de Willem Doise: Direitos Humanos e Representações Sociais.....	27
1.4. Estudos Empíricos	30
1.5. Conclusão do capítulo	39
2. Comissão da Verdade.....	41
2.1. Justiça transicional: Comissões da Verdade no mundo e na América Latina	41
2.1.1. Justiça transicional e Comissões da Verdade	41
2.1.2. Comissões da Verdade no mundo	46
2.1.3. Comissões da Verdade na América Latina	49
2.2. Comissão Nacional da Verdade.....	53
2.2.1. Ditadura Militar	53
2.2.1.1. Período pré-ditatorial	53
2.2.1.2. Período ditatorial	56
2.2.2. Graves violações dos Direitos Humanos	60
2.2.2.1. Repressão às Ligas Camponesas e às Universidades	63
2.2.3. A Lei de Anistia	64
2.2.4. A Comissão Nacional da Verdade	65
2.2.4.1. Apresentação	65
2.2.4.2. Atividades	67
2.2.4.3. Relatórios Parciais e Relatório Final	69
2.3. A Comissão Estadual da Verdade Paraibana	72

2.4. Estudos Empíricos	75
2.5. Conclusão do capítulo	95
3. Objetivos	97
3.1. Objetivo geral	97
3.2. Objetivos específicos	97
4. Método	98
4.1. Participantes	98
4.2. Instrumento	98
4.3. Procedimentos éticos	104
4.4. Procedimentos de coleta	105
4.5. Procedimentos de análise	105
5. Resultados	107
6. Discussão	123
7. Considerações Finais	133
Referências	136
Apêndice	139

Lista de Siglas

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CNPPT – Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

CV – Comissão da Verdade

CVR – Comissão da Verdade e Reconciliação

CVV – Comissão Camponesa da Verdade

DH – Direitos Humanos

DOI – Destacamento de Operações de Informações

DM – Ditadura Militar

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OBAN – Operação Bandeirantes

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

RC – Representações Coletivas

RS – Representações Sociais

SPSS -Statistical Package for the Social Science

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa

USP – Universidade de São Paulo

TRS – Teoria das Representações Sociais

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização da amostra de participantes.....	107
Tabela 2 – Correlações entre itens de diferentes escalas e a Orientação política.....	114
Tabela 3 – Análise fatorial da Escala de confiança institucional.....	118
Tabela 4 – Indicadores de ajuste e coeficientes de regressão dos cinco modelos testados (variáveis critério em itálico).....	121

Introdução

O presente trabalho objetivou verificar as representações de universitários sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Nota-se que, apesar de sua criação, em 2011, constituir um marco para a história e democracia brasileiras, a psicologia, enquanto ciência e conhecimento sociopolítico, pouco tem contribuído com a discussão das graves violações dos Direitos Humanos (DH) ocorridas no Brasil. Esse déficit se reflete na baixa produção brasileira sobre o tema. Na realidade, a maioria dos estudos encontrados (Pinto, 2010; Machado, 2013; Neves, 2012; Zyl, 2009; Brito, 2009; Lafer, 2012; Sandoval, 2014) problematiza a realidade brasileira ao nível comparativo com outros países, sobretudo com os latinoamericanos, que compartilham de um passado repressivo e optaram pela instalação de CVs em suas transições democráticas. O Brasil figura como um dos últimos países da América Latina a instalar uma CV, considerando o intervalo de tempo entre o fim do regime ditatorial e a implantação da comissão. Esse dado e o impacto pouco expressivo da CNV demonstram a dificuldade do brasileiro em lidar com o passado e isso incide inevitavelmente na consequente e aguda crise política brasileira atual. Considerando a pouca produção de trabalhos empíricos sobre a CNV, a presente dissertação é, concomitantemente, um desafio e uma contribuição para a Psicologia Social. Um desafio por adentrar em um tema obscuro e pouco explorado e uma contribuição por possibilitar o conhecimento de dados empíricos importantes do ponto de vista científico.

Pretende-se investigar como as representações sociais da CNV relacionam-se com variáveis correspondentes às ideias força (orientação política, confiança institucional, atitudes frente aos Direitos Humanos, princípios de igualdade e tolerância, indicadores de concordância com a violência e grau de pós-convencionalismo). Também pretende-se investigar a relação entre variáveis referentes às ideias força; analisar a relação entre variáveis

relatias à Ditadura Militar (DM); verificar a relação entre ideias força e variáveis referentes à DM; examinar a relação entre ideias força e variáveis relativas à CNV; e investigar a relação entre variáveis correspondentes à DM e variáveis relativas à CNV.

O referido trabalho está situado, num primeiro momento, no campo dos Direitos Humanos e das Representações Sociais. De modo mais peculiar, está inserido no território da Justiça transicional, especificamente no que se refere à Ditadura Militar brasileira. A partir dos eixos temáticos expostos, considerou-se como aporte teórico: a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovi (1961/2012; 1975/2007), e a abordagem psicossociológica dos Direitos Humanos (DH), de Willem Doise (2002a; 2002b). Considerou-se, ainda, estudos empíricos acerca das Representações Sociais (RS) e dos DH, bem como a literatura sobre a Ditadura Militar (DM) e sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em consonância com os objetivos propostos, o presente trabalho está estruturado em sete capítulos.

No primeiro capítulo, encontra-se a fundamentação teórica correspondente à Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (1961/2012; 1975/2007) e à abordagem psicossociológica dos Direitos Humanos, de Willem Doise (2002a; 2002b). No que se refere às RS, é abordada a TRS em suas origens, conceituação, desenvolvimento e seus processos de formação de representações através da ancoragem, objetivação e atitudes. Em relação à abordagem psicossociológica dos DH, desenvolve-se uma apresentação, seguida de seus principais aspectos, o conceito de ideias força, os níveis de análise em Psicologia Social, as hipóteses de estudo das RS dos DH e as estratégias para o estudo das ancoragens. Em seguida, são apresentados estudos empíricos que tratam da investigação das RS dos DH e suas relações com as ideias força.

O segundo capítulo trata de dois eixos principais, a Justiça transicional e a Comissão Nacional da Verdade. Em relação à Justiça transicional, desenvolveu-se um breve histórico e

conceituação, objetivando apresentar um panorama das experiências de implantação de Comissões da Verdade pelo mundo e, de modo mais específico, pela América Latina. No que se refere à Comissão Nacional da Verdade, optou-se, inicialmente, por um breve resgate histórico da Ditadura Militar, didaticamente dividido em período pré-ditatorial e período ditatorial. Em seguida, especificou-se o que é considerado como grave violação dos DH, com destaque para a repressão às Ligas Camponesas e às Universidades. Antes de dar início ao tópico específico sobre a CNV, decidiu-se explicar brevemente sobre a Lei de Anistia. Em relação à CNV, propriamente dita, são apresentados o seu histórico, suas atividades e um resumo do conteúdo dos seus relatórios parciais e final. A título de contextualização, foi desenvolvido um tópico sobre a Comissão Estadual da Verdade Paraibana. Por fim, são apresentados estudos empíricos que tratam de diversos contextos ditatoriais e experiências transicionais que instalaram as CVs.

No terceiro capítulo, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam este trabalho.

O quarto capítulo corresponde à descrição do método adotado no presente trabalho, com detalhes sobre os participantes, instrumento, procedimentos éticos, de coleta e de análise de dados.

No quinto capítulo, são apresentados os resultados das análises realizadas neste estudo.

No sexto capítulo, é desenvolvida a discussão dos resultados obtidos no presente trabalho, relacionando-os com as teorias e com os estudos empíricos apresentados nos capítulos teóricos.

O sétimo capítulo apresenta as considerações finais correspondentes às conclusões referentes à discussão dos resultados e ao presente estudo, com sugestões para estudos futuros.

1. Representações Sociais

1.1. Origens da Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi elaborada pelo psicólogo social romeno, radicado na França, Serge Moscovici e apresentada ao público em 1961, com a publicação da obra *La psychanalyse, son image et son public*. O estudo relatado nessa tese abordou como os franceses representavam a psicanálise na década de 1950.

Farr (1995), pautado na história do desenvolvimento teórico das Representações Sociais (RS), esclareceu que o conceito de representação social, definido por Moscovici, é inspirado na ideia de Representações Coletivas (RC), de Émile Durkheim. Contudo, para Farr (1995), a teoria de Moscovici ultrapassou a de Durkheim na medida em que superou a dicotomia indivíduo/sociedade, sujeito/objeto, colocando ambos em relação. Moscovici (1975/2007) elucida que, embora a Sociologia admitisse a existência de RS, essa superação das dicotomias deve-se à especificidade, no campo disciplinar, atribuída à Psicologia Social, que, diferente da Sociologia, permite o estudo da estrutura e da dinâmica dessas representações.

Moscovici (1975/2007) esclarece que as representações coletivas abarcam desde formas intelectuais complexas, como a ciência, a religião e os mitos, até qualquer tipo de ideia, emoção ou crença. Elas consideram ideias e crenças gerais e colocam-nas em relação com práticas ou realidades não gerais. Desta forma, as RC dizem respeito a uma classe geral de ideias e crenças, enquanto as representações sociais (RS) são fenômenos que possuem a especificidade de, ao mesmo tempo, produzirem o senso comum e a realidade e serem produzidos por estes. Todas as crenças, ideologias e conhecimentos são representações sociais. Essas representações participam das nossas percepções, inferências e tentativas de

compreensão da realidade. Elas surgem espontaneamente em nossa mente visando a dar sentido ou explicação a uma situação.

De acordo com Moscovici (1961/2012), Durkheim utilizou o termo representação coletiva com o intuito de chamar a atenção para a peculiaridade do pensamento social em relação ao pensamento individual, destacando que as RC não podem ser meramente reduzidas a um somatório de representações individuais. Por outro lado, as RS, na opinião de Durkheim, designavam classes muito amplas de fenômenos psíquicos e sociais, uma vez que elas envolvem imagens e a linguagem e traduzem-se em recortes simbólicos de situações e ações ordinárias.

Moscovici (1975/2007) compreende que Durkheim tinha uma ideia mais estática das representações, enquanto ele as concebe de uma forma dinâmica, própria da sociedade atual, imersas num fluxo tão acelerado que não sobrevivem por tempo o bastante para se consolidar e fincar raízes que as permitam ser repassadas pela tradição. Moscovici, ao contrário de Durkheim, não atribui a existência das RC às sociedades primitivas, pois acredita que ambas coexistem em nossa sociedade. A adjetivação das representações como sociais foi, para Moscovici (1975/2007), uma forma de romper com os significados que o termo coletivo carrega consigo e de aproximar o conceito do termo sociedade.

1.2. A Teoria das Representações Sociais

1.2.1. Apresentação

Serge Moscovici, segundo Álvaro e Garrido (2006), propôs a TRS como uma alternativa ao individualismo da psicologia social cognitiva tradicional. A proposta de Moscovici era a de utilizar a perspectiva psicossocial no estudo dos processos cognitivos, com o enfoque voltado para o conhecimento socialmente partilhado e sua dimensão social e simbólica, rompendo com o foco nos processos cognitivos individuais. Segundo Álvaro e

Garrido (2006), a TRS é um dos pilares do desenvolvimento da Psicologia Social Europeia. Considerando a Psicologia Social atual, é provável que a TRS seja a teoria mais disseminada na Psicologia Social Europeia e Latino-americana. Os autores observam que seu alcance também atingiu a Psicologia Social Norte-americana.

Apesar da ampla disseminação da TRS, o conceito de representação social é bastante complexo. Moscovici (1961/2012) atribui essa complexidade tanto a razões históricas, que ele delega aos historiadores, quanto a razões não históricas, que ele atribui ao lugar fronteiro que a representação social ocupa na interseção entre a sociologia e a psicologia. Para ele, as RS constituem entidades quase palpáveis que, por intermédio das interações sociais e da linguagem, deslocam-se, encontram-se e cristalizam-se. Há uma circularidade no processo representacional, na qual as RS são, simultaneamente, a substância simbólica resultante do processo de elaboração e a prática que dá vazão a essa substância, ou seja, as representações sociais dizem respeito tanto à representação em si quanto ao processo responsável pela formação dessa representação. As premissas que orientam as RS são a não heterogeneidade absoluta entre o sujeito e o objeto, a continuidade entre o universo exterior e o do indivíduo e a concepção parcial e ativa dos objetos. A representação enuncia uma relação com o objeto tanto de ordem perceptiva, que implica a presença deste, quanto de ordem conceitual, que envolve a sua ausência.

As representações sociais são concebidas por Moscovici (1975/2007) como autênticas teorias do senso comum, formas coletivas de ciência que interpretam e constroem as realidades sociais. Elas são entidades sociais autônomas que se comunicam entre si, metamorfoseiam-se, relacionam-se e esgotam-se para retornar sob outra forma ou dar lugar a outras representações. As RS materializam ideias em experiências coletivas e estão dispostas para nós assim como a atmosfera. Moscovici (1975/2007) recorre a três hipóteses tradicionais para tentar responder à questão do porquê de nós criarmos representações sociais:

(1) Hipótese da desiderabilidade: um indivíduo ou um grupo busca elaborar imagens ou sentenças segundo suas necessidades, objetivando revelar, ocultar ou distorcer as suas intenções;

(2) Hipótese do desequilíbrio: as ideologias ou visões de mundo atuam desestabilizando tensões psicológicas ou emocionais provocadas por fracassos ou baixa habilidade social, na tentativa de restabelecer o equilíbrio interior através de uma compensação imaginária;

(3) Hipótese do controle: através das representações, os grupos filtram as informações oriundas do ambiente intencionando exercer controle sobre os comportamentos individuais para manipular o pensamento e a estrutura da realidade.

Embora o autor considere que todas as hipóteses têm sua parcela de verdade, ele reconhece que elas não dão conta de responder à questão por completo, em virtude de serem demasiado gerais. Porém, coloca que os indivíduos também criam RS objetivando diminuir o percentual de não-comunicação, ou seja, criam RS para transformar o não-familiar (não comunicável) em familiar (comunicável).

Toda e qualquer informação adquirida pelos indivíduos sofre distorções por parte de representações superimpostas tanto a pessoas quanto a objetos. Para Moscovici (1961/2012), as RS têm um papel ativo através do qual modelam o que é encontrado no exterior por meio de interações sociais. Por mais que esse papel também seja de reprodução, ele demanda processos mais refinados como a acomodação de estruturas, a remodelagem de elementos e a reconstrução valorativa dos dados contextuais. As RS são por natureza um processo psíquico, um tipo de conhecimento singular que orienta os comportamentos e a comunicação interindividual.

Segundo Moscovici (1975/2007), quando se pensa a realidade, as representações sociais estão presentes em tudo o que a constitui e são tudo aquilo que se possui. As RS

encarnam a realidade de forma inquestionável, de modo que toda interação humana as presume e sem interação não há representação. Através delas, pode-se conhecer o referencial de mundo utilizado por um grupo ou por um indivíduo em suas ações e posicionamentos.

Ao adjetivar as representações como sociais, Moscovici (1975/2007) buscou, sobretudo, enfatizar a sua característica simbólica que é a de ser composta por elementos perceptivos e também cognitivos. O autor afirma que as RS são essencialmente históricas e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a mais tenra idade. Para ele, as representações não devem ser reduzidas a uma réplica da realidade, elas devem ser percebidas como contínuas e internas à sociedade, de tal forma que consistam simultaneamente no signo e na textura do que é imaginado, exprimindo tanto o sentido das coisas quanto as suas ausências e invisibilidades.

As RS se constroem e se transformam através da comunicação cotidiana e nem sempre são as mesmas para todas as pessoas e em todas as épocas ou lugares. Moscovici (1975/2007) pontua que elas são complexas e referenciadas em pensamentos, discursos e representações anteriores, dependem de sistemas de crença enraizados em valores, tradições e imagens do mundo. Todas as RS se dão processualmente e tem uma gênese que, embora inacabada e alimentada ou corrompida por outros fatos e discursos, pode ser descoberta. Nossas representações sempre passam pelo filtro do discurso do outro, das nossas experiências e dos nossos grupos de pertença. Elas também são instituições compartilhadas por nós que preexistem à nossa gestação. Novas representações são formadas a partir de representações anteriores ou contra elas. A origem de uma RS não está necessariamente ancorada no raciocínio e na informação, podendo, por vezes, estar ferozmente em oposição a esses princípios.

Moscovici (1975/2007), ao falar do aspecto psicológico das representações sociais, sugere que há três formas de o caráter social delas advir de sua constituição enquanto fatos

psicológicos: (a) as representações são impessoais, ou seja, são compartilhadas por todos; (b) as representações são de outros, pois se referem a outras pessoas ou grupos; (c) as representações são pessoais, ou seja, são compreendidas afetivamente como próprias do ego.

As representações são dotadas de atributos icônicos e simbólicos interdependentes. Elas possuem um padrão de núcleo figurativo que consiste num conjunto de imagens através do qual cada imagem associa-se a uma ideia e vice-versa. Quando um núcleo figurativo é aceito pela sociedade, toda e qualquer coisa a ele associada circula com maior facilidade e utiliza-se com maior frequência das palavras a ele associadas.

Segundo Moscovici (1975/2007), as RS possuem duas funções:

(1) Convencionalização: consiste na classificação de objetos, pessoas ou acontecimentos em distintas categorias e modelos, permitindo às pessoas conhecerem a ligação entre a representação e o que é representado. Por meio dessa função, mesmo que o objeto ou a pessoa não se acomode exatamente em uma determinada categoria, ele será forçosamente encaixado nela. As convenções, também pautadas em convenções prévias, auxiliam as pessoas a construir uma escala para avaliar o quão significativo é um acontecimento. Embora as pessoas sejam inconscientes das convenções subjacentes, os processos de classificação que regulam sua forma de olhar, elas podem, em parte, tomar consciência e desvencilharem-se de algumas delas, porém jamais libertarem-se de todas elas.

(2) Prescrição: consiste na imposição de representações que são anteriores ao nascimento de um indivíduo e transmitidas através da tradição. O modo como os indivíduos pensam depende das representações que eles têm e que são re-produzidas ao longo de gerações, por meio de uma estrutura preexistente que determina o que se deve pensar. É objetivo das representações sociais retratar significativamente o mundo. Essa função garante a imposição das representações ao longo de sucessivas gerações a tal ponto que se pode falar em uma reprodução dessas representações que são repensadas, recitadas e rerepresentadas. O

autor enfatiza que, sob diversos ângulos, o passado pode ser mais palpável do que o presente e que a força das representações sociais reside no domínio bem-sucedido da realidade atual através da realidade decorrida. Quanto mais inconsciente for a gênese de uma representação e maior a ignorância frente à sua natureza convencional, mais enraizada ela é, logo, maior a sua influência.

O principal propósito da TRS, de acordo com Moscovici (1975/2007), é conhecer como os indivíduos e os grupos constroem um mundo estável e previsível em meio à grande pluralidade em que estão inseridos. A finalidade de toda RS é criar um elo entre o estranho e o familiar. Em nosso Universo consensual, o território do senso comum, há uma tensão constante entre o familiar e o não-familiar que tende para a familiarização, uma vez que a não-familiaridade representa a presença real do que na verdade está ausente. Para Moscovici (1961/2012), uma RS revela-se onde a identidade coletiva está ameaçada, quando há atrito entre as normas sociais e a comunicação dos conhecimentos.

1.2.2. Formação de Representações Sociais: ancoragem, objetivação e atitudes

Moscovici (1975/2007) estabelece dois processos responsáveis pela formação das RS que se fundamentam na memória e em conclusões passadas e auxiliam na familiarização do não-familiar:

(1) *Ancoragem*: é o processo que permite classificar o não familiar a partir de categorias pré-estabelecidas. Possui duas fases: classificação e denominação. Ambas permitem aos indivíduos definirem qual conduta tomarem em relação a algo ou alguém. Na ancoragem, ainda que se observe alguma incongruência entre o conhecido e o desconhecido, mantém-se o foco na familiarização a fim de resguardar ao processo o mínimo de coerência necessário. A própria representação consiste num sistema de classificação isento de neutralidade que possibilita aos indivíduos teorizar sobre a sociedade e a natureza humana.

Na fase de classificação, há a categorização do desconhecido em classes e sua comparação com os protótipos de cada uma, definidos por paradigmas que orientam a relação das pessoas de agrado ou desagradado diante do classificado. Ainda nessa fase, a inevitabilidade de avaliar a proximidade do objeto em relação à norma utiliza dois caminhos: (a) Generalização: um aspecto é escolhido de forma aleatória e promovido à categoria, estendendo-se a todos os membros da categoria; (b) Particularização: há um distanciamento do objeto para analisá-lo, tratando-o como destoante do protótipo. Considerando-se que a nomeação precede a classificação, uma vez que o anônimo é incomunicável, como exemplifica Moscovici (1975/2007), nomear consiste em precipitar no sentido utilizado na química. Nomear é um exercício que ultrapassa a atividade intelectual e também consiste numa atitude social.

A ancoragem permite que o objeto social esteja disponível para a sociedade, que pode posicioná-lo segundo uma escala de desejabilidade social (Moscovici, 1961/2012). As duas fases sintetizadas, classificação e nomeação, além de rotularem e graduarem o desconhecido, viabilizam a interpretação e conseqüentemente a produção de opiniões. Outra consequência está na exclusão daquilo que (ainda) não pode ser ancorado e nos vieses oriundos de distintas percepções, embora sob consenso. Uma nova geração pode atualizar a anterior e o que era abstrato ou incomum para esta torna-se concreto e comum para aquela.

(2) *Objetivação*: é o processo no qual conceitos abstratos materializam-se em realidades concretas. Tanto a ancoragem quanto a objetivação são formas distintas de lidar com a memória. A objetivação consiste em extrair de uma ideia a sua qualidade icônica, materializar um conceito em uma imagem. Ela é mais ativa do que a ancoragem. Porém, devido a uma quantidade insuficiente de imagem ou à existência de tabus, nem todas as palavras podem ser pareadas a imagens. A representação de um conceito passa de uma figura a um reflexo da realidade, passando de um elemento do pensamento a um elemento da

realidade. Se a imagem for integralmente apreendida, o assimilado dá lugar ao concebido. Moscovici (1975/2007) afirma que a nossa tendência a objetivar apresenta como uma de suas consequências a metamorfose da palavra em carne. Ele ressalta que a objetivação dá conta da abundância de significações e mantém distância delas por meio da materialização, ou seja, viabiliza a realização de um conceito ao converter uma imagem em seu correlato no mundo físico. Para Moscovici (1961/2012), objetivar requer duas operações básicas: (a) Naturalização: transforma a imagem em realidade e cria um leque de atribuições; (b) Classificação: enriquece a realidade simbolicamente e seleciona atribuições segundo um quadro geral instituído socialmente.

Segundo Moscovici (1975/2007), o pensamento social deve muito mais à convenção e à memória do que à razão. As representações sociais e a memória estão intimamente ligadas e a ancoragem e a objetivação são formas de relacionar-se com a segunda. A memória em sua solidez protege as representações de mudanças repentinas. A ancoragem movimenta a memória para dentro ao acrescentar e retirar objetos, pessoas ou acontecimentos durante o processo de classificação e nomeação. De outro modo, a objetivação movimenta a memória para fora ao extrair dela conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior, ou seja, partindo do que já é conhecido torna o novo também conhecido.

Outro conceito importante para se compreender a formação das representações é o de atitude. De acordo com Moscovici (1961/2012), as RS também podem ser compreendidas enquanto atitudes, pois elas preparam para a ação. Elas atuam como guias do comportamento e também reordenam e recriam o contexto comportamental. Esse processo possibilita que as RS dotem os comportamentos de sentido, inserindo-os numa rede de interações com o objeto e provendo-os de noções que viabilizem essas relações. A atitude é concebida neste contexto como uma organização psicológica que pode ser negativa ou positiva em relação a um objeto. Essa orientação pode ser manifestada por um comportamento padrão ou por um conjunto de

reações dotadas de significado comum. Ela representa um gerenciamento de todas as opiniões e respostas particulares e heterônomas, ou seja, possui uma função de regulação seletiva das manifestações individuais. A elaboração de uma atitude está ligada à produção de uma conexão com um objeto socialmente oportuno. Entretanto, a conduta não consiste num produto imediato ou fundamental das atitudes.

1.3. Abordagem psicossociológica de Willem Doise: Direitos Humanos e Representações Sociais

A TRS tem fundamentado a pesquisa em diferentes áreas da Psicologia Social. Dentre essas, salienta-se no presente estudo a dos Direitos Humanos (DH), com os trabalhos pioneiros de Willem Doise. Doise (2002a) orienta suas pesquisas sobre os DH pelo enfoque psicossociológico, concebendo-os como representações sociais normativas enraizadas em ideias força, como a filosofia, a política e a religião. Ele compreende que os DH apontam para a conversão institucional das ideias força em representações sociais normativas, considerando os DH como representações idealizadas das relações sociais. Segundo Doise (2002a), ainda que as RS sempre englobem uma constituição normativa, não são todas elas que estão apoiadas declaradamente em normas. Nesta acepção é que ele se utiliza do termo representações sociais normativas intencionando especificar a relação entre ideias força e DH.

Doise (2002b) propõe quatro níveis de análise dos processos em Psicologia Social, visando a uma abordagem mais completa e articulada dos fenômenos sociais e a uma melhor articulação entre o individual e o social. O nível intraindividual se refere às experiências próprias de cada indivíduo. O nível interindividual se refere às interações entre os indivíduos. O nível intergrupar se refere aos diferentes papéis sociais que os indivíduos desempenham e como eles se relacionam com a pertença e diferenciação grupal. E o quarto nível, o societal, refere-se às ideologias, sistemas de crenças, de valores, de representações e de normas sociais

que sustentam e dão sentido à vida social. Esses distintos níveis de análise se articulam no estudo das RS e estão associados às hipóteses de estudos das RS dos DH, desenvolvidas por Doise, que serão descritas a seguir.

Para Doise (2002a), estudar os DH consiste em estudar o homem em suas relações. Segundo ele, essas relações são permeadas e influenciadas por RS, desta forma, é importante haver o diálogo entre RS e DH. Em seu livro *Direitos do Homem e força das ideias*, Doise (2002a) cita um trabalho (Doise, Clémence, & Lorenzi-Cioldi, 1992) no qual são desenvolvidas três hipóteses para o estudo dos DH enquanto RS:

A primeira hipótese assume que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo partilham de crenças comuns sobre um mesmo objeto social, ou seja, são guiados por um sistema de significações institucionalizadas. Deste modo, quanto ao estudo das RS, pode-se proceder à apuração das crenças comuns aos indivíduos ou ao grupo, à determinação dos elementos que formam uma base comum, bem como à descrição da organização dessa base.

Na segunda hipótese, têm-se que num campo comum de representações sociais convivem indivíduos que diferem entre si quanto ao posicionamento. Considerar-se-á que essa variabilidade de posicionamentos encontra-se sistematicamente ordenada, podendo-se examinar as dimensões relacionadas aos distintos posicionamentos frente aos DH.

A terceira hipótese considera que o posicionamento dos indivíduos está ancorado nas realidades coletivas. A partir desta hipótese e da premissa de que há múltiplas ancoragens, Doise (1992) utiliza três estratégias diferentes para o estudo das ancoragens: (a) verificar as conexões entre a variabilidade de crenças e valores e as diferentes tomadas de posição no domínio representacional dos DH; (b) analisar como os indivíduos percebem-se entre si e em relação aos grupos e categorias que os compreendem diretamente ou indiretamente, inclusive nos períodos de crise ou tensão social; (c) investigar como a relação entre adesão grupal ou

papéis sociais e as variações nas tomadas de posição intervêm na determinação das atitudes individuais frente aos DH.

Doise (2002a) relata que desde que começou a estudar a relação entre DH e o senso comum tem encontrado, com regularidade, uma concordância com o cumprimento dos DH acompanhada da consciência de que na prática eles nem sempre são cumpridos ou serão totalmente respeitados. Ele observa que o século XX carrega o paradoxo de que foram as graves violações dos DH praticadas nas duas grandes guerras mundiais que impulsionaram o desenvolvimento e universalização dos direitos do homem. Como marcos de tal paradoxo tem-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, ano em que terminou a Segunda Guerra Mundial, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), criada em 1948, pela ONU. Segundo Doise (2002a), a DUDH é muito mais do que representações normativas idealizadas, ela simboliza a concretização de representações sociais normativas cunhadas em movimentos sociais históricos e serve como base para inúmeros documentos jurídicos.

Doise (2002a) reforça o caráter histórico de produção dos DH, sobretudo em relação à criação e ao conteúdo da DUDH e ao desenvolvimento da noção de direito. Segundo ele, a DUDH representa uma mudança na relação entre direitos e deveres. Antes de sua criação, havia o entendimento de que os direitos demandavam como pré-requisito o cumprimento dos deveres. O processo de produção da DUDH possibilitou o deslocamento dessa proposição, elencando os direitos como anteriores aos deveres. Segundo o autor, essa anterioridade dos direitos já pressupõe em si o cumprimento de deveres. Ou seja, essa antecedência sinaliza que os direitos são garantias dotadas de urgência, materializadas pelo exercício dos deveres.

1.4. Estudos Empíricos

A partir do que foi exposto anteriormente sobre a TRS e a abordagem psicossociológica dos DH, serão apresentadas, a seguir, algumas pesquisas desenvolvidas por Doise e colaboradores, bem como estudos brasileiros que se espelharam no que Doise produziu nesse campo.

Doise, Staerklé, Clémence e Savory (1998) procederam a um estudo entre 1994 e 1995, com a participação de 849 alunos da cidade de Genebra, com idade entre 12 e 21 anos, cujo objetivo principal foi verificar a relação entre as variáveis idade e escolaridade e as representações sociais dos DH. Um outro objetivo foi o de verificar se os posicionamentos individuais dos participantes ancoraram nas relações que eles tinham com as instituições. O instrumento utilizado foi um questionário dividido em duas seções. A primeira seção continha duas perguntas abertas, uma questionava quais direitos os sujeitos entendiam por DH e a outra se referia aos direitos da criança. A segunda seção era composta por questões fechadas: a primeira pergunta era seguida de uma lista de 30 direitos acompanhados de uma escala de quatro pontos, onde 1 = mau exemplo de DH e 4 = bom exemplo de DH; duas outras perguntas apresentavam uma lista de 15 instituições acompanhadas de uma escala de quatro pontos, sendo que em uma os sujeitos deveriam indicar a utilidade privada das instituições e na outra, a sua utilidade pública; outras questões solicitavam aos participantes que respondessem numa escala de quatro pontos o quanto eles gostavam e se conheciam a democracia, a igualdade, o poder, as tradições, a esquerda, o dinheiro, os DH, a direita, a solidariedade e a liberdade.

Dos resultados da primeira seção do questionário, referente à verificação do objetivo principal, os autores concluíram que: houve uma conexão visível entre o avanço na socialização e o aumento na quantidade de direitos explicitados de acordo com a DUDH e que a maioria dos participantes (80,8%) considerou que os direitos da criança referiam-se a

direitos distintos dos DH. Ainda em relação ao objetivo principal, os autores verificaram, através da realização de uma análise fatorial de componentes principais, a existência de quatro fatores: direitos concretos; direitos fundamentais; direitos à recusa; e direitos públicos. Além disso, os resultados da segunda seção do questionário permitiram verificar que, com a progressão na socialização, os alunos das séries mais avançadas pontuaram mais nos direitos à recusa e nos direitos públicos e os das séries menores pontuaram mais nos direitos concretos. Os direitos fundamentais não variaram em função da escolaridade.

Com respeito à relação entre idade/escolaridade e as 15 instituições avaliadas em sua utilidade pública e privada, Doise et al. (2008) realizaram uma análise fatorial que resultou em dez fatores: utilidade social de organizações públicas; utilidade privada de organizações públicas; utilidade social e privada de instituições financeiras; utilidade social e privada dos meios de comunicação; utilidade social e privada das organizações femininas; escola; religião; associações desportivas; partidos políticos; e família. A partir dessa análise, verificaram que ao passo que a escolaridade avançava diminuía a importância das instituições financeiras, das associações femininas, da religião e da família. A escola foi a única instituição que ganhou importância com o avanço escolar. Em relação às questões políticas, os alunos de séries avançadas tenderam a se identificar mais com a esquerda (15,2 a 29,3%) do que com a direita (17,9 a 10,0%). Em relação à igualdade, liberdade e aos DH, 90% declararam apreciar os três.

Também foi realizada uma análise fatorial de correspondência que resultou em dois fatores. O primeiro fator revelou um posicionamento apolítico, privilegiando o individualismo, a valorização do dinheiro e do poder e a recusa da solidariedade e da democracia. O segundo fator revelou um posicionamento coletivista, associado à simpatia aos sindicatos, à democracia, aos partidos políticos e à solidariedade e à rejeição do dinheiro e do poder.

Por fim, para verificar se os diferentes posicionamentos políticos e institucionais serviam de ancoragem para os DH, foram realizadas análises de regressão linear. Os autores utilizaram como variável dependente os posicionamentos em relação aos direitos e como variáveis explicativas as atitudes frente à direita e à esquerda e os posicionamentos institucionais. Os resultados demonstraram que a prototipia dos direitos concretos ancorava nas representações institucionais e políticas. Essa prototipia associou-se à confiança na utilidade das instituições e diminuiu quando associada à orientação de esquerda, coletividade, confiança na escola e nos partidos políticos. Uma definição concreta dos DH associou-se à confiança geral nas instituições, diminuindo ao passo que era dada maior importância à escola, aos partidos políticos, à coletividade e à orientação de esquerda. Quando os direitos concretos foram considerados os mais exemplares, foi revelada uma atitude de confiança institucional pouco crítica, facilmente desestabilizada pelas ideias libertárias. A ligação entre o coletivismo e a escola ancorou numa concepção política laica.

Para os autores, os resultados convergiram em direção à conclusão geral de que o avanço escolar reforça a atribuição de maior importância aos direitos que contemplam o indivíduo imerso na vida social. A ampliação do contato institucional na adolescência possibilita uma consciência social maior do adolescente, desta forma, o posicionamento político e o relacionamento institucional são importantes ancoragens para as representações dos DH.

Clémence, Doise, De Rosa e Gonzalez (1995) realizaram uma pesquisa entre 1990 e 1993, na França, Suíça, Costa Rica, Itália e Romênia, cujo objetivo foi definir os princípios que organizavam o consenso e a variabilidade individual no campo dos direitos do homem e as ligações entre esses princípios e as posições dos indivíduos em domínios próximos, como a confiança institucional e as crenças morais. A maioria dos participantes eram estudantes que estavam concluindo o ensino formal e tinham entre 13 e 20 anos. As amostras variaram entre

234 a 255 participantes por país e não eram representativas da população de estudantes de cada país. Os países escolhidos representavam contextos que eram favoráveis à DUDH.

O instrumento utilizado por Clémence, Doise, De Rosa e Gonzalez (1995) era constituído por uma pergunta central: *Cada uma das coisas que se seguem é em seu entender um atentado aos direitos do homem?* Essa pergunta foi acompanhada de vinte situações de violação dos DH e cada situação, por sua vez, foi acompanhada de uma escala de quatro pontos, onde 4 correspondia a Sim, sem dúvida, 3 a Sim, talvez, 2 a Não propriamente e 1 a Não, de modo algum. Também compuseram o questionário várias seções que permitiam o estudo da ancoragem das concepções sobre violações dos DH em outros sistemas de crenças. Os autores deram ênfase a cinco grupos de questões. O primeiro grupo referia-se a ações do governo (ex.: escutas telefônicas) que os participantes podiam considerar aceitáveis em casos específicos ou totalmente inaceitáveis. O segundo grupo correspondia a ações individuais (ex.: mentir para proteger alguém) que também podiam ser consideradas aceitáveis em algumas situações ou absolutamente inaceitáveis. O terceiro grupo considerava situações de controle por parte de empresas ou do Estado sobre seus empregados (ex.: verificar qual é a sua religião) ou sobre indivíduos que pleiteavam a cidadania em um dado país (ex.: averiguar a sua posição política). O quarto grupo incluía certas regulações sociais (ex.: vacinação obrigatória) que os participantes podiam julgar como violações ou não das liberdades individuais. O quinto grupo dizia respeito a um conjunto de enunciados fatalistas que começavam com a expressão *faça-se o que se fizer...* (ex.: ... haverá sempre ricos e pobres), que os participantes podiam assinalar como falsos ou verdadeiros.

Os resultados das vinte situações de violação demonstraram que a maioria dos respondentes considerou como violações dos DH o racismo, as privações graves, os maus tratos às crianças e as violações de direitos jurídicos formais. O que não se verificou no tocante às relações privadas ou às decisões das autoridades referentes às minorias. Foi

encontrado certo consenso hierárquico na avaliação das situações. A fim de estabelecer uma tipologia dos participantes conforme as suas percepções frente às violações, foi realizada, através do SPSS, uma análise Quick Cluster, que classifica de forma automática as respostas em grupos. A análise resultou em três grupos. O grupo 1 contou com 127 membros que destoaram dos grupos 2 e 3, refletindo um atípico desinteresse pela temática dos DH. O grupo 2 obteve 634 participantes que aderiram a uma definição alargada dos DH. O grupo 3 compreendeu 365 respondentes que apresentaram uma visão restritiva dos DH.

Em relação às ancoragens, houve uma grande convergência de respostas entre os cinco países. Foram distinguidos cinco grupos de ancoragens de acordo com a convergência das respostas. No primeiro grupo, houve convergência entre as respostas que consideraram os atos governamentais inaceitáveis. No segundo grupo, a convergência deu-se em relação à aceitação de diferentes entrevistas governamentais para indivíduos que desejavam a cidadania, sendo mais elevada no tocante às entrevistas de empresas para admissão de novos empregados. No terceiro grupo, concentraram-se os participantes que admitiam as diversas obrigações como violações das liberdades individuais. No quarto grupo, os participantes convergiram em relação à reprovação dos diferentes atos individuais. No quinto grupo, concentrou-se a concordância com os enunciados fatalistas.

Também foram efetuados os somatórios das pontuações obtidas por cada respondente em cada um dos cinco grupos de ancoragem das violações. Essas variáveis de ancoragem foram, posteriormente, utilizadas como variáveis independentes numa análise discriminante. As variáveis dependentes foram os três grupos tipológicos encontrados anteriormente. A análise resultou em duas funções que demonstraram ser estatisticamente significativas. Na primeira função, foi encontrada a ancoragem do grupo que possui a definição restritiva do DH, revelando uma visão mais fatalista da realidade e uma maior tolerância das contradições governamentais e das regulações sociais. A segunda função associou-se a uma definição que

tendia à recusa das incongruências governamentais e empresariais e à defesa do indivíduo, ainda que marginalizado, frente às autoridades.

Uma análise das associações entre os países e os três grupos tipológicos mostrou que esses grupos não se dividiram de forma semelhante em cada contexto nacional. A Costa Rica e a Suíça representaram contextos mais alargados frente aos DH; a Romênia representou definições mais restritas dos DH; na França foram encontradas posições mais atípicas. A idade também mostrou um efeito significativo, indicando que os mais velhos apresentavam uma definição mais alargada dos DH (60,8%).

A partir dos resultados expostos, os autores concluíram que nos cinco países os participantes tomaram massivamente como referência de DH os direitos correspondentes à DUDH. Ao relativo consenso diante da definição dos DH sobrepuseram-se como fundo a divergência entre a defesa de uma maior ou menor liberdade individual, por sua vez condicionada às definições institucionais e às convenções sociais, políticas, econômicas e morais. Uma adesão mais forte às instituições políticas, econômicas e morais foi associada a uma moderação na posição favorável aos DH.

Os resultados encontrados por Doise e colaboradores inspiraram a realização de pesquisas, no contexto brasileiro, que buscaram, de início, verificar se haviam semelhanças ou diferenças entre o contexto nacional e o internacional. Uma breve apresentação de duas dessas pesquisas será feita a seguir.

Camino, Camino, Pereira e Paz (2004) realizaram um estudo que buscou verificar a representação que os universitários tinham do seu envolvimento e do envolvimento do governo em relação aos DH, bem como a relação entre essas representações e a participação social dos estudantes. Participaram do estudo 93 estudantes de ambos os sexos, dos cursos de Psicologia das Universidades Federal e Estadual da Paraíba, com idade média de 20,6 anos.

O instrumento utilizado foi um questionário desenvolvido por Spini e Doise (1998) que avalia características sociodemográficas, representações do envolvimento nos DH e a participação social, traduzido pelo primeiro autor da pesquisa. No tocante aos DH, foram analisadas apenas as representações referentes aos artigos 1º e 29º da DUDH, que versam, respectivamente, sobre o direito à liberdade e à igualdade e sobre o dever de todos de respeitar os direitos dos outros.

A análise de componentes principais apontou a existência de quatro princípios organizadores dos DH (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato, governamental-concreto) para o artigo 1º e de 82% para o artigo 29º da DUDH. A análise de variância demonstrou que todos os efeitos principais foram significativos, indicando que o envolvimento com o artigo 1º ($M = 1,5$) era maior do que com o artigo 29º ($M = 1,2$). Também foi constatado que os participantes se perceberam mais envolvidos ($M = 1,9$) com o DH do que o próprio governo ($M = 0,79$) e que o envolvimento pessoal abstrato ($M = 2,9$) era bem mais elevado do que o concreto ($M = -0,2$). Pessoalmente, os estudantes perceberam-se bem mais envolvidos com o artigo 1º ($M = 2,5$) do que com o artigo 29º ($M = 1,4$). Em relação ao governo, eles perceberam o contrário, maior envolvimento com o artigo 29º ($M = 1,1$) do que com o artigo 1º ($M = 0,5$).

Camino, Camino, Pereira e Paz (2004) também realizaram regressões múltiplas, utilizando como variáveis dependentes os quatro princípios organizadores e como variáveis independentes os dados sociodemográficos, a simpatia partidária e a participação em atividades sociopolíticas. Nos resultados, observaram que, em relação à liberdade (artigo 1º), os participantes que nutriam simpatia por partidos de esquerda apresentaram maior envolvimento pessoal no nível abstrato. Aqueles com maior tempo de universidade e simpatizantes dos partidos de direita envolveram-se de forma menos concreta com sua eficácia. Quanto à igualdade (artigo 29º), foi encontrado que os estudantes que participavam

de alguma organização pró DH apresentaram maior envolvimento pessoal abstrato do que aqueles com maior tempo de universidade. Os simpatizantes da direita e os que não participavam de manifestações eram os que estavam concretamente menos envolvidos na aplicação do referido direito.

Os autores concluíram, de forma geral, que os participantes consideraram que devem fazer mais do que o que de fato fazem pelos DH e que eles representam o governo brasileiro como não-defensor dos DH. Observou-se, também, que os estudantes acreditam que eles mesmos deveriam atuar mais no cumprimento da liberdade do que no da igualdade, que é o que de fato eles julgam fazer. Quanto ao artigo 1º, a simpatia por partidos políticos de esquerda favoreceu um envolvimento abstrato dos estudantes com os DH. Porém, os autores julgaram que essa identificação partidária não foi o bastante para gerar um envolvimento concreto. Por outro lado, a simpatia por partidos de direita associou-se negativamente com o envolvimento concreto em relação aos dois artigos analisados, corroborando com os resultados encontrados por Spini e Doise (1998).

Camino et al. (2007) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar o posicionamento de universitários das regiões norte e nordeste, do Brasil, sobre os DH, bem como a relação desse posicionamento com as suas atitudes institucionais, simpatias ideológicas e o contexto social em que estavam inseridos. Participaram do estudo 832 universitários, em sua maioria de Cursos da área de Ciências Humanas de universidades públicas da cidade de João Pessoa, Recife, Teresina, Salvador, Natal, Belém e de uma universidade privada de Manaus. A maioria era do sexo feminino (71%), com idade média de 24,6 anos. Para a coleta de dados, utilizaram um questionário elaborado por Doise et al. (1998), já mencionado anteriormente, e adaptado por Camino (2002). Inicialmente, foram realizadas análises fatoriais dos componentes principais (AFCP), com rotação varimax, com os dados relativos aos DH, à atitude institucional e à simpatia ideológica. A AFCP para os

princípios organizadores das RS dos DH apresentou cinco fatores que juntos explicaram 49% da variância: decisões relativas à vida, protesto social, direitos concretos, recusa de controle social e defesa pessoal. Uma ANOVA para medidas repetidas indicou uma diferença significativa entre as médias fatoriais. A AFCP para a atitude institucional apresentou dez fatores que juntos explicaram 66% da variância: organizações básicas, organizações de defesa social, finanças, organizações humanitárias, mídia, organizações de defesa pessoal, religião, partidos políticos, organizações femininas e associações esportivas. Uma ANOVA para medidas repetidas indicou uma diferença significativa entre as médias de vários fatores. A AFCP para a simpatia ideológica indicou dois fatores que explicaram juntos 41,75% da variância: liberalista e tradicionalista. A média de respostas para o fator liberalista ($M = 3,7$) foi significativamente maior do que para o fator tradicionalista ($M = 2,5$).

Por último, foi realizada uma análise de regressão múltipla utilizando como variável dependente os princípios referentes aos DH e como variáveis explicativas a atitude institucional e a simpatia ideológica. Os resultados indicaram que a atitude em favor das organizações comunitárias associou-se positivamente com o protesto social e com os direitos concretos; a atitude em favor das organizações femininas associou-se positivamente com o protesto social, com os direitos concretos e com a recusa de controle social; a atitude em favor da religião associou-se negativamente com as decisões relativas à vida, com os direitos concretos e com a defesa pessoal; a atitude em favor dos partidos políticos associou-se positivamente com as decisões relativas à vida e com ao protesto social; a atitude em favor das associações esportivas associou-se positivamente com os direitos concretos; a atitude em favor das organizações de defesa social associou-se negativamente ao protesto social, aos direitos concretos e à defesa pessoal; a atitude em favor das finanças associou-se negativamente com as decisões relativas à vida e com o protesto social; a atitude em favor das organizações de defesa pessoal associou-se positivamente com os direitos à defesa pessoal; e

a simpatia pelo liberalismo associou-se positivamente com todos os princípios organizadores dos DH, à exceção da defesa pessoal.

Os resultados da AFCP, para os princípios organizadores dos DH, assim como em Doise et al. (1998), resultaram em cinco fatores. Em relação à AFCP para as simpatias ideológicas, também como em Doise et al. (1998), foram encontrados dois fatores, que foram denominados por Doise et al. (1998) de Coletivismo e Apolitismo e por Camino et al. (2007) de Liberalista e Tradicionalista. As conclusões gerais apontaram que, embora tenha sido encontrado determinado consenso face ao posicionamento dos universitários em relação ao respeito dos DH, também foram encontradas diferenças interpessoais. Essas diferenças foram em grande parte explicadas pela ancoragem dos DH em ideias força representadas pelas atitudes institucionais, simpatias ideológicas e pelo contexto social.

1.5. Conclusão do capítulo

A TRS (Moscovici, 1975/2007; 1961/2012) e a abordagem psicossociológica (Doise, 2002a; 2002b) são escolhas teóricas que permitiram uma abordagem psicossocial do fenômeno em estudo neste trabalho. A complexidade das RS associada ao poder de influência das ideias força proporcionaram uma visão mais problematizada do objeto de estudo, permitindo um olhar mais apurado sobre o processo de significação das relações que os indivíduos desenvolvem com a sua realidade passada, presente e futura.

As pesquisas apresentadas demonstraram que as representações sociais dos DH encontraram-se ancoradas em variáveis psicossociais, tais como atitudes institucionais, posicionamentos políticos e convenções sociais. Essas variáveis psicossociais referem-se às ideias força, conceituadas por Doise (2002a).

Os resultados dos estudos empíricos apresentados indicaram que a adesão aos DH associou-se à participação social e à simpatia por partidos de esquerda, enquanto a simpatia

por partidos de direita associou-se a um menor envolvimento concreto com os DH. A atitude institucional favorável às instituições políticas, econômicas e morais demonstrou uma moderação na posição favorável aos DH. Nas pesquisas brasileiras, o governo brasileiro foi representado como não-defensor dos DH.

As relações encontradas entre as representações sociais dos DH e as ideias força são importantes para a compreensão dos resultados desta pesquisa de mestrado, descritos mais a frente, principalmente no que se refere às atitudes de confiança institucional e à orientação política.

Embora os estudos empíricos apresentados não sejam similares à pesquisa desenvolvida nesta dissertação, eles apresentam variáveis, análises e resultados congruentes com os objetivos do presente estudo. Por exemplo, neste trabalho: as ideias força, como a orientação política, as atitudes frente aos DH e a confiança institucional, foram variáveis centrais para as análises realizadas; as regressões mostraram-se importantes para o conhecimento das ancoragens das representações sociais da CNV e; os resultados apontaram associação entre as representações da CNV e as ideias força.

2. Comissão da Verdade

2.1. Justiça transicional: Comissões da Verdade no mundo e na América Latina

2.1.1. Justiça transicional e Comissões da Verdade

Os acontecimentos do presente estão, de certa forma, enraizados no passado. A persistência da impunidade dos agentes do Estado responsáveis por graves violações dos Direitos Humanos (DH) e o tímido e tardio movimento de reparação e retomada do ocorrido durante a Ditadura Militar (DM) demonstram a dificuldade do Brasil de lidar com o seu passado. É em meio a contextos como o do Brasil, de transição democrática e revisão do passado, que está situada a Justiça transicional. Apesar de ser um conceito que já tem uma história pelo mundo, Pinto (2010) aponta que a Justiça transicional é nova e pouco conhecida entre os brasileiros.

Segundo Pinto (2010), a Justiça transicional foi inicialmente conceituada entre meados do final da década 1980 para o início da década 1990, paralelamente às mudanças políticas que aconteceram no Leste Europeu e na América Latina. O termo Justiça transicional, de acordo com a autora, não diz respeito a uma forma particular de justiça, ele corresponde a diversos métodos criados para dar uma resposta às recorrentes violações dos DH. Esses métodos expressam o esforço para o reconhecimento e garantia dos direitos das vítimas, a promoção da paz, a facilitação da reconciliação e o fortalecimento e desenvolvimento da democracia. Como concebido por Machado (2013), a Justiça transicional consiste num conjunto de processos orientados por mecanismos que auxiliam países a enfrentar seu passado repressivo.

Nas palavras de Zyl (2009), a Justiça transicional corresponde ao “esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos.” (p. 32). Entre os objetivos atribuídos aos processos de

Justiça transicional, o autor destaca o esforço para que os responsáveis sejam processados, o conhecimento da verdade sobre as graves violações dos DH e a luta para que as instituições perpetradoras de violência sejam reformadas ou superadas.

Segundo o Ministério da Justiça (2009), a Justiça transicional possui quatro grandes eixos temáticos: (a) reforma das instituições para a democracia; (b) direito à memória e à verdade; (c) direito à reparação e; (d) direito ao igual tratamento legal e à justiça. Zyl (2009) especifica alguns tipos de reparação: material, assistência psicológica e medidas simbólicas.

Brito (2009) pontua que a herança de um passado repressivo é um desafio ético e político para as transições democráticas e conseqüentemente para a Justiça transicional. A tensão gerada por essa transição pode desencadear duas reações distintas nos governos, a anistia ou o esquecimento. No Brasil, Brito (2009) aponta que a elite preferiu a anistia. Entretanto, a revisão do passado e a busca pela verdade não deixaram de ser demandadas, em algum nível, por setores da sociedade, principalmente pelas vítimas e seus familiares.

Para Lafer (2012), a Justiça transicional relaciona-se com a forma como uma sociedade encara o seu passado repressivo, de modo que os valores exaltados nas normas que a regem estão intimamente associados com os acontecimentos que a semearam. Ele observa que a Justiça de transição, sobretudo a do gênero das Comissões da Verdade, constitui a agenda de países latinoamericanos e africanos, com destaque para o caso da África do Sul que culminou com o fim do *apartheid*. Porém, há países que não trataram de modo institucionalizado o seu passado repressivo, como a Rússia, no que se refere ao pós União Soviética.

Sandoval (2014) aponta que a Justiça transicional é uma área com grandes influências do campo do direito internacional dos direitos humanos, que ganhou o status de linguagem de mudança social. A observância desses aspectos tem levado muitas nações a recorrer aos distintos processos e ferramentas transicionais associados à justiça, verdade, reparação e a não

repetição do passado, visando à promoção da paz, reconciliação nacional, democracia, proteção dos DH, e em alguns casos à erradicação da pobreza.

Sandoval (2014) analisa o aspecto de mudança social decorrente das medidas transicionais como possibilidade, inclusive, de transformação de condições sociais e comportamentais associadas à economia e às políticas que viabilizaram e sustentaram práticas desumanas, ou seja, uma transformação das raízes ideológicas que permitiram tais práticas. Para a autora, quanto mais um Estado implementa medidas transicionais mais ele demonstra compromisso com o rompimento com o passado repressivo. Os processos transicionais devem ser combinados com políticas públicas centrais, a fim de garantir que os efeitos desses processos se perpetuem por gerações e a mudança ideológica possa ser sólida e bem-sucedida. É também um aspecto dos processos transicionais a instrução das vítimas e daqueles mais vulneráveis na resolução de seus conflitos, capacitando-os para atuarem como agentes de mudança social.

De acordo com Pinto (2010), a Justiça transicional ramifica-se em diversas modalidades, como julgamentos criminais, reforma das instituições políticas, mecanismos de compensação das vítimas e construção de memoriais. Dentre essas modalidades, a Comissão da Verdade (CV) é a mais difundida.

A Comissão da Verdade (CV) tem ganhado espaço desde 1974 – ano da criação da primeira CV, em Uganda –, marcando a transição política democrática de diversos países na América Latina, América Central, Europa e África. Embora essas comissões possuam diferenças, Pinto (2010) esclarece que todas têm como objetivo comum a preservação da memória coletiva, com ênfase na importância de se aprender com o passado, a fim de evitar que os episódios de repressão política e de graves violações dos DH se repitam. Entre as ações desempenhadas pelas CVs, estão a coleta de depoimentos de vítimas e testemunhas, a tomada de declarações dadas pelos violentadores, investigações e pesquisa documental pública e

privada. Essas ações permitem uma abordagem ampla e contextualizada do ocorrido no período de repressão política ou de guerra civil.

Ainda que as CVs possam ser vistas como menos eficazes que os tribunais penais, Neves (2012) defende que elas podem ser mais resolutivas, a nível simbólico, que os tribunais, uma vez que tentam dar conta das causas subjacentes às violações de DH. Para Pinto (2010), uma especificidade das CVs é o foco no relato da vítima e de seus familiares, em contraponto com os julgamentos criminais que enfatizam os fatos e a relação destes com os acusados. Tal característica das CVs, segundo a autora, tem como consequência benefícios psicológicos para as vítimas, em relação às marcas traumáticas deixadas pela violência sofrida. Já segundo Zyl (2009), deve-se ter cautela na atribuição de benefício psicológico ao ato de falar sobre o passado traumático, uma vez que não se pode afirmar com exatidão se esse ato sempre terá um poder, de fato, catártico. Observa-se que tal colocação não contraria a afirmação da importância do reconhecimento do sofrimento das vítimas para uma revisão mais construtiva do passado.

De acordo com Arnoso, Cárdenas e Páez (2012), as CVs constituem-se como espaços onde as vítimas diretas e indiretas beneficiam-se à medida que expõem suas dores, podendo encontrar amparo psicossocial, profissional e pessoas que empatizem com o seu sofrimento. Entre as funções das CVs, os autores dão ênfase à busca pela justiça, incluindo, em alguns casos, a reparação material e simbólica às vítimas, o conhecimento da verdade sobre o ocorrido, o empenho em construir uma memória coletiva que perdure pelo futuro e possa contribuir para a não reincidência dos erros cometidos, e o reconhecimento do sofrimento das vítimas diretas e indiretas.

De forma geral, as CVs não têm atribuições jurídicas, mas dependendo dos poderes a elas concedidos podem encaminhar julgamentos e sugerir anistia. Nesse caso, os julgamentos devem ser direcionados para as instâncias jurídicas formais. Essas CVs são instauradas por

um tempo determinado, em sua maioria durante a transição democrática, e geralmente findam com a publicação de um relatório final de atividades, que objetiva a ruptura com o passado repressivo e a reconciliação nacional. Cada comissão tem uma história e emerge em um contexto particular, o que reflete em seu mandato ser bem-sucedido ou não.

Pinto (2010) esclarece que as CVs estão sujeitas a imposição de limites políticos que refletem na sua estrutura, financiamento, tempo de atuação, suporte político e humano, acesso à informação e difusão de suas atividades e do relatório final. O contexto político de criação é que define os poderes de investigação de uma CV e seu sucesso. Apesar de muitas vezes ser erguida em meio a uma zona de conflito de interesses, a autora considera que as CVs têm um valor pedagógico importante para a democracia.

O Conselho de Segurança da ONU (2009) considera que os tribunais tenham a sua relevância, entretanto afirmam que a sua experiência com CVs tem comprovado que elas têm um potencial precioso, enquanto instâncias suplementares, na luta por justiça e reconciliação, sobretudo pela ênfase nas vítimas, contribuição para a consolidação de um registro histórico e recomendações a nível corretivo. O trabalho de apoio da ONU em processos de investigação de antecedentes junto às Comissões também tem servido de testemunho de que as CVs são componentes elementares da justiça de transição na restauração da confiança institucional e governamental, uma vez que elas respeitam os direitos tanto das vítimas quanto dos culpados. Outro aspecto que favorece as vítimas são os programas de reparação, que colaboram para que a justiça não fique centrada apenas na punição aos perpetradores, e alcance igualmente aqueles que amargaram em suas mãos.

2.1.2. Comissões da Verdade no mundo

Acontecimento inédito no Brasil, as CVs são realidades comuns a muitos países mundo afora. Dados do Núcleo de Preservação da Memória Política (Núcleo Memória, 2011) reconhecem que até o ano de 2010 foram instituídas 39 comissões nos diversos continentes.

A difusão intercontinental desse instrumento transicional pode ser observada através da cronologia de instauração de CVs, organizada pelo Núcleo Memória (2011): 1974 – Uganda; 1982 – Bolívia; 1983 – Argentina; 1985 – Uruguai e Zimbábue; 1986 – Uganda (segunda comissão) e Chile; 1990 – Nepal; 1991 – Chade; 1992 – Alemanha e El Salvador; 1994 – Sri Lanka; 1995 – Haiti e África do Sul; 1996 – Equador; 1999 – Guatemala e Nigéria; 2000 – Uruguai (segunda comissão) e Coreia do Sul; 2001 – Panamá, Peru e Iugoslávia; 2002 – Gana, Timor Leste e Serra Leoa; 2003 – Chile (segunda comissão); 2004 – Paraguai, Marrocos, Carolina do Norte e República Democrática do Congo; 2005 – Indonésia, Timor Leste (segunda comissão) e Coreia do Sul (segunda comissão); 2006 – Libéria; 2008 – Equador (segunda comissão); 2009 – Ilhas Maurício, Ilhas Salomão, Togo, Quênia e Canadá.

Diversos fatores podem determinar a denominação recebida por uma CV. Segundo o Núcleo Memória (2011), algumas temáticas são comuns a diferentes países, por exemplo: Comissão Nacional sobre os Desaparecidos, na Argentina, Uganda e Sri Lanka; Comissão da Verdade e da Justiça, no Equador, Haiti, Ilhas Maurício, Paraguai e Togo; Comissão da Verdade e da Reconciliação, na África do Sul, Chile e Peru; Outras denominações são mais abrangentes ou específicas, por exemplo: Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação (Quênia) e Comissão do Esclarecimento Histórico (Guatemala).

Segundo Brito (2009), a Europa passou por três ondas de verdade e justiça transicional. A primeira consistiu numa resposta à Segunda Guerra Mundial e é considerada a precursora de todas as modalidades conhecidas atualmente como justiça transicional, representadas pelo Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. A segunda contemplou as

iniciativas tomadas no sul da Europa, principalmente na Grécia (julgamentos e saneamento), Portugal (saneamento em massa) e Espanha (anistia). A terceira onda concentrou-se na década de 1990, na Europa Central e do Leste, com destaque para a Albânia (saneamentos administrativos e julgamentos); Bulgária (saneamentos administrativos, julgamentos e abertura de arquivos da polícia); República Tcheca (saneamentos administrativos); Eslováquia (saneamentos administrativos); Polônia (saneamentos administrativos, julgamentos, abertura de arquivos da polícia e CV); Romênia (saneamentos administrativos, julgamentos, abertura de arquivos da polícia e CV); Alemanha (saneamentos administrativos, julgamentos, abertura de arquivos da polícia e CV) e; Hungria (saneamentos administrativos, julgamentos, abertura de arquivos da polícia e CV). Além dessas iniciativas, também foram postas em prática políticas de reparação.

Na Ásia, segundo Brito (2009), também foram instauradas CVs no Cambódia, Timor-Leste, Indonésia, Filipinas, Sri Lanka e Coreia do Sul. Há iniciativas em prol da criação de CVs no Afeganistão, Mianmar e Nepal.

Na África, de acordo com Brito (2009), os poderes Executivos e Legislativos estabeleceram comissões de inquérito com desfechos bem distintos em Burundi, República da África Central, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Gana, Quênia, Libéria, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Uganda e Zimbábue. Segundo a autora, na África do Norte e no Oriente Médio, as iniciativas transicionais são menos encabeçadas, mas ainda assim foram instauradas CVs na Argélia e no Marrocos e há projetos da iniciativa civil, em parceria com organizações internacionais de DH, para viabilizar processos de verdade e responsabilização no Líbano, Iraque, e entre israelitas e palestinos.

Embora a CV ucraniana seja a pioneira entre as Comissões, a CV mais conhecida, a nível mundial, é a sul-africana. Segundo Pinto (2007), a África do Sul instaurou uma CV

(1996-1998), liderada pelo arcebispo Desmond Tutu, após a transição de um regime de opressão e segregação racial para uma democracia multirracial, com foco nos processos de verdade e responsabilização. Pinto (2010) relata que na CV sulafricana, quem contasse a verdade era beneficiado com a anistia, diferentemente de uma anistia geral, sem apuração dos acontecimentos, tal como funcionou na maioria dos países latinoamericanos. Na CV da África do Sul, houve uma responsabilização moral dos acusados, sem punição criminal. Só após a comprovação dos fatos por meio de investigação é que era concedida a anistia. Muitos familiares de vítimas reconheceram que essa medida foi dolorosa, porém ela também permitiu que fossem esclarecidas as condições em que se deram as mortes de seus entes queridos e que muitos corpos fossem encontrados, simbolizando o fechamento de um ciclo. Diariamente, na África do Sul, eram transmitidas as atividades da CV, que podiam ser acompanhadas por toda a população, contribuindo para a transparência dos processos e servindo de reflexão coletiva em meio aos esforços de reconciliação nacional. Embora a experiência sulafricana tenha inspirado muitas outras CVs, Pinto (2007) afirma que o modelo de anistia pela verdade sulafricano ainda não foi utilizado por outra CV no mundo.

Neves (2012) comparou a dinâmica de um julgamento com a dinâmica da CV sulafricana. Segundo o autor, no julgamento, o réu possui um papel passivo, através do qual procura fugir da responsabilização, já na CV sulafricana, o réu, motivado pela conquista da anistia, participa de forma ativa do processo, responsabilizando-se e tornando-se uma das fontes principais de informações sobre o ocorrido no período de violência. O culpado, além de contar a verdade dos fatos, deveria demonstrar à CV que o crime cometido tinha motivações políticas e não íntimas. As investigações da CV sulafricana também incluíram a apuração da participação privada no suporte ao regime segregacionista.

2.1.3. Comissões da Verdade na América Latina

As décadas de 1960 e 1970 representaram, para países do Cone Sul, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, a passagem por regimes autoritários. Segundo Machado (2013), houve uma tentativa de dar às ditaduras latinoamericanas um tom de guerra, estratégia usada para disfarçar as graves violações dos DH empreendidas pelo próprio Estado contra parte da sociedade civil. De acordo com a autora, todos esses países aprovaram alguma modalidade de anistia ao final dos períodos ditatoriais. Contudo, o Brasil é o único deles em que os responsáveis pelas graves violações de DH foram bem-sucedidos na evitação da revisão do ocorrido e de suas consequências.

A repressão política exercida por regimes militares foi vivenciada por quase todos os países latinoamericanos. Segundo Pinto (2010), a América Latina representa um importante panorama para avaliar o problema da responsabilização e reconhecimento pós-conflito, visto que foi muito comum que as anistias fossem criadas durante os próprios governos militares. Em diversos países da América Central e do Sul, o esquecimento e a impunidade são traços sociais. Por exemplo, na Guatemala, Peru e Colômbia, segundo Pinto (2010), houve grande resistência das cortes militares em condenar oficiais culpabilizados por violações dos DH, que ao invés de serem julgados, foram promovidos.

De acordo com Brito (2009), os processos transicionais foram iniciados em meados da década de 1980, nos países do Cone Sul e continuados na década de 1990, através de acordos de paz, na América Central. Inclusive, segundo a autora, foi na América Latina que o termo Comissão da Verdade foi cunhado. Outros países americanos, segundo ela, também estabeleceram CVs, mas que não se pautaram em políticas de transição democrática, como é o caso do Equador, Peru, Panamá, Nicarágua, Canadá e Estados Unidos.

A primeira CV latinoamericana, segundo Brasil (2014a), foi instaurada na Bolívia, em 1982 e denominou-se Comissão Nacional de Investigação de Desaparecidos. Ela foi

instaurada, de acordo com Pinto (2010), dias depois do retorno da democracia; contou com oito membros de diversos setores da sociedade e tratou de 155 casos de desaparecimento ocorridos entre 1967 e 1982.

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), primeira CV do Cone Sul, de acordo com Brasil (2014a), foi criada em 1983, na Argentina, durante o governo de Raul Alfonsín. Contou em sua composição com dez membros. Segundo Pinto (2010), o seu relatório, nomeado como *Nunca Más*, atingiu o título de *best-seller* na Argentina e versou sobre aproximadamente nove mil desaparecimentos. Conforme Martínez et al. (2015), a Argentina é o país do Cone Sul que instaurou um maior número de medidas retributivas. O Chile seguiu uma orientação similar. A ditadura argentina (1976-1983) contabilizou aproximadamente 30.000 pessoas presas ou desaparecidas, nas mãos das Forças do Estado. Tanto o General Balza, em 1995, quanto o presidente Kirchner, em 2004, pediram perdão pelo ocorrido.

O Chile teve duas CVs instauradas. Segundo Brasil (2014a), a primeira foi a Comissão da Verdade e Reconciliação – CVR (1990), instalada no governo de Patricio Aylwin, que investigou casos de desaparecimento e execução durante os dezessete anos de regime militar de Augusto Pinochet. Ficou conhecida como Comissão Rettig, em referência ao seu presidente Raúl Rettig. A segunda foi a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura – CNPPT (2003), conhecida como Comissão Valech, em referência ao seu presidente Sergio Valech. De acordo com Pinto (2010), a CVR não investigou casos de tortura, apenas de morte e desaparecimento, teve duração de nove meses e investigou 3.400 casos. Através do trabalho desta comissão, o governo reconheceu oficialmente a violência e reprovou os fatos ocorridos no passado. Também foram acatadas várias das recomendações contidas no seu relatório, como a criação da Corporação Nacional para Reparação e Reconciliação, que cuida de reparações financeiras e outros benefícios, como auxílio médico e educacional para as

vítimas. Conforme Martínez et al. (2015), mais de 3.000 pessoas foram assassinadas durante a ditadura chilena (1973-1990). O pedido de desculpas oficial foi verbalizado pelo presidente Patricio Aylwin, em 1991.

A Comissão da Verdade para El Salvador (1992), fruto de um acordo de paz, foi a primeira comissão a ser instaurada após um conflito armado e a primeira administrada pela ONU, de acordo com Brasil (2014a). A CV salvadorenha, segundo Pinto (2010), foi criada através de um acordo de paz entre o governo, a Frente de Liberação Nacional Farabundo Martí (FLNFM) e a ONU. Tinha como objetivo investigar as graves violações dos DH ocorridas desde 1980. O relatório final da comissão reconheceu 75 mil mortes e milhares de desaparecimentos e não foi bem recebido pelo presidente Alfredo Cristiani e pelos militares, que o interpretaram, respectivamente, como não representativo da população salvadorenha, que desejava perdoar e esquecer o passado, e como ilegal por ultrapassar o mandato da comissão. Após cinco dias de sua publicação, foi aprovada uma anistia geral. A divergência entre as intenções da ONU e os interesses de distintos grupos salvadorenhos prejudicou o impacto do relatório na população geral.

A Comissão para o Esclarecimento Histórico da Guatemala (1997-1999), também fruto de um acordo de paz, não apontou de forma alguma os responsáveis por violações, segundo Brasil (2014a), mas foi considerada inovadora por denunciar o genocídio do povo maia. De acordo com Pinto (2010), ela foi instaurada logo após a CV salvadorenha, em meio às negociações pelo fim de uma guerra civil que já durava mais de trinta anos, resultando num contingente aproximado de 200 mil mortos e desaparecidos. O acordo de paz entre o governo e o movimento guerrilheiro União Revolucionária Nacional Guatemalteca ocorreu em junho de 1994, antes da assinatura do tratado de paz que encerrou o conflito.

A Comissão da Verdade e Reconciliação (2001-2003), instaurada no Peru, investigou o regime repressor de Alberto Fujimori e, segundo Brasil (2014a), foi a primeira CV

latinoamericana a promover audiências públicas. De acordo com Pinto (2010), ela investigou violações de DH e atos terroristas perpetrados pelo Estado e por grupos armados, ocorridos entre maio de 1980 e novembro de 2000, abarcando os regimes presidenciais de Belaúnde, García e Fujimore e as atividades de guerrilha dos grupos Sendero Luminoso e Tupac Amaru. O relatório final foi publicizado em agosto de 2003, revelando a morte de 69.000 indivíduos, sendo a maioria de nativos indígenas.

No Uruguai, a Comissão para a Paz (2000-2003), instituída no governo Jorge Batlle, tratou dos desaparecimentos forçados realizados entre 1973 e 1985, de acordo com Brasil (2014a). Após onze anos de governo militar, segundo Pinto (2010), foi instaurada pelo parlamento, em abril de 1985, a Comissão de Investigação da Situação das Pessoas Desaparecidas e Suas Causas. Ao final dos sete meses de atividades, ela apresentou um relatório que tratava de 164 casos de desaparecimento, no qual constavam evidências da atuação das forças de segurança nacional. Seus trabalhos não se voltaram para a tortura e prisão ilegal, que vitimaram mais do que os desaparecimentos. Seu relatório foi pouco difundido no país e fora dele. Conforme Martínez et al. (2015), em 1989, foi divulgado o informe *Nunca más* e, em 2012, o presidente José Mujica transmitiu o pedido de desculpas oficial.

No Paraguai, segundo Pinto (2010), foi instaurada, em outubro de 2003, pelo congresso paraguaio, a Comissão de Verdade e Justiça. Ela investigou as violações de DH perpetradas entre 1954 e 2003, com ênfase no período Stroessner. Em paralelo às atividades da comissão, o governo paraguaio instalou um programa de reparação às vítimas da ditadura Stroessner, sob os cuidados da Comissão Nacional de DH. De acordo com Martínez et al. (2015), 4.000 pessoas foram assassinadas entre 1954 e 1989. Houve pedido de perdão por parte do presidente Lugo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instaurar uma CV. Na realidade, da Ditadura Militar (1964-1985) à criação da CNV, passaram-se 27 anos para o enfrentamento das dores de um passado violento e trágico, representando o segundo maior intervalo compreendido entre um regime ditatorial e a criação de uma CV latinoamericana. O maior intervalo foi constatado na Nicarágua e corresponde a 28 anos.

2.2. Comissão Nacional da Verdade

2.2.1. Ditadura Militar

2.2.1.1. Período pré-ditatorial

Segundo o Relatório final da CNV (Brasil, 2014a), os anos compreendidos entre 1946 e 1964 representaram, para o Brasil, uma época de fragilidade e instabilidade democrática, onde já se delineava uma polícia política, herança do Estado Novo (1937-1945), caracterizada pela violência e abuso de poder. No governo Dutra (1946-1951), o discurso da ameaça comunista já pairava no ar. Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade, os funcionários públicos que eram membros do PCB foram demitidos, as atividades da Juventude Comunista foram suspensas, os mandatos dos eleitos pelo PCB foram cassados e o Brasil estreitou os laços com os Estados Unidos.

Em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder. Ao ter sua eleição contestada, dois generais influentes do Clube Militar manifestaram publicamente a sua vitória. De acordo com Brasil (2014a), a influência militar na política data da proclamação da república, mas é na quarta república brasileira que as Forças Armadas ganham espaço no cenário político. O nacionalismo, as relações com os Estados Unidos, o anticomunismo e a relativa autonomia institucional foram elementos importantes para a consolidação da politização militar que desencadeou no posicionamento das Forças Armadas como interlocutoras do poder executivo.

Vargas manteve as decisões relativas ao PCB. Em 1953, criou uma nova Lei de Segurança Nacional, a Lei nº 1.802, que delegava à Justiça Militar o julgamento dos crimes contra a segurança externa e à Justiça comum os crimes contra a segurança interna. Em junho de 1953, Getúlio nomeou Jango, como era conhecido João Goulart, como Ministro do Trabalho. Segundo Brasil (2014a), a gestão de Jango foi atacada exaustivamente pela oposição, que usava a imprensa para fazer acusações e propagava que ele era um representante dos sindicalistas, admirador do peronismo, etc. Em fevereiro de 1954, Jango propôs um aumento de 100% no salário mínimo. A notícia apavorou os empresários e a classe média. Dois dias depois da declaração de Jango, um grupo de militares divulgou o Memorial dos coronéis, que denunciava as carências da instituição, reclamava por aumento salarial e acusava o governo de descaso com a classe militar. A repercussão foi tão grande e negativa, que Vargas decidiu retirar Jango do ministério.

O clima político era de constante questionamento e deslegitimação do regime. Segundo Brasil (2014a), a aliança entre as Forças Armadas e a classe conservadora brasileira, oriunda desse período, produziu uma narrativa que mais tarde desencadeou, em 1964, o golpe civil-militar. Mesmo vencendo um pedido de *impeachment*, Vargas não resistiu à pressão militar, da grande imprensa e dos opositores para a sua renúncia e suicidou-se. Com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, e o questionamento de seu resultado, a ameaça de golpe ganhou voz e força por meio da oposição e dos militares. Apesar de ter passado por, ao menos, duas pequenas rebeliões e ter convivido, ao longo de todo o seu governo, sob contestações, tensões e ameaças, Juscelino conseguiu concluir o seu mandato de forma bem-sucedida, inclusive economicamente. Durante o seu governo, foi criada a primeira Liga Camponesa, em 1955, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, na zona da mata de Pernambuco.

Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro 1961. Como na época era legal a concorrência de chapas independentes para os cargos de presidente e vice, Jango foi eleito vice. Em agosto do mesmo ano, enquanto estava em uma missão comercial na China, Jango soube da renúncia de Jânio Quadros. Segundo Brasil (2014a), sucederam-se dois movimentos ao fato da presidência passar para Jango. Primeiramente, foi criada a Campanha da Legalidade, que teve como um dos apoiadores Leonel Brizola e consistiu numa mobilização civil-militar em prol da posse de Jango, que estava sendo contestada por um grupo de oposição também civil-militar. O outro movimento manifestou-se logo no dia seguinte à renúncia e consistiu na tomada do poder pelo Ministro da Guerra, Ministro da Aeronáutica e Ministro da Marinha. Os três ministros militares declararam estado de sítio e tiveram apoiadores como Carlos Lacerda, governador da Guanabara, que censurou a imprensa do Rio de Janeiro para impedir que a Campanha da Legalidade fosse veiculada no estado.

A Campanha da Legalidade acabou ganhando a batalha e Jango foi empossado. Porém, Jango não teve paz durante o seu governo, pois as articulações e difamações só aumentaram e se fortaleceram. O episódio acima relatado ficou conhecido como o golpe de 1961, considerado o ensaio maior para o golpe de 1964, que deu origem ao regime ditatorial brasileiro.

Jango governou com um apoio pequeno, mas significativo da classe política que repudiava os golpistas. O que também se observava nos movimentos sociais, principalmente no movimento sindical que se fortaleceu, através da organização e de sucessivas greves, e se expandiu, indo para as áreas rurais, onde foi levantada a bandeira da reforma agrária pelos camponeses. Segundo Brasil (2014a), a economia passou por um período difícil, o crescimento deslumbrante do período JK (Juscelino Kubitschek) entrou em decadência e as consequências foram sentidas na inflação, na dívida externa e na baixa das importações. A conjuntura mundial era de pós Revolução Cubana e Guerra Fria. Os Estados Unidos cortaram

relações diplomáticas com Cuba e passaram a ficar atentos aos movimentos políticos da América Latina.

De acordo com Brasil (2014a), em março de 1964 uma sucessão de fatos culminou no golpe que deu início à ditadura militar. Em meio às ameaças internas e externas, em 13 de março, Jango discursou publicamente, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, sobre as reformas de base previstas em seu governo, como a desapropriação de terras e a estatização de refinarias privadas de petróleo. Em 19 de março, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no Rio de Janeiro. Em 25 de março, marinheiros e fuzileiros navais desobedeceram às ordens do Ministro da Marinha num episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros. Os revoltosos receberam anistia de Jango, o que inflamou ainda mais a relação entre o governo e os militares. Em 30 de março, Jango participou de uma reunião com sargentos, na qual solicitou o apoio das Forças Armadas nas reformas propostas por ele, que culminou, em 31 de março, no envio de tropas de Juiz de Fora (MG) para o Rio de Janeiro, chefiadas pelo comandante da 4ª Região Militar. Jango considerou impossível resistir à investida militar e foi deposto. Horas depois da tomada do governo pelos militares, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson reconheceu o novo governo. Esse episódio ficou conhecido como o golpe civil-militar de 1964.

2.2.1.2. Período ditatorial

O Ato Institucional nº 1(AI 1) foi publicado no dia 9 de abril de 1964, ele corroborou a vitória dos militares e instituiu o caráter “revolucionário” do acontecimento. Em 10 de abril, os militares divulgaram a primeira lista de cassados, com 102 nomes, entre ministros, sindicalistas, diplomatas, militares, governadores e 40 congressistas, entre eles Leonel Brizola, Francisco Julião e Luís Carlos Prestes. Segundo Brasil (2014a), antecipadamente à sua legitimação, o regime já atuava repressivamente desde o primeiro dia, realizando prisões como a de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e nos setores alinhados com a

esquerda, como os sindicatos, o movimento estudantil e as Ligas Camponesas. A embaixada norte-americana levantou um número aproximado de 5.000 prisões violentas nos primeiros dias da ditadura. No dia seguinte, 11 de abril, o que restou do Congresso elegeu o marechal Humberto Castelo Branco como presidente, o primeiro a governar o Brasil nos 21 anos de DM. O mês de abril também deu início às centenas de inquéritos para a investigação de atos de subversão.

O governo de Castelo Branco (1964-1967) adotou diversas medidas para combater a inflação, como o aumento das tarifas de energia elétrica e telefone, do preço da gasolina e do pão. O salário mínimo passou a ser reajustado de forma inferior à inflação, as greves foram impedidas e foi decretada que a mão de obra sofresse rotatividade, alegando a diminuição dos custos de produção e do preço final dos produtos. Segundo Brasil (2014a), as medidas impostas por Castelo Branco não só atingiram em cheio os trabalhadores, como também desgostaram os civis e políticos que foram aliados dos militares na execução do golpe. Em resposta à vitória da oposição nas eleições estaduais em Minas Gerais e na Guanabara, em 27 de outubro de 1965, foi publicado o Ato Institucional nº 2 (AI 2), que aboliu todos os partidos políticos e determinou que as eleições para presidente e governadores passassem a ser indiretas. Foi instituído o bipartidarismo, representado pelos governistas da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pelos opositores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O AI 2 também criou atos complementares que permitiam ao presidente editar os atos institucionais, sem intervenção do Congresso e do Judiciário. No dia 7 de dezembro de 1966, foi baixado o Ato Institucional nº 4 (AI 4), que consistiu numa convocatória para o Congresso Nacional votar e promulgar a proposta de constituição enviada pela presidência à Constituição de 1946, aprovada pelo Congresso em 24 de janeiro de 1967. A constituição de 1967 deu grandes poderes ao presidente, permitindo, inclusive, a edição de Decretos-Lei.

O marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) assumiu o poder em 15 de março de 1967. No dia 13 de setembro de 1968, ele baixou o Ato Institucional nº 5 (AI 5). Segundo Brasil (2014a), o AI 5 representou uma ampliação dos poderes do chefe de Estado, que poderia cassar por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, bem como mandatos federais, estaduais e municipais. Também suspendeu o pedido de *habeas corpus*, as garantias legais de cargo vitalício, estável e com prazo determinado. O AI 5 vetou a possibilidade de recurso legal a todos os poderes presidenciais estabelecidos por ele. Consequentemente à sua promulgação, 51 deputados do MDB e 37 da Arena foram cassados, 8 senadores foram acusados e várias assembleias estaduais foram fechadas, inclusive a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. Três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram aposentados de forma compulsória. No dia 26 de fevereiro de 1969 foi baixado o Ato Institucional nº 7 (AI 7), que suspendeu por tempo indeterminado as eleições para o executivo e o legislativo a nível federal, estadual e municipal, ficando a cargo do presidente solicitar, quando desejasse, que a Justiça Eleitoral fixasse novas datas para as eleições.

De acordo com Brasil (2014a), o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) teve seu governo marcado pela repressão truculenta e desenfreada, vigilância social permanente e censura. Foi sob o seu governo que Carlos Marighella (líder da Aliança Libertadora Nacional – ALN), Carlos Lamarca (um dos líderes da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR) e Stuart Edgard Angel foram mortos e Frei Betto foi preso. A Operação Bandeirantes (Oban), que funcionava em São Paulo, foi institucionalizada por Médici e recebia doações de empresários e industriais para realizar suas atividades de repressão. Médici também criou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). O Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, determinou a censura de livros e revistas. A guerrilha do Araguaia, um movimento organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e localizado na fronteira entre Pará, Maranhão e Goiás, assim denominada

pela região ser às margens do Rio Araguaia, levou mais de três anos para ser exterminada pelo Exército, o que ocorreu em 1975. A economia voltou a crescer, beneficiando, sobretudo, os donos do capital.

O sucessor de Médici, Ernesto Geisel (1974-1979), foi indicado pelo próprio presidente e assumiu o poder às vésperas do aniversário de dez anos do golpe de 64. Segundo Brasil (2014a), apesar do governo Geisel representar uma relativa abertura política, o maior número de desaparecimentos forçados (54) do regime militar deu-se durante o seu mandato. O ano de 1975 foi marcado pela prisão, tortura e assassinato de dezenas de membros do PCB, pela grande comoção causada pela morte do jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, e pela cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, por dez anos, de deputados federais e estaduais. A exemplo de Médici, Geisel também indicou o seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Antes de Figueiredo assumir, Geisel enviou ao Congresso um documento intitulado Emenda Constitucional nº 11, que foi aprovado em outubro de 1978, que continha, entre outras coisas, a solicitação de abolição do AI 5; a revogação do Decreto-Lei nº 477, que consentia que estudantes fossem expulsos por questões políticas; a extinção da pena de morte, prisão perpétua e banimento e; a diminuição dos requisitos para a criação de novos partidos.

Figueiredo recebeu o governo com um quadro econômico desanimador que foi acentuado em suas mãos. Nos primeiros meses do seu mandato, o presidente aprovou a Lei nº 6.683, que anistiou, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, presos políticos e todos aqueles que receberam punições baseadas em atos institucionais e complementares. De acordo com Brasil (2014a), a anistia beneficiou 4.650 pessoas. Em novembro de 1979, foi aprovado um projeto de lei que previa a abolição do bipartidarismo e estabelecia a criação de novos partidos em 18 meses. A Arena passou a ser o Partido Democrático Social (PDS) e a maioria do MDB reorganizou-se como Partido do Movimento

Democrático Brasileiro (PMDB). Seguiram-se o Partido Popular (PP), com Tancredo Neves; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com Leonel Brizola e; o Partido dos Trabalhadores (PT), com Luis Inácio Lula da Silva. Em oposição às medidas liberalizantes, a direita investiu em atentados terroristas, como envio de cartas-bombas e explosões de bombas, em sua maioria em bancas de jornal que vendiam exemplares de esquerda e da imprensa alternativa. No dia 30 de abril de 1981, ocorreu o chamado atentado ao Riocentro, durante um show em comemoração ao dia do trabalhador. Uma das explosões matou um sargento e feriu gravemente o seu motorista, ambos do CODI do I Exército. Em 13 de novembro de 1980, foi aprovada unanimemente, pelo Congresso Nacional, uma proposta do governo de emenda constitucional que permitia as eleições diretas para governador. Em 10 de janeiro de 1982, foi proibida a coligação de partidos e instituída a vinculação total de votos, que consistia no voto para todos os cargos respeitando um único partido. Em junho, foi aprovada a proposta de emenda constitucional que constituiu o voto distrital misto para as eleições presidenciais de 1986, eliminou as exigências para a criação de partidos e devolveu alguns poderes que o Legislativo tinha perdido ao longo do regime militar.

O Colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, como presidente e vice-presidente do Brasil. O novo regime nasceu em meio a uma transição marcada por uma economia afundada numa inflação catastrófica, superendividadas e sob longa recessão.

2.2.2. Graves violações dos Direitos Humanos

Os termos graves violações dos DH estão sempre associados a conflitos armados e regimes ditatoriais. Ao longo das últimas décadas, o campo dos DH se expandiu de tal forma que se multiplicaram as referências a ele. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) figura ao lado de cartas, tratados e outros documentos que diversificam e ampliam a

noção de DH. A grande referência de DH desta dissertação é a DUDH. Deste modo, deve-se entender as graves violações dos DH de acordo com o proclamado por tal documento.

No preâmbulo da DUDH (ONU, 2000), encontra-se a menção a princípios essenciais que visam guiar a humanidade para uma convivência harmoniosa em uma sociedade livre da tirania e da opressão, como o respeito à dignidade humana; da liberdade, da justiça e da paz e; que a lei preze pelo cumprimento dos DH para que as pessoas possam viver livres.

Os artigos a seguir, retirados da DUDH (ONU, 2000), representam substancialmente o quão graves são as violações dos DH em contextos de repressão política: o artigo I proclama que todos os homens são livres e têm igualdade em dignidade e direitos; o artigo II rechaça a distinção de opinião política; o artigo III proclama que todos os homens devem ter direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; o artigo V condena a tortura e os tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes; o artigo VI proclama o reconhecimento legal de todo e qualquer ser humano enquanto pessoa; o artigo IX condena a prisão, a detenção e o exílio arbitrários; o artigo XVIII proclama a liberdade de pensamento; o artigo XIX proclama a liberdade de expressão e; o artigo XX proclama a liberdade de reunião e associação pacífica. A imersão no conteúdo da DUDH possibilita uma noção do quanto os DH são e foram violados durante regimes ditatoriais.

Neves (2012) concebe que o entendimento dos DH inevitavelmente passa pelo exercício do poder político. Para o autor, os DH relacionam-se com o poder político de duas formas: os DH estabelecem como o poder político deve ser desempenhado para que haja o rompimento com a diferenciação dos indivíduos em categorias hierárquicas e; os DH são institucionalizados e administrados visando à prática do poder democrático, que emana dos cidadãos livres e iguais. Para o autor, não é possível a garantia dos DH sem qualquer institucionalização sob a intervenção do Estado. Quando se trata de DH, ao Estado é sempre demandada alguma ação.

Mezarobba (2010) e Neves (2012) lembram que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro de 2010, no caso da Guerrilha do Araguaia. Em março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, apresentou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma ação contra o Brasil relativa ao caso da Guerrilha do Araguaia. Essa ação foi movida após familiares encaminharem uma petição à Comissão, em 2001, em virtude do esgotamento de todos os recursos internos disponíveis. A resposta da Corte veio em forma de condenação, no dia 14 de dezembro de 2010, responsabilizando o Estado brasileiro pelo desaparecimento forçado de 62 pessoas, entre 1972 e 1974, na região do rio Araguaia.

Em se tratando de entendimento do que sejam graves violações dos DH, a CNV concebeu como morte: “1) as execuções sumárias ou arbitrárias (incluindo mortes decorrentes de tortura); 2) mortes em conflitos armados com agentes do poder público; 3) suicídios na iminência de prisão ou de tortura e em decorrência de sequelas de tortura” (Brasil, 2014b, p.32) e; desaparecimento forçado visto como:

[...] toda privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou pessoas ou grupo com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida da recusa em admitir a privação de liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais (Brasil, 2014b, p.32).

Diante da variabilidade de modos de participação dos diferentes agentes da repressão, e considerando a teoria do direito administrativo, a CNV determinou três diferentes tipos de responsabilidade pelas graves violações de DH:

responsabilidade político-institucional, pela definição geral da doutrina que permitiu as graves violações e por medidas que determinaram esses atos ilícitos; 2) responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos diretamente vinculados à ocorrência de graves violações; e 3) responsabilidade pela autoria direta de graves violações (Brasil, 2014b, p. 35).

A CNV considerou como principais graves violações dos DH: prisão ilegal e arbitrária, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Porém, a compreensão da Comissão é de que outras violações dos DH são igualmente importantes e de que as suas investigações não deveriam se limitar às violações anteriormente citadas. A CNV também investigou violências sexuais.

2.2.2.1 Repressão às Ligas Camponesas e às Universidades

Em 2012 foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), composta por entidades e movimento sociais vinculados ao campo e por professores e pesquisadores nacionais, que atuou em parceria com a CNV. O relatório final da CNV (Brasil, 2014c) chamou a atenção para o esquecimento histórico enfrentado pelos camponeses, tanto em relação à importância desse grupo na resistência à ditadura, quanto na reparação enquanto vítimas do período de violência. Com o início da ditadura, os movimentos camponeses foram oficialmente criminalizados e qualquer tipo de iniciativa em prol da reforma agrária ou justiça no campo foi considerada politicamente subversiva, pelo regime ditatorial.

Entre os movimentos camponeses, destacaram-se as Ligas Camponesas, que se concentraram no Nordeste, nos anos de 1960. Segundo Brasil (2014c), as condições de vida dos camponeses eram de extrema pobreza e falta de assistência governamental. Jango tinha como uma das prioridades de seu governo um plano de desenvolvimento do Nordeste, abortado pelo golpe de 1964.

Entre os camponeses mortos, destacam-se João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé/PB (conhecida como uma das ligas mais atuantes), em 1962 e Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, em 1983. Segundo Machado (2013), aproximadamente 1.188 a 1.781 camponeses foram mortos entre 1964 e 1986.

Como principais ligas camponesas, pode-se citar: Liga Camponesa de Sapé/PB, Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão/PE, Movimento Sindical Rural de Pindaré-Mirim/MA, Guerrilha do Araguaia (PA), Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), Pontal do Paranapanema (SP), Fazenda Japuara (CE)

A repressão nas universidades foi marcada por invasões e pelo afastamento e demissão de professores, servidores e alunos. A perseguição a professores, servidores e alunos culminou em prisões, tortura e morte de muitos deles. Segundo Brasil (2014c), a vida de muitos professores e alunos foi dificultada e até linhas de pesquisa, cursos e grupos foram atingidos. O regime ditatorial controlou e censurou até a produção de livros universitários.

2.2.3. A Lei de Anistia

A Lei de Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, concedeu anistia tanto às vítimas quanto aos perpetradores de violência ocorrida no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. De acordo com Brasil (2014a), em 2002, a Lei nº 10.559 redefiniu o anistiado político segundo a constituição federal, observando o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias que prevê anistia em casos de motivação unicamente política. A referida lei também reconheceu a Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, como órgão responsável pela reparação de atos de exceção ocorridos entre 1946 e 1988. Os membros da Comissão de Anistia são nomeados pelo ministro da justiça, tendo como representação fixa um membro do Ministério da Defesa e um representante dos anistiados.

Uma das funções da comissão é julgar o valor das indenizações, segundo a Lei nº 10.559/2002, que determinou dois tipos de reparação econômica: (a) *Prestação única*, que se refere ao pagamento de 30 salários mínimos por ano de perseguição, não extrapolando o valor de R\$ 100 mil; (b) *Prestação continuada*, que consiste em pagamento mensal, permanente e continuado para aqueles que provarem vínculos empregatícios, em igual valor à remuneração que o anistiado receberia se estivesse trabalhando. A Comissão de Anistia também tem dois projetos em educação para os DH: o *Memorial da Anistia Política no Brasil*, que será instalado no antigo prédio da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais; e as *Caravanas de Anistia*, que são sessões públicas itinerantes, que desde abril de 2008 realizam análises de requerimentos em locais de perseguição política.

2.2.4. A Comissão Nacional da Verdade

2.2.4.1. Apresentação

A CNV foi criada através da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, iniciou suas atividades no dia 16 de maio de 2012 e teve prazo estabelecido para a apresentação do relatório final para dezembro de 2014. Em seu artigo 1º, a lei supracitada delimitou como período de análise da CNV a faixa temporal compreendida entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. É importante ressaltar que esse período não se limita ao momento autoritário da história política brasileira, compreende um período anterior e um posterior, definidos de acordo com o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Outro ponto do referido artigo pontua como objetivo da CNV: “Examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos [...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (Brasil, 2011, p.01). Segundo o parágrafo 4, do inciso VIII, do artigo 4º: “As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão

caráter jurisdicional ou persecutório” (Brasil, 2011, p.02), ou seja, a CNV não pode processar ou punir aqueles identificados como responsáveis por atentados aos Direitos Humanos (DH).

No artigo 11º da Lei nº 12.528/2011, foi estipulado um prazo de dois anos para a realização dos trabalhos da CNV, que deveria ter encerrado em maio de 2014. Porém, através da Medida Provisória nº 632/2013, convertida na Lei nº 12.998/2014, o prazo foi estendido para 16 de dezembro de 2014. O relatório final foi entregue no dia 10 de dezembro de 2014.

O artigo segundo da Lei nº 12.528/2011 trata da composição da CNV, indicando sete membros, nomeados pelo Presidente da República, “de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos” (Brasil, 2011, p.01). Integraram inicialmente a Comissão, de acordo com o Relatório final da CNV (Brasil, 2014a): Claudio Fonteles (ex-procurador-geral da República), Gilson Dipp (ministro do Superior Tribunal de Justiça), José Carlos Dias (ex-ministro da Justiça), José Paulo Cavalcante Filho (ex-ministro da Justiça), Maria Rita Kehl (psicanalista e jornalista), Paulo Sérgio Pinheiro (professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo – USP), e Rosa Maria Cardoso da Cunha (advogada criminal e defensora de presos políticos). Posteriormente, Claudio Fonteles renunciou em julho de 2013 e Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari (professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP) assumiu a vaga. Por questões de saúde, Gilson Dipp afastou-se, em outubro de 2012, dos trabalhos da CNV. Ao todo, em seus 31 meses de funcionamento, colaboraram formalmente com a CNV 217 pessoas, entre assessores, servidores públicos cedidos, pesquisadores, estagiários, voluntários e outros, na sede em Brasília, e em escritórios alocados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

De acordo com Pinto (2010), o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), publicado pelo governo brasileiro em 22 de dezembro de 2009, previa a criação de uma CV para examinar as violações de DH ocorridas durante a Ditadura Militar. A autora observa que

as CVs são concebidas dentro de um contexto político amplo, que limita e dita a sua criação, composição, acesso a informações e o alcance do relatório final. Nesse contexto, Pinto (2010) afirma que o apoio demonstrado à criação da CNV foi interpretado por alguns setores da sociedade como revanchismo. Ela interpretou essas reações como representativas da dificuldade de retomada do passado por parte de alguns setores da sociedade. Esses fatos, somados às pesquisas que ela realizou sobre as CVs na América Latina, fizeram-na concluir que a CNV tem um papel importante na reconciliação dos brasileiros com o seu passado enquanto nação, e conseqüentemente na reconstrução da identidade nacional, muito mais do que na reconciliação entre grupos opositores.

A transição democrática brasileira não se deu por ruptura e sim por meio de uma gradual reforma do regime ditatorial. Da mesma forma, segundo Lafer (2012), a CNV foi gradualmente antecedida por algumas medidas institucionais: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, criada pela Lei nº 9140/1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); Comissão de Anistia, criada pela Lei nº 10.559/2002, também no governo FHC; Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, coordenada por Dom Paulo Evaristo Arns e responsável pelo histórico relatório *Brasil: nunca mais* (1985). Para Lafer (2012), a CV brasileira tem seus próprios méritos dentro da agenda da Justiça transicional, uma vez que ela se opõe ao esquecimento representado pela anistia; representa o direito coletivo à memória da verdade sobre o passado ditatorial; e cria um espaço exclusivo, independente do judiciário, que aponta para a criação e consolidação de uma memória coletiva dos anos de chumbo.

2.2.4.2. Atividades

No Relatório final da CNV (Brasil, 2014a) são citadas algumas CVs municipais, estaduais, universitárias e setoriais que contribuíram com o seu trabalho. Pode-se citar como exemplos: Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras, Comissão da Verdade do

Município de São Paulo “Vladimir Herzog”, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE), Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, Comissão da Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA, Comissão da Verdade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Reitora Nadir Gouveia Kfourri, Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN) e Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas).

A CNV realizou aproximadamente 75 audiências públicas, muitas delas em parceria com outras CVs, nos seguintes estados: Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Nessas audiências foram colhidos 565 testemunhos. Elas também foram transmitidas pela internet, objetivando atingir o máximo de pessoas. A CNV também coletou 1.116 depoimentos, sendo 483 em audiências públicas e 633 de forma privada.

As atividades de pesquisa, em sua maioria, foram realizadas através de treze grupos de trabalho, sob coordenação dos membros do colegiado, a saber: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violação de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar.

Entre suas atividades, a CNV (Brasil, 2014a) abriu uma ouvidoria; realizou perícias, diligências, audiências, sessões públicas e exumações; coletou testemunhos e depoimentos;

fez o reconhecimento de 11 centros de repressão; e apresentou relatórios parciais e o relatório final.

2.2.4.3. Relatórios Parciais e Relatório Final

No decorrer de suas investigações, a CNV publicou relatórios parciais que foram apresentados em sessões públicas, com transmissão ao vivo pela internet. O primeiro relatório parcial foi apresentado em 18 de fevereiro de 2014 e tratou da configuração preliminar das instalações militares onde ocorreram as graves violações de DH. O segundo relatório foi divulgado em 27 de fevereiro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, e abordou o caso Rubens Beyrodt Paiva, um ex-deputado federal que foi detido ilegalmente, torturado e morto em janeiro de 1971. O terceiro relatório foi apresentado em 25 de março de 2014, no Rio de Janeiro, e tratou da Casa da Morte, centro clandestino de repressão localizado em Petrópolis (RJ). O quarto relatório foi publicizado em 7 de abril de 2014, na cidade de São Paulo, e versou sobre os centros clandestinos existentes em todo o Brasil na década de 1970. O quinto relatório foi divulgado em 22 de abril de 2014, em Brasília, e tratou da morte do presidente Juscelino Kubitschek. O sexto relatório foi apresentado em 29 de abril de 2014, no Rio de Janeiro, e abordou o caso Riocentro, um atentado que ocorreu em 1981, na mesma cidade. O sétimo relatório foi divulgado em 9 de junho de 2014, no Rio de Janeiro, e tratou do caso Stuart Angel Jones, um militante político que foi detido ilegalmente, torturado e morto em junho de 1971. Seus restos mortais e os de Rubens Paiva ainda não foram localizados. O oitavo e último relatório parcial foi apresentado em 29 de agosto de 2014, em Brasília, e abordou o caso Epaminondas Gomes de Oliveira, um líder comunitário que desapareceu em agosto de 1971. A CNV localizou, identificou e entregou os seus restos mortais à sua família.

O Relatório Final da CNV foi divulgado em três volumes (Brasil, 2014a; Brasil, 2014b; Brasil, 2014c) e contabilizou 434 mortos e desaparecidos políticos, sendo 191 mortos e 243 desaparecidos. Dos 243 desaparecidos, 33 tiveram, posteriormente, seus corpos

localizados, sendo um deles durante as atividades da CNV. A Comissão não considera que o relatório final é definitivo em relação ao número de vítimas e que as investigações devem ser continuadas, com ênfase nos camponeses e indígenas. Também reconheceu que, mesmo com todo o empenho, não foi possível esclarecer a maioria dos casos de morte e desaparecimento, no período de 1964 a 1988, designados à sua investigação. A CNV deixou claro que esses casos poderiam ter sido esclarecidos se as Forças Armadas não tivessem impedido o acesso aos acervos do Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

A CNV, em seu relatório final (Brasil, 2014a), concluiu que foram comprovados: (a) graves violações dos DH entre 1946 e 1988, com destaque para o período ditatorial (1964-1985); (b) o caráter generalizado e sistemático das graves violações dos DH perpetradas pelo Estado brasileiro durante o período investigado; (c) a ocorrência de crimes contra a humanidade e; (d) a persistência do quadro de graves violações dos DH no Brasil atual, mesmo não sendo mais num contexto de repressão política. Ainda segundo o Relatório final da CNV, a persistência da denúncia de torturas culminou na aprovação da Lei nº 12.847/2013, que trata da prevenção e combate desse crime.

Em seu Relatório final (Brasil, 2014a), a CNV fez 29 recomendações, sendo 17 medidas institucionais, 8 sugestões de reformulação normativa e 4 medidas de continuidade das ações da CNV:

(a) Medidas institucionais: que as Forças Armadas reconheçam sua responsabilidade institucional pelas graves violações dos DH realizadas durante a DM, tanto pela participação militar quanto pela utilização de espaços do Exército, Marinha e Aeronáutica para a ocorrência das violações; responsabilização jurídica dos agentes públicos envolvidos nas violações dos DH ocorridas no período de investigação da CNV, bem como retirada de seu direito à anistia; aplicação de medidas administrativas e judiciais contra agentes públicos

responsáveis pela condenação do Estado brasileiro por prática de graves violações dos DH, com o objetivo de ressarcir o Estado pelas despesas com indenizações; proibição de eventos oficiais comemorativos do golpe de 1964; modificação dos processos seletivos e de avaliação contínua nas Forças Armadas e na segurança pública, priorizando o conhecimento dos DH e da democracia; reformulação do conteúdo curricular ministrado nas academias policiais e militares, priorizando o conhecimento dos DH e da democracia; correção da causa de morte nas certidões de óbito de vítimas de graves violações dos DH; revisão de informações na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) e nos demais registros públicos sobre as vítimas de perseguição política no período de 1946 a 1988; intensificação da prevenção e combate à tortura; desvinculação dos institutos médicos legais e dos órgãos de perícia criminal das secretarias de segurança pública e da polícia civil; mais investimento na defensoria pública; humanização do sistema prisional e do tratamento dispensado aos presos e; assegurar atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de graves violações dos DH.

(b) Reformas constitucionais e legais: revogação da Lei de Segurança Nacional; aperfeiçoamento da legislação brasileira para a tipificação dos crimes contra a humanidade e de desaparecimento forçado e; desmilitarização das polícias militares estaduais; abolição da Justiça Militar estadual.

(c) Medidas de seguimento das ações e recomendações da CNV: criação de órgãos permanentes para dar continuidade às atribuições da CNV; continuidade das buscas por localização, identificação e entrega dos restos mortais dos desaparecidos políticos aos familiares ou responsáveis; preservação da memória das graves violações dos DH (Ex.: tombamento e preservação dos centros de repressão, criação do Museu da Memória em Brasília, alteração do nome de logradouros, vias de transporte, prédios e instituições públicas federais, estaduais ou municipais que façam referência aos agentes de violência) e;

continuidade da localização e abertura dos arquivos do período ditatorial.

Quanto à participação civil no golpe de 1964 e na manutenção do regime ditatorial, a própria CNV admite, em seu relatório final (Brasil, 2014c), que foi crucial a colaboração civil com esses processos. O golpe de 1964 contou com o apoio de alguns dos governadores dos principais estados brasileiros, como Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) e Mauro Borges (Goiás). Algumas entidades que estiveram à frente na luta pela redemocratização do Brasil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) apoiaram a retirada de Jango do poder. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram entidades de cunho político, empresarial e militar que, articuladas, conspiraram para a implantação do golpe de 1964 e deram suporte à manutenção do projeto militar.

2.3. A Comissão Estadual da Verdade Paraibana

A Comissão Estadual da Verdade paraibana foi criada no governo Ricardo Coutinho, mediante o Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012. A comissão iniciou as suas atividades em 11 de março de 2013 e é integrada por sete membros, sendo seis destes indicados pela sociedade civil e um pelo Poder Executivo: Fábio Fernando Barbosa de Freitas (Professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG); Iranice Gonçalves Muniz (Professora Titular do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ); Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira (Co-fundadora do Centro da Mulher 8 de março); João Manoel de Carvalho (Jornalista engajado na luta das Ligas Camponesas); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (Professora do Departamento de História da UFPB); Paulo Giovani Antonio Nunes (Professor do Departamento de História da UFPB) e; Waldir Porfírio de Silva

(Psicólogo e advogado atuante na causa das vítimas da DM). A formação dessa comissão estadual objetivou o esclarecimento das graves violações dos DH sofridas por qualquer sujeito dentro do território paraibano e também de paraibanos localizados em outros estados ou países entre 1946 e 1988.

As pesquisas da comissão foram divididas em dez grupos temáticos: (1) Mortos e desaparecidos políticos do regime militar; (2) Mapa da tortura; (3) Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional; (4) Cassação de mandatos eletivos e a magistrados; (5) Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais; (6) Ditadura e gênero; (7) Estrutura de repressão na Paraíba; (8) Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil; (9) Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses e; (10) A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo II.

Entre 28 de junho de 2013 e 25 de março de 2014, a comissão estadual da Paraíba organizou 14 audiências públicas, nas quais testemunharam 40 vítimas de violência da DM. As audiências ocorreram nas cidades de João Pessoa, Sapé, Campina Grande e Santa Rita, em parceria com a OAB, CNV, Frente Parlamentar pela Verdade, UFCG, Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE), Associação Paraibana de Imprensa (API), UFPB, Colégio Liceu Paraibano, UNIPÊ, Sindicato dos Bancários e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A comissão também realizou oitivas na cidade de João Pessoa, no município de Mari, na comunidade Olho D'Água e no Sítio Antas (Sapé).

O relatório parcial produzido pela comissão (Paraíba, 2014) não tratou do conteúdo das audiências públicas que ela realizou para coleta dos depoimentos das vítimas. Contudo, apresentou conclusões parciais das atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho. Foram levantadas três mortes, seis desaparecimentos políticos e 36 casos de tortura, no período analisado. Ainda não foram esclarecidos os desaparecimentos, mortes e ocultação de cadáveres dos dois líderes camponeses João Alfredo Dias (Nêgo Fuba) e Pedro Inácio de

Araújo (Pedro Fazendeiro). Também ainda estão sendo investigados os casos Luís Alberto Andrade de Sá Benevides (militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR), e João Roberto Borges de Souza (líder estudantil).

A repressão aos políticos ocorreu, sobretudo, através de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. A comissão estimou que foram atingidos, aproximadamente, 6 prefeitos, 10 vereadores, 9 deputados estaduais e 2 deputados federais, durante a DM, entre eles José Targino Maranhão, Antônio Vital do Rêgo e Ronaldo Cunha Lima. Entre os magistrados, 13 tiveram seus direitos políticos suspensos e foram aposentados.

Nas universidades, a perseguição deu-se de distintas formas, através da vigilância constante das atividades discentes e docentes, exoneração de gestores, não renovação de contrato de professores, fechamento de diretórios acadêmicos, suspensão temporária de pagamento de salários de professores e impedimento de matrícula de estudante por tempo determinado ou em definitivo. Em relação à UFPB, cerca de 11 alunos foram expulsos, 10 professores afastados, 1 reitor exonerado, 17 professores não tiveram seus contratos renovados, 10 professores tiveram seus salários temporariamente suspensos, 29 alunos foram impedidos definitivamente de se matricularem e 55 temporariamente. Na UEPB, 9 alunos tiveram suas matrículas impedidas.

A repressão também atingiu os servidores públicos que foram demitidos ou tiveram seus contratos anulados, contabilizando, em média, um número de 38 funcionários.

Foram identificados como locais de repressão: (a) em João Pessoa: Delegacia de Investigação e Captura (DIC); 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros) e; 1º Grupamento de Engenharia; Delegacia da Agricultura; (b) em Bayeux: 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (REC MEC); (c) em Campina Grande: As granjas do terror; (d) em Sapé: Delegacia Regional de Sapé.

A comissão estadual paraibana, em seu primeiro ano de trabalho, também digitalizou o arquivo do DOPS, composto por cerca de 6.600 fichas e aproximadamente 675 processos, entregando sua custódia à Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2.4. Estudos empíricos

A seguir, serão apresentados estudos empíricos que foram desenvolvidos em consonância com o conteúdo desenvolvido neste capítulo teórico, alguns dos quais alinhados com o instrumento e com as análises de dados utilizadas nesta pesquisa de mestrado.

Arnosó-Martínez, Arnosó-Martínez e Pérez-Sales (2012) estudaram as RS de moradores da província de Jujuy relativas à ditadura militar argentina. A amostra contou com 452 adultos e foi estratificada proporcionalmente por sexo e idade. A coleta de dados foi realizada entre março de 2007 e outubro de 2008. Foram aplicados 400 questionários e feitas 52 entrevistas com vítimas diretas da ditadura argentina (1976-1983). Entre os objetivos da pesquisa, destacaram-se: analisar a centralidade da ditadura militar na memória coletiva dos argentinos; identificar os processos atribucionais relacionados às causas, vítimas e responsáveis; conhecer as emoções associadas à ditadura militar e; descobrir quais as representações dominantes em função do nível de exposição à violência e da posição política.

Os resultados apontaram que a ditadura militar argentina foi o fenômeno de maior importância expressado ao evocar a memória histórica. Entre os cinco acontecimentos históricos considerados mais relevantes, três (60%) relacionaram-se estreitamente com o período ditatorial. Quanto mais vitimado era o participante, mais ele tendia a responsabilizar o contexto pelo desencadeamento da ditadura. E quanto menos vitimado, maior era a tendência a responsabilizar as organizações de guerrilha e os familiares das pessoas presas ou desaparecidas. Os participantes de esquerda responsabilizaram mais os poderes de fato e menos as guerrilhas, os desaparecidos e seus familiares, do que os de centro e de direita, pela

ditadura. O estudo confirmou a ancoragem das representações sociais do passado em experiências e crenças ideológicas. Os autores encontraram RS distintas de acordo com a ideologia política dos participantes. As pessoas de esquerda e mais expostas à violência encararam o passado como um genocídio político daqueles que se opuseram ao regime militar em favor de uma mudança social. Os identificados como de centro responsabilizaram os militares e a guerrilha pela ditadura. Já os de direita e menos expostos à violência tiveram uma representação que justificava a ditadura como uma reação a um cenário caótico.

Tais resultados levaram os autores a concluir que a ditadura figurava como um elemento central na memória coletiva, revelando, através das experiências e posições ideológicas, o alcance das RS do passado.

Mullet, Kpanake, Pinto e Neto (2012) realizaram duas investigações complementares sobre as opiniões de cidadãos civis sobre as CVs, seus objetivos, funções, poderes e composições. Uma amostra reuniu 244 participantes, em sua maioria vítimas de violação dos DH, da República Democrática do Timor-Leste (Mullet, Monteiro Neto & Pinto, 2008) e a outra reuniu 579 participantes, adultos, de ambos os sexos, do Togo (Kpanake & Mullet (2012). Foram realizadas entrevistas individuais. Os participantes do Timor-Leste estavam bem familiarizados com o que é uma CV, pois na ocasião da referida pesquisa uma CV estava em pleno funcionamento no país. Entretanto, durante a investigação no Togo, o país estava vivendo uma transição política e ainda não tinha vivenciado a implantação de uma CV, o que levou à equipe de pesquisadores a desenvolver uma sensibilização para esse fato, antes da realização das entrevistas.

Quando perguntados se as CVs são realmente necessárias, 91% dos participantes concordaram com o item “Após um período politicamente muito conturbado, o recurso a esse tipo de comissão é necessário”; 10% concordaram com “Este tipo de comissões são, na

maioria dos casos, um impedimento à Justiça” ou com “Após um período politicamente muito conturbado, o recurso a este tipo de comissões é risível”.

Ao serem questionados sobre quem deve ser o membro da CV, os participantes convergiram em relação à ideia de os membros serem independentes do governo. Especificamente: pessoas religiosas (88%), jornalistas (84%), membros de organizações nacionais que lutaram pela democracia (82%), psicólogos (82%), psiquiatras (75%), historiadores (81%), autoridades tradicionais (80%), advogados (69%), diplomatas (63%) e sociólogos (60%); em contraste com membros das Forças Armadas (11% concordaram totalmente), membros da polícia (20%), ex-membros do governo (20%), membros do atual governo (35%), filósofos (41%), vítimas (46%), e especialistas estrangeiros (46%). A maioria discordou com a ideia de a designação dos membros ser realizada pelo governo (75%), presidente (74%), vítimas (56%), e ONU (52%). Dos participantes, 71% concordaram que os membros devem ser democraticamente escolhidos pelo povo.

Quando interrogados sobre quem pode comparecer perante as CVs, a maioria dos participantes (75%) concordou que “estes modelos de comissão devem ouvir qualquer pessoa que solicite uma audiência”; enquanto somente 38% concordaram que “estes modelos de comissões podem forçar alguém a aparecer e a depor”. Em relação ao comparecimento dos culpados por graves violações dos DH nas CVs, a maioria (67%) concordou que “os perpetradores devem estar, obrigatoriamente presentes na comissão”, em contraste com os 17% que concordaram que “os autores das atrocidades, comparecerem na comissão deve ser opcional (numa base voluntária)”.

Ao serem questionados sobre o que deveria ser a missão de uma CV, o maior nível de concordância entre os participantes foi de 92% e relacionou-se com os itens: “Um dos principais objetivos é garantir que as CVs, nos futuros governos, respeitem os direitos humanos”; “Um dos principais objetivos das CVs é obter a verdade sobre as atrocidades”;

“Um dos principais objetivos da CV é garantir que as vítimas se beneficiem de um tratamento psicológico adequado”. O segundo maior nível de concordância observado foi de 88% e referiu-se aos itens: “Um dos principais objetivos das CVs é promover a reconciliação entre os grupos que eram opositores”; “Um dos objetivos principais das CVs é evitar definitivamente a retomada desses atos de violência coletiva”; “Um dos principais objetivos das CVs é acabar com a violência contra os autores das atrocidades”. O terceiro maior nível de concordância foi de 85% e diz respeito ao item “Um dos objetivos principais das CVs é restaurar a dignidade coletiva das vítimas”. Outros itens tiveram índices de concordância relativamente elevados ou moderados: “Um dos principais objetivos das CVs é garantir que as atrocidades ocorridas não sejam negadas pelos seus autores (76%)”; “Um dos objetivos principais das CVs é reforçar a estabilidade do novo governo” (63%); “Um dos principais objetivos das CVs é mostrar as desigualdades sociais do país” (54%); “Um dos principais objetivos das comissões de verdade é curar as feridas morais das vítimas” (43%).

Finalmente, em relação à divulgação do trabalho das CV, 92% dos participantes concordaram que “o trabalho da comissão deve ser divulgado com regularidade pelos órgãos de comunicação nacional”; 85% com “os órgãos de comunicação internacional devem ser informados com regularidade do trabalho da comissão”; 80% acreditavam que “a comissão deve funcionar no país”; e 64% conceberam que o trabalho das CV deve ser conduzido em parceria com instituições internacionais.

Os resultados permitiram aos pesquisadores concluir que, em ambos os contextos, a grande maioria dos participantes reconhece que a instalação de CV é necessária após períodos de conflito político, que elas não representam um entrave à realização de justiça e que elas devem ser compostas por membros que não tenham vínculos políticos. A maioria dos participantes também concordou que as comissões devem atender qualquer pessoa que peça uma audiência, sem forçar ninguém a comparecer ou depor – com exceção dos culpados pelas

violações dos DH –, que deve haver ampla divulgação midiática dos trabalhos das CVs e que elas devem atuar no país. Por fim, a maioria dos entrevistados pareceu ter clareza das limitações das CVs, como não ter expectativas sobre um esperado efeito terapêutico, consequente ao testemunho das vítimas. Para os autores, a maioria valorizou positivamente o caráter simbólico das CVs e souberam diferenciar suas atribuições das atribuições próprias dos tribunais de justiça e dos governos democráticos.

Delfino (2014) estudou as representações sociais de três gerações sobre a DM e a CNV brasileiras. Participaram 209 sujeitos, entre adolescentes, jovens, adultos e idosos, escolhidos aleatoriamente. O instrumento utilizado consistiu num roteiro de entrevista semiestruturado individual que continha: questões sociodemográficas; uma questão de associação livre com o termo indutor *Governo militar*; cinco questões abertas, sendo três sobre a DM, uma sobre justiça de transição e uma sobre a CNV; quatro questões fechadas com opção de sim/não para conteúdos sobre violações de DH, grau de vitimização e filiação militar. Os dados foram analisados pelo programa Evoc, utilizando a expressão indutora *Governo militar* e pelo *software* Alceste.

Entre os sujeitos da pesquisa, 20% sofreram ou presenciaram violações de DH e 25% conheciam alguém que sofreu violações. A análise do Evoc demonstrou que os sujeitos apresentaram uma representação negativa do Governo Militar. O núcleo central da representação revelou que os conteúdos evocados ancoraram acentuadamente numa representação negativa da repressão, aliada ao desrespeito à democracia, próprio do regime ditatorial. A análise do Alceste apontou que o aspecto geracional foi central na diferenciação das classes: a classe 2 *Apurações de Violações de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade* apresentou a maior representatividade do *corpus* (31%) e foi composta por pessoas de 31 a 59 anos, com nível superior, vítimas diretas ou indiretas da DM; a classe 1 *Explicação da História Oficial* (19%) contou com participantes de até 20 anos, que não viveram a DM; a

classe 3 *Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que levaram ao Golpe Militar* (16%) foi representada por pessoas acima de 60 anos, que viveram a DM e têm pós-graduação; a classe 4 *Processar Criminalmente* (13%) contemplou participantes entre 21 e 30 anos, que não viveram a DM; e, por fim, a classe 5 *Processar Criminalmente e Indenizar* (21%) não apresentou faixa etária determinada.

A autora concluiu que a partir dos resultados é possível verificar que os participantes se colocaram de forma favorável à criação da CNV e que, em casos de confirmação de violações dos Direitos Humanos durante o período, apoiaram que os violadores fossem punidos criminalmente, bem como que os familiares das vítimas recebessem algum tipo de reparação.

Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho (2009) realizaram um estudo sobre a estrutura representacional da memória histórica da Ditadura Militar brasileira em três gerações, na cidade do Rio de Janeiro. Participaram 834 sujeitos, de ambos os sexos, com diferentes níveis de escolaridade e distintas orientações políticas, divididos em três amostras: adultos (200), jovens (432) e idosos (202). As duas primeiras amostras foram estratificadas por gênero, escolaridade e local de moradia. A terceira foi selecionada em locais de concentração do referido público, a exemplo da Universidade Aberta da Terceira Idade – integrada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e procurou seguir a proporção por gênero. Os adultos tinham entre 15 e 21 anos durante a DM e no momento da coleta entre 34 e 60 anos. Os jovens tinham 15 a 21 anos no período de coleta, ou seja, nasceram após a DM. Os idosos tinham 65 anos ou mais na ocasião da coleta e vivenciaram os dois governos Vargas quando tinham entre 15 e 21 anos. Utilizou-se como instrumento um questionário composto por perguntas fechadas e abertas e uma tarefa de associação livre de palavras, que teve como termo indutor a expressão *Regime Militar*.

Os resultados possibilitaram concluir que o *Regime Militar* foi representado de forma acentuadamente negativa pelos jovens e de forma menos rigorosa pelos idosos. As três gerações reconheceram o *Regime Militar* como uma ditadura. Os sujeitos adultos caracterizaram-se por apresentar uma memória valorativa e altamente crítica do período ditatorial, postura ambivalente por parte dos idosos. Quanto aos sujeitos jovens e idosos, o nível de escolaridade e a orientação política foram importantes para a compreensão de suas representações. A representação “guerra”, característica dos jovens, teve sentido dúbio e foi evocada pelos de direita e sem orientação definida e pelos que tinham nível médio e fundamental. A representação “época boa” foi evocada pelos idosos de direita e sem orientação definida e com nível fundamental.

Os estudos empíricos descritos a seguir utilizaram o mesmo instrumento que foi aplicado nesta pesquisa de mestrado, com as devidas adaptações para os contextos específicos e diferentes ênfases na priorização das variáveis analisadas, de acordo com os objetivos de cada estudo. As seguintes investigações foram realizadas em países latinoamericanos.

Arnosó, Cárdenas e Páez (2012) estudaram as diferenças intergeracionais no olhar sobre o passado repressivo chileno. Os objetivos do estudo corresponderam à avaliação da atitude frente ao passado, do conhecimento, impacto e avaliação das duas CVs chilenas por diferentes gerações. Participaram do estudo 1.278 pessoas, entre homens e mulheres, das cidades de Santiago (26,1%), Valparaíso (30,8%), Conceição (14,4%) e Antofagasta (28,7%), entre 18 e 90 anos, com média de idade de 39,6 anos ($DP = 17,36$). A quarta geração (11,8%) tinha entre 18 e 21 anos e correspondia aos que nasceram na democracia. A terceira geração (42,6%) tinha entre 22-38 anos e incluía as pessoas que nasceram na ditadura, mas eram menores de idade durante ela. A segunda geração (23,9%) tinha entre 39 e 55 anos e correspondia aos que completaram a maior idade durante a ditadura. A primeira geração (21,7%) tinha mais de 56 anos e incluía aqueles que eram maiores de idade na ocasião do

golpe de Estado. O questionário aplicado enfatizou as variáveis relativas à predisposição para rever o passado, conhecimento do trabalho realizado pela CNVR e pela CNPPT, compartilhamento social, percepção da eficácia de ambas as comissões, perdão social e confiança institucional.

Em relação ao grau de exposição à violência, 24% dos participantes consideraram-se vítimas diretas da ditadura, 33,4% vítimas indiretas e 42,7% não se consideraram vítimas. A maioria das vítimas diretas encontrava-se entre os participantes de primeira e segunda geração, e a maioria das vítimas indiretas entre os de terceira e quarta geração. Os não vitimados distribuíram-se normalmente entre as quatro gerações.

Sobre a disposição para rever o passado, os resultados demonstraram que houve um consenso quanto à importância de aprender com o passado ($M = 3,29$) e no desacordo com a ideia de evitar abrir velhas feridas ($M = 1,99$). As terceira e quarta gerações foram as que mais pontuaram na importância de aprender com o passado e as que menos concordaram com o esquecimento.

Quanto ao compartilhamento social sobre o período de violência, os participantes demonstraram relativa necessidade de falar sobre o período de violência ($M = 2,39$). Os mais jovens foram os que mais apresentaram necessidade de compartilhar socialmente sobre o passado, em contraste com os de segunda geração, que apresentaram menor necessidade.

Em relação ao conhecimento e à avaliação das CVs, 49% dos participantes conheciam o trabalho da CNVR e 39% o da CNPPT. O conhecimento sobre ambas as comissões foi crescente entre os de primeira e segunda geração e decrescente entre os de terceira e quarta. A percepção da eficácia das comissões foi baixa ($M = 1,86$). De modo geral, os participantes avaliaram que ambas as comissões contribuíram de alguma forma com a criação de uma história integradora ($M = 2,21$), contribuíram pouco para que as famílias soubessem a verdade sobre o que ocorreu aos seus entes queridos ($M = 1,87$), para que os perpetradores fossem

julgados ($M = 1,71$) e para evitar que no futuro não houvesse a repetição do passado ($M = 1,67$). As gerações mais jovens foram as que menos confiaram na eficácia de ambas as comissões.

Quanto às percepções sobre o pedido de desculpas oficiais, os participantes, em geral, acreditavam que as vítimas podem perdoar os que lhe causaram dano ($M = 2,58$), perceberam as desculpas como não sinceras ($M = 2,09$) e pouco eficazes ($M = 1,97$). Quanto mais jovens os participantes, menor a eficácia percebida em relação ao pedido de desculpas.

Em relação à confiança institucional, os participantes, em geral, apresentaram baixa confiança nas instituições como um todo ($M = 2,09$). O maior nível de confiança foi verificado em relação às organizações de base, ONGs, sindicatos, Forças Armadas e Igreja. E o menor nível de confiança em relação aos partidos políticos, congresso, governos estaduais, justiça, governos municipais e poder executivo. De modo geral, as pontuações relativas aos níveis de confiança nas diferentes instituições foram muito baixas. Os participantes de maior idade foram os que apresentam maior nível de confiança institucional.

Os resultados permitiram aos autores concluir que: há um consenso diante da importância de aprender com o passado; a primeira e a segunda gerações foram as que mais concordam com a recusa de abertura de velhas feridas; a segunda geração foi a que menor necessidade sentiu de compartilhar socialmente sobre a ditadura e que mais evitava falar de determinados aspectos do ocorrido; as gerações mais jovens foram as que mais compartilharam socialmente sobre o passado; aqueles que têm menor conhecimento sobre o trabalho das comissões foram os que menos acreditaram na possibilidade de perdão, perceberam com menor sinceridade as desculpas e os que perceberam menor eficácia nas medidas transicionais; as gerações mais velhas eram as que tinham maior conhecimento do trabalho realizado pelas comissões, avaliaram-nas com maior eficácia e tinham maior nível de confiança institucional.

Cárdenas, Páez e Rimé (2013) realizaram uma investigação para avaliar o impacto dos processos transicionais no Chile. Participaram do estudo 1278 participantes, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 90 anos, das cidades chilenas demograficamente mais importantes (Santiago, Valparaíso, Conceição e Antofagasta). Entre os objetivos, os pesquisadores pretendiam observar os efeitos da exposição à violência coletiva sobre a confiança institucional, a avaliação do pedido de desculpas oficial e do trabalho das comissões e seus efeitos em suas atitudes frente ao perdão social e à recordação do passado. O questionário aplicado enfatizou as variáveis referentes ao grau de exposição à violência, atitude frente às comissões, avaliação das desculpas oficiais, perdão social, atitude frente ao passado, compartilhamento social, confiança institucional e ideologia política.

Os dados referentes à exposição à violência, ao conhecimento e avaliação das CV chilenas (Comisión Nacional de Verdad y reconciliación – CNVR; Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura – CNPPT) demonstraram que 24% dos participantes se consideraram vítimas diretas das violações dos DH ocorridas no Chile, entre 1973-1989, 33,4% se consideraram vítimas indiretas e 42,6% não se consideraram vítimas; 42,6% conheciam o trabalho da CNVR e 38,9% conheciam o da CNPPT; as vítimas diretas tinham maior conhecimento do trabalho das duas comissões do que as vítimas indiretas e os não vitimados; 76,5% das vítimas diretas, 85,2% das vítimas indiretas e 73,7% dos não vitimados aprovavam o trabalho da CNVR.

Em relação às atitudes frente às comissões, avaliação de seus objetivos e das desculpas oficiais e atitudes frente ao passado, os autores encontraram que aqueles que avaliaram favoravelmente o trabalho das comissões consideraram que elas ajudaram os familiares a saber o que ocorreu aos seus entes queridos, contribuíram para gerar uma história integradora, favoreceram o julgamento dos perpetradores da violência e contribuíram para que as graves violações dos DH não voltem a ocorrer. Os participantes que aprovaram ($M = 1,91$) o trabalho

das comissões eram menos propensos ao esquecimento social do que aqueles que o desaprovaram ($M = 2,16$) e acreditavam mais ($M = 2,69$) do que os que desaprovaram o trabalho das comissões ($M = 2,30$) que as vítimas podem perdoar aqueles que as violentaram. Os que aprovaram o trabalho das comissões ($M = 2,11$) perceberam mais sinceridade no pedido de desculpas oficiais do que aqueles que o desaprovaram ($M = 1,66$). Aqueles que avaliaram positivamente o trabalho das comissões ($M = 2,14$) apresentaram índice de confiança institucional maior do que aqueles que o desaprovaram ($M = 2,00$).

Quanto à ideologia política, confiança institucional e atitudes frente ao perdão e ao esquecimento, os resultados demonstraram que os participantes de esquerda falaram mais sobre os informes das comissões ($M = 2,29$) e avaliaram melhor ($M = 2,50$) o trabalho de ambas do que os de direita ($M = 1,57$; $M = 2,15$, respectivamente). Os participantes de esquerda atribuíram menor sinceridade ao pedido de desculpas oficiais e acreditaram em menor grau que ele contribuiu para que o sofrimento das vítimas fosse compreendido em relação aos participantes de direita. Os participantes de direita foram os que menos acreditaram na contribuição das comissões para o conhecimento da verdade sobre o que ocorreu às vítimas e para a criação de uma história que incorpora os diferentes grupos em um relato comum. Os participantes de esquerda foram os que menos acreditaram que as comissões fizeram justiça a respeito dos perpetradores de violência e que garantiram que as graves violações dos DH não voltassem a ocorrer. Finalmente, os participantes de direita ($M = 2,30$) pontuaram mais do que os de esquerda ($M = 1,88$) nos níveis de confiança institucional.

Os resultados apresentados levaram os autores a concluir que: as vítimas demonstraram um senso crítico maior do que as não vítimas, avaliaram as desculpas oficiais como pouco sinceras, apresentaram baixos níveis de confiança institucional, acreditaram que as comissões desenvolveram um bom trabalho, opuseram-se ao esquecimento e concordaram com a impossibilidade de perdoar os que lhes causaram sofrimento; a maioria dos

participantes acreditou que as comissões proporcionaram o conhecimento da verdade sobre o ocorrido, melhores condições para que a justiça fosse feita e a criação de uma história integradora; aqueles que avaliaram positivamente o trabalho das comissões tenderam a confiar mais no perdão dos perpetradores pelas vítimas, a rechaçar o esquecimento do passado e a ter maiores níveis de confiança institucional; os participantes de esquerda apresentaram menor confiança institucional, valorizaram mais o trabalho das comissões, falaram mais sobre o período de violência, perceberam como pouco sinceras as desculpas oficiais e julgaram que as comissões não foram eficientes na promoção de justiça e prevenção das graves violações dos DH; os participantes de direita acreditavam que as comissões não ajudaram a conhecer a verdade sobre o passado; finalmente, aqueles que avaliaram positivamente o trabalho das comissões consideraram ser mais difícil perdoar aos perpetradores.

Arnosó et al. (2014a) procederam a uma investigação sobre as diferenças intergeracionais diante das medidas de justiça transicional, na Argentina. Entre os objetivos do estudo, os autores pretendiam: explorar em que medida os diferentes grupos etários acreditavam ser importante falar sobre o passado ditatorial e de quanta informação dispunham sobre ele; analisar quanta informação as distintas gerações tinham sobre as medidas transicionais instauradas e como avaliavam a eficácia delas; conhecer quais os requisitos que a população considerava necessários para a reconciliação nacional; avaliar a percepção em torno dos distintos modos de reparar o passado traumático e; conhecer a participação social nas atividades relacionadas ao passado e à defesa dos DH. Participaram da pesquisa 265 pessoas, entre homens e mulheres, de 18 a 83 anos, com média de idade de 32,88 anos ($DP = 16,29$). Entre os participantes, 23,4% pertenciam à denominada primeira geração (eram maiores de idade na ocasião do golpe estatal de 1976), 76,6% eram da terceira geração (nasceram na democracia), 29,4% eram de esquerda e os de primeira geração tenderam a simpatizar com a direita. O questionário aplicado enfatizou as variáveis relativas às atitudes

frente ao passado, grau de conhecimento sobre o período de violência, compartilhamento social sobre o passado, grau de conhecimento sobre as medidas transicionais, percepção sobre os pedidos de desculpas oficiais e medidas de garantia e de promoção dos DH.

No que se refere à recordação do passado, os resultados apontaram que a geração que nasceu na democracia (terceira geração) discordou da ideia de não abrir velhas feridas, falando do que ocorreu no passado. A primeira geração era a que tinha maior conhecimento sobre o período ditatorial. Ambas as gerações demonstraram a necessidade de falar sobre o que ocorreu, embora a existência de aspectos do quais não quisessem falar fosse maior entre os de primeira geração. A terceira geração foi a que mais tomou conhecimento do pedido de desculpas por parte do presidente Kirchner. A percepção de eficácia das medidas transicionais foi alta, principalmente em relação à CONADEP e aos julgamentos por crimes de Lesa Humanidade, o que não foi observado em relação ao pedido oficial de desculpas, avaliado como menos eficaz.

Em relação ao desejo pela reconciliação e aos requisitos para o seu alcance, a primeira geração foi a que mais demonstrou desejo pela reconciliação. A terceira geração avaliou como indispensável para a reconciliação que fossem administrados julgamentos e punições aos perpetradores de violência. O perdão social só foi solicitado pelos de primeira geração, não aparecendo como tão relevante entre os de terceira geração.

Quanto às medidas para reparação e participação em atividades simbólicas e de DH, os participantes, como um todo, avaliaram como medidas úteis para reparar o passado traumático: aumento de oportunidades sociais; luta por justiça e contra a impunidade; defesa dos DH; prevenção da violência coletiva; diminuição da desigualdade; reparação às vítimas; educação em DH; mudanças institucionais; e difusão do ocorrido durante a ditadura. Em menor grau, eles também reconheceram a importância de cerimônias em memória de todas as vítimas. Para os participantes da terceira geração, as medidas mais relevantes foram a difusão

do que ocorreu, a defesa dos DH, a reparação às vítimas e as mudanças institucionais. Os de terceira geração eram os que mais participavam de atividades simbólicas de comemoração ou organizadas por entidades de DH, embora a participação fosse muito baixa em ambas as gerações.

Os resultados permitiram aos autores concluir que: os participantes de terceira geração foram aqueles que demonstraram menor informação sobre o passado e as medidas transicionais, contudo eram os mais dispostos a conhecer e difundir o passado e com maior participação social; uma minoria dos participantes de primeira geração defendeu que não se abrissem velhas feridas; ambas as gerações compartilharam a necessidade de falar sobre o passado, embora a existência de aspectos dos quais não quisessem falar fosse maior entre os de primeira geração; a medida transicional mais conhecida entre a maioria dos participantes era a CONADEP, embora a maioria tenha apresentado baixíssima informação sobre ela e as demais medidas; apesar do baixo grau de informação, a percepção de eficácia das medidas transicionais foi alta, principalmente em relação à CONADEP e aos julgamentos por crimes de Lesa Humanidade; finalmente, os participantes de terceira geração foram os que mais concordaram com que houvesse julgamentos e punições para os responsáveis pelas graves violações dos DH.

Arnosó et al. (2014b) realizaram uma pesquisa que objetivou investigar o grau de conhecimento, sinceridade e eficácia percebida em relação ao trabalho da Comissão da Verdade e Justiça – CVJ paraguaia, diante do pedido de desculpas oficiais, bem como o nível de compartilhamento social sobre o período repressivo e a comissão. Participaram da pesquisa 1.192 pessoas, de ambos os sexos, entre 17 e 90 anos, com média de idade de 38,4 anos ($DP = 15,18$). Entre os participantes, 20,5% consideraram-se vítimas diretas da ditadura, 34,4% vítimas indiretas e 45,1% não se consideraram vítimas, 66% morava em Assunção e 34% no interior (Misiones e Caaguazú) do Paraguai. A coleta foi realizada em 2012 e o questionário

aplicado enfatizou as variáveis referentes ao grau de informação sobre a CVJ, percepção da eficácia da CVJ, compartilhamento social e percepção sobre as desculpas oficiais.

A partir de uma comparação regional, foi constatada uma maior porcentagem de vítimas entre os participantes do interior, em relação à capital, de modo que, apenas 7,8% dos que moravam no interior não se consideravam vítimas, em contraste com 64% dos que moravam em Assunção.

Sobre o grau de informação e eficácia percebida a respeito do trabalho realizado pela CVJ, os resultados apontaram que os participantes, em geral, avaliaram a CVJ como eficaz ($M = 2,75$), embora possuíssem pouca informação sobre o trabalho da Comissão ($M = 2,18$). Os participantes concordaram que a CVJ: ajudou as famílias a saberem o que ocorreu aos seus entes queridos ($M = 2,90$); possibilitou uma versão verdadeira e confiável da história da nação ($M = 2,83$); ajudou a criar uma história nacional integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ($M = 2,77$); contribuiu para a não repetição do ocorrido ($M = 2,67$) e; viabilizou o julgamento dos perpetradores das atrocidades ($M = 2,58$). As vítimas diretas e os participantes do interior eram os que mais conheciam e avaliavam positivamente a CVJ. As vítimas do interior tiveram uma melhor percepção da CVJ do que as vítimas da capital.

Em relação ao compartilhamento social, os resultados apresentaram um baixo compartilhamento do trabalho da CVJ ($M = 2,18$). As vítimas diretas, seguidas das vítimas indiretas e daqueles que residiam no interior eram os que mais falavam sobre a CVJ.

Quanto à percepção acerca do pedido de desculpas oficiais, 55% dos participantes tinham conhecimento do pedido de perdão manifestado pelo presidente Fernando Lugo, em 2008. Os participantes tenderam a perceber as desculpas como sinceras ($M = 2,60$), contudo consideraram baixa a utilidade que elas tiveram para que a sociedade compreendesse o sofrimento das vítimas ($M = 2,39$) e para a melhora da confiança e das relações intergrupais

($M = 2,27$). As vítimas diretas eram as que maior conhecimento tinham das desculpas oficiais (71,9%). Não foram encontradas diferenças na percepção da sinceridade do pedido de desculpas relacionadas ao grau de exposição à violência.

Em relação aos fatores preditores da percepção da eficácia da CVJ, análises de correlação demonstraram que a percepção da eficácia da CVJ associou-se positivamente com ter informação sobre o trabalho da comissão, conhecer e perceber como sincero e eficaz o pedido de desculpas pronunciado por Lugo e maior compartilhamento social sobre o ocorrido e sobre a CVJ. Os autores procederam a uma regressão linear para analisar em que medida a percepção da eficácia da comissão podia ser explicada pelos distintos fatores avaliados. Os fatores que melhor predisseram a avaliação positiva da CVJ foram o maior compartilhamento social e a maior percepção da eficácia das desculpas para o aumento da empatia e da confiança intergrupala. O conhecimento e a percepção de sinceridade das desculpas oficiais também apareceram como variáveis preditoras.

A partir de tais resultados, os autores puderam concluir que: o maior conhecimento e percepção da sinceridade e eficácia das medidas transicionais associaram-se a uma maior percepção da eficácia da CVJ; a proximidade em relação às vítimas associou-se com o maior compartilhamento social sobre a CVJ e; o conhecimento do pedido de desculpas oficiais foi maior entre as vítimas e os que residiam no interior, embora ambos tenham sido aqueles que menos avaliaram as desculpas como eficazes.

Arnosó et al. (2014c) realizaram uma investigação para avaliar o impacto das violações dos DH e das medidas de justiça transicional nas regiões rurais mais afetadas (Misiones e Caaguazú) pela ditadura, no Paraguai. Os objetivos do estudo consistiram em: investigar a necessidade de compartilhamento social sobre o passado; analisar o conhecimento das medidas transicionais implantadas; verificar a percepção sobre a eficácia do trabalho realizado pela CVJ e do pedido de desculpas oficiais; explorar a participação da população em

mobilizações pró DH e; analisar o nível de confiança institucional. Participaram do estudo 400 pessoas, divididas igualmente entre as cidades de Misiones e Caaguazú e proporcionalmente entre homens e mulheres, com idade entre 18 e 90 anos e média de idade de 40,3 anos ($DP = 16,9$). Entre os participantes, 35,5% consideraram-se vítimas diretas da ditadura, 56,8% vítimas indiretas e 7,8% não se consideraram vítimas. A grande maioria (77,8%) identificou-se como de esquerda e 22,3% como de centro. Ninguém se identificou como de direita. O instrumento aplicado enfatizou as variáveis relativas ao compartilhamento social, conhecimento das medidas transicionais, participação em audiências, avaliação da eficácia da CVJ, pedido de desculpas oficial, impacto da participação política e confiança institucional.

Os resultados demonstraram que 80,8% dos participantes reconheceram que há vítimas entre os seus familiares. Em referência ao compartilhamento social sobre o passado e ao grau de exposição à violência, a necessidade de falar sobre o que ocorreu foi bastante alta, independente do grau de exposição à violência. Contudo, quanto maior o grau de violência sofrido, maior a existência de aspectos que nunca foram revelados a ninguém e de questões das quais não se queira falar.

Em relação ao perdão e à reconciliação, os resultados demonstraram uma alta percepção de sinceridade frente às desculpas oficiais pronunciadas pelo presidente Lugo, independente do grau de exposição à violência. Também foi verificada uma alta percepção da eficácia das desculpas para que a sociedade compreendesse o sofrimento das vítimas e para a melhora da confiança e das relações intergrupais. A possibilidade de as vítimas perdoarem aqueles que lhes causaram dano foi baixa, independente do grau de exposição à violência, sendo as vítimas diretas aquelas que mais acreditavam na impossibilidade de perdoar. A reconciliação era mais desejada entre as vítimas indiretas e os não vitimados. Os requisitos apontados para o alcance da reconciliação foram: o não esquecimento do passado, que as

novas gerações não viessem a passar pelo mesmo sofrimento, julgamento e punição para os perpetradores e que os culpados peçam perdão. Não há concordância com a exigência de que as vítimas tenham que perdoar aqueles que lhes causaram dano.

Quanto ao impacto psicossocial da ditadura sobre a participação social e política, quanto maior o grau de exposição à violência, maior o interesse por questões sociais e políticas. Verificou-se um alto grau de participação em atividades dos DH ou em movimentos organizados por familiares das vítimas, independente do grau de exposição à violência.

Em relação ao conhecimento das medidas transicionais e ao grau de exposição à violência, os participantes, em geral, tinham um alto conhecimento a respeito das medidas transicionais, como a CVJ e o pedido de desculpas de Lugo. Sobre a percepção da eficácia do trabalho da CVJ, os participantes consideraram que a comissão foi útil para ajudar os familiares das vítimas a saberem o que ocorreu aos seus entes queridos, construir uma história integradora, ajudar a julgar os responsáveis, evitar que o passado volte a se repetir e desenvolver uma versão confiável da história. De modo geral, a eficácia média percebida foi alta, independente do grau de exposição à violência.

Análises de correlação demonstraram que: (a) o desejo de não falar sobre determinados aspectos da violência relacionou-se com a menor percepção da eficácia da CVJ ($r = -0,14$) e maior grau de exposição à violência ($r = -0,14$); (b) prestar testemunho à CVJ associou-se com maior grau de exposição à violência ($r = -0,13$) e maior conhecimento do trabalho realizado pela CVJ ($r = 0,19$); (c) maior conhecimento das medidas transicionais associou-se a um maior grau de exposição à violência ($r = -0,26$), menor eficácia das desculpas oficiais ($r = 0,11$) e ao aumento do interesse por questões sociais ou políticas ($r = 0,23$); (d) percepção de eficácia da CVJ associou-se a uma menor inibição do compartilhamento social sobre a ditadura ($r = -0,14$); (e) percepção da eficácia do pedido de desculpas associou-se a um maior desejo de reconciliação ($r = 0,38$), a uma menor

necessidade de falar sobre a ditadura ($r = -0,16$), a um menor grau de exposição à violência ($r = 0,26$), menor conhecimento das medidas transicionais ($r = -0,11$) e uma menor participação em atividades realizadas por entidades de DH ($r = -0,15$).

À guisa de conclusão, os autores pontuaram que a repressão aumentou o interesse sociopolítico das vítimas. Os participantes apresentaram grande conhecimento das medidas transicionais implementadas, uma alta percepção da eficácia da CVJ e do pedido de desculpas oficiais e concordaram que os julgamentos e punições são aspectos necessários para a reconciliação.

Martínez et al. (2015) realizaram uma pesquisa para verificar a relação entre as representações sociais do passado e as medidas de justiça transicional na América Latina. Participaram 4.900 sujeitos de cinco países latinoamericanos: Chile (26,1%), Peru (24,5%), Paraguai (24,3%), Uruguai (14,5%) e Argentina (10,6%), de ambos os sexos, com idade entre 18 e 90 anos. O questionário aplicado enfatizou as variáveis relativas à predisposição para rever o passado, percepções sobre as CVs e percepções sobre o pedido de desculpas oficial.

Os resultados revelaram que pouco mais de 40% dos participantes consideraram-se vítima (direta ou indireta) ou não vítima da repressão, sendo 40,6% vítimas e 59,4% não vítimas. Entre as vítimas, 38,1% eram chilenos, 24,6% peruanos, 30,5% paraguaios, 5,1% uruguayos e 5,7% argentinos. De forma geral, os participantes, em sua maioria (83,7%), acreditam ser necessário aprender com os erros do passado, sendo 92,1% deles argentinos, 85,9% chilenos, 91,03% peruanos e 92,3% paraguaios. Contudo, 58,2% dos uruguayos foram na direção contrária à dos demais participantes. De modo geral, as vítimas (77% vs. 60% de não vítimas) foram as que mais concordaram com a revisão do passado. Segundo a ideologia política, os identificados como de direita (43,66%) foram os que menos concordaram com o retorno ao passado. Apesar de a maioria concordar com a importância de aprender com o passado, apenas 35,8% responderam sentir necessidade de falar sobre o ocorrido e 13%

tinham compartilhado socialmente sobre os trabalhos das CVs. As vítimas sentiam maior necessidade de falar sobre o passado do que os que não eram vítimas (57,5% vs. 20,9%), embora apenas 29,7% das vítimas tenham afirmado ter compartilhado socialmente sobre o passado e as CV, em contraste com 2,55% dos que não são vítimas.

Em relação ao conhecimento do trabalho das CVs, a maioria dos sujeitos (41,9%) respondeu não ter conhecimento. Aqueles que tinham maior conhecimento das atividades das comissões eram os argentinos (90,1%) e os uruguaios (91%) em comparação com os peruanos (48,1%), chilenos (48,9%) e paraguaios (45,4%). O conhecimento era maior entre as vítimas (67,3% vs. 51,9% dos não afetados) e entre os de esquerda (73,1% vs. 41,09% dos de direita).

Quanto à eficácia das comissões, somente 46,29% consideraram-nas eficazes. A eficácia foi mais percebida entre os argentinos (88,43%) e paraguaios (65,57%), do que entre os chilenos (32,2%), uruguaios (37,1%) e peruanos (16,4%). Os participantes de esquerda (53,2%) perceberam as comissões como mais eficazes. Os de direita (65,4%) não reconheceram a eficácia das CVs. As vítimas (53,07%) valorizaram mais os resultados do trabalho das CVs do que os que não eram vítimas (40,3%).

Em relação à contribuição social das comissões, 51,9% acreditavam que elas ajudaram os familiares a ter conhecimento sobre o que ocorreu aos seus entes queridos; 45,1% julgaram que elas ajudaram a fazer justiça; 44% acreditaram que elas contribuiriam para que a violência não se repita; e 43,2% julgaram que elas ajudaram a construir uma história comum sobre o passado.

Quanto ao pedido de desculpas oficiais, apenas 50,01% consideraram-no sincero. A sinceridade foi mais percebida entre os uruguaios (84,49%), paraguaios (57,39%) e argentinos (47,78%), do que entre os chilenos (24,07%). No Peru, não houve pedido de desculpas. A maioria dos sujeitos (77%) acreditava que as vítimas podiam perdoar aos seus violadores.

As conclusões gerais dos autores apontaram para uma prevalência de uma atitude de abertura para a revisão do passado. Contudo, não foi verificada a mesma intensidade em relação ao compartilhamento social sobre o período de violência. A criação de uma memória coletiva integradora por parte das CVs foi o objetivo que obteve pior avaliação, demonstrando um papel limitado das comissões na criação de representações sociais hegemônicas, que reforcem a coesão social. A maioria dos participantes tinha conhecimento da existência das CVs, mas pouco ou nada sabiam sobre a sua atuação. O conhecimento sobre as CVs foi maior entre as vítimas e nos países onde se efetuaram mais medidas de reparação e restauração.

2.5. Conclusão do capítulo

Os estudos empíricos apresentados consolidam o que foi desenvolvido ao longo do capítulo. A partir deles, é possível verificar a dimensão da importância e impacto das CVs em países que enfrentaram ditaduras devastadoras, como o Brasil. As variáveis exploradas nesses estudos demonstram a diversidade e complexidade do tema em análise.

O primeiro conjunto de estudos empíricos apresentados representa uma contextualização sobre a produção relacionada às CVs e ao enfrentamento de um passado repressivo no Brasil e em outros países. Eles consistem num demonstrativo da linha de pensamento e produção em Ciências Humanas, na área da Justiça transicional e da superação das graves violações dos DH. A interface entre psicologia, história, direito e sociologia é muito presente nesse campo, cabendo à psicologia a menor parcela de contribuição formal. O segundo conjunto de estudos empíricos refere-se às pesquisas que se assemelham ao presente estudo na escolha do instrumento e de algumas análises desenvolvidas. Eles foram essenciais para a comparação entre os resultados encontrados em diferentes países latinoamericanos e os encontrados nesta dissertação.

Os resultados esmiuçados anteriormente são valiosos para as análises e conclusões que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho, sobretudo no que se refere às variáveis relativas à orientação política, confiança institucional, às percepções sobre a CNV, ao grau de exposição à violência, às atitudes frente aos DH e às ideias força trabalhadas no capítulo anterior.

Muito já se produziu em termos de Justiça transicional, e ainda há muito a ser feito para que o passado nunca seja esquecido e jamais se repita. É nessa direção que apontam os estudos empíricos descritos, que figuram como bússolas para esta dissertação e futuras investigações.

3. Objetivos

3.1. Objetivo geral

Verificar as representações sociais de universitários sobre a Comissão Nacional da Verdade e como essas representações relacionam-se com variáveis correspondentes às ideias força (orientação política, confiança institucional, atitudes frente aos Direitos Humanos, princípios de igualdade e tolerância, indicadores de concordância com a violência e grau de pós-convencionalismo).

3.2. Objetivos específicos

- Investigar a relação entre variáveis referentes às ideias força.
- Analisar a relação entre variáveis correspondentes à DM.
- Verificar a relação entre ideias força e variáveis referentes à DM.
- Examinar a relação entre ideias força e variáveis relativas à CNV.
- Investigar a relação entre variáveis correspondentes à DM e variáveis relativas à CNV.

4. Método

4.1. Participantes

O presente estudo tem caráter transversal e contou com uma amostra de conveniência constituída por 252 estudantes dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia, Letras e História, do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado no Campus I, em João Pessoa/PB.

O critério de seleção de cursos deu-se por meio da disponibilidade dos professores para colaborar com esta pesquisa. Sobre os participantes, 80,2% residem em João Pessoa, 66,5% são do sexo feminino e 33,5% do sexo masculino, 44,8% cursam Psicologia, 18,7% cursam Letras, 16,7% cursam Filosofia, 10,3% cursam Ciências Sociais e 9,5% cursam História. A média de idade foi de 23,69 anos ($DP = 8,52$).

4.2. Instrumentos

A coleta de dados realizou-se mediante a aplicação de um questionário (Apêndice B) já elaborado e aplicado em outros países (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Peru). O instrumento utilizado (Arnosó et al., 2014; Cárdenas et al., 2013) foi traduzido do espanhol para o português e validado semanticamente. A redação dos itens foi modificada quanto às referências à CNV e ao contexto histórico brasileiro. Somente o item Mudanças institucionais, referente à lista de Atitudes frente aos Direitos Humanos, foi excluído. Acrescentou-se um item à Escala de Conhecimento de medidas transicionais, com o intuito de abranger melhor o contexto brasileiro. O quarto item da Escala de indicadores de concordância com o uso da violência, que trata da igualdade social, teve sua escala invertida, bem como o terceiro item da Escala de grau de pós-convencionalismo, que versa sobre a necessidade de líderes nacionais que possam erradicar a imoralidade.

A validação semântica deu-se através das seguintes etapas: (a) tradução do instrumento original do espanhol para o português, que foi realizada por um aluno do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, com fluência em espanhol e conhecimento aprofundado sobre o conteúdo teórico do questionário; (b) versão para a língua portuguesa, que constou da revisão ortográfica, teórica e contextual do instrumento e foi realizada pela autora e orientadora da presente pesquisa; (c) aplicação e discussão do conteúdo do questionário, que contou com a colaboração de quatro estudantes de graduação do curso de psicologia da UFPB que se voluntariaram a participar dessa atividade; (d) revisão final, realizada pela autora e orientadora desta pesquisa.

O questionário utilizado é constituído por escalas e questões/itens que podem estar agrupados ou não. As respostas a essas escalas, questões e/ou itens são tipo sim/não ou tipo *Likert*. Dentre os eixos estruturantes do referido instrumento, destacam-se, de acordo com os objetivos deste estudo, dezoito escalas/grupos de itens:

1. *Grau de exposição à violência* – O grau exposição à violência foi avaliado por meio de dois itens que permitem verificar se o respondente considera-se vítima direta, indireta ou não vítima da Ditadura Militar. O item (1) indaga: “Você se considera uma vítima de violência, no período de 1964 e 1985, por parte do governo ou de seus agentes (polícia, forças armadas ou órgãos de segurança)?”. O item (2) interroga: “Houve vítimas de violência, entre os anos de 1964 e 1985, por parte do governo ou seus agentes (polícia, forças armadas ou órgãos de segurança) entre seus familiares ou amigos próximos?”. Ambos possuem como opção de resposta Sim/Não.

2. *Conhecimento do trabalho realizado pela CNV* – O conhecimento foi avaliado por meio de dois itens: Item 1: “Você tem conhecimento sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV)?”, com opções de resposta Sim/Não; Item 2: “Quanta informação você

diria que possui sobre a Comissão Nacional da Verdade?”, seguido de uma Escala *Likert*, na qual 1 significa Pouquíssima, 2 = Pouca, 3 = Moderada, 4 = Muita e 5 = MUITÍSSIMA.

3. *Participação em audiências promovidas pela CNV* – Composta por duas perguntas com opções de resposta Sim/Não, que indagam se o respondente (1) “Deu testemunho na Comissão Nacional da Verdade?” e (2) “Assistiu, pessoalmente ou por algum meio de comunicação, às audiências e reuniões públicas da Comissão Nacional da Verdade?”.

4. *Escala de Conhecimento e de participação referentes às atividades da CNV* – Compõem essa escala oito itens que tratam da tomada de conhecimento sobre as audiências e outras atividades da CNV através de meios de comunicação (Ex.: “Tem visto as audiências da Comissão Nacional da Verdade na televisão/internet ou visto as informações nas notícias.”), da leitura dos relatórios parciais da CNV [“Leu os relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade (ou parte destes)”] e da participação em atividades referentes às vítimas e ao período ditatorial [Ex.: “Tem participado de atividades simbólicas de recordação das vítimas (concentrações, marchas, mobilizações não religiosas)”]. Esses itens são seguidos de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO.

5. *Aprovação do trabalho da CNV* – Esse conteúdo foi avaliado através de um único item (“A respeito do que a Comissão Nacional da Verdade tem feito, você diria que”). Esse item é seguido por uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Desaprova fortemente, 2 = Desaprova, 3 = Aprova e 4 = Aprova fortemente.

6. *Escala de Percepção e avaliação do pedido de desculpas oficial* – Escala constituída por três itens que buscam avaliar se o respondente acredita no pedido de desculpas oficiais e se este contribuiu para a compreensão do sofrimento das vítimas e para a melhora da relação intergrupar dos envolvidos [Ex.: “Em março de 2014, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pediu desculpas pelos crimes e atos violentos cometidos no período da Ditadura Militar (1964-1985). Você acredita que as declarações e desculpas foram

sinceras?"]. Esses itens são seguidos de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 significa Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO.

7. *Escala de Compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência* – Essa escala consta de seis itens que interrogam sobre o compartilhamento social de conteúdos referentes à CNV e à Ditadura Militar [Ex.: “Você tem falado acerca da época de violência (1964-1985) com outras pessoas depois da criação da Comissão Nacional da Verdade?”]; e a necessidade de falar ou não sobre o período de violência [Ex.: “Existe algum aspecto da violência (1964-1985) do qual não queira jamais falar?”]. Esses itens são seguidos de uma Escala tipo *Likert*, na qual 1 equivale a Nada, 2 a Pouco, 3 a Muito e 4 a MUITÍSSIMO.

8. *Perdão social* – Esse aspecto foi avaliado por meio de um item [“Você acredita que as pessoas afetadas pela violência podem perdoar os que lhes causaram dano (individual ou grupal)?”]. Esse item é seguido por uma escala tipo *Likert*, na qual 1 equivale a De forma nenhuma e 7 = Totalmente.

9. *Escala de Avaliação do trabalho da CNV* – Escala composta por cinco itens: (a) um item que avalia o trabalho da CNV (“Se diz frequentemente que a Comissão Nacional da Verdade cumpre objetivos importantes. Na sua avaliação, a Comissão Nacional da Verdade está fazendo:”), acompanhado de uma escala tipo *Likert* na qual 1 corresponde a Um trabalho péssimo, 2 a Um trabalho ruim, 3 a Um trabalho bom e 4 a Um trabalho excelente e; (b) quatro itens que interrogam sobre a contribuição da CNV para: o esclarecimento dos fatos ocorridos às vítimas; a reconciliação nacional; o julgamento dos responsáveis pela violência; e a garantia de não reincidência dos fatos violentos (Ex.: “Você diria que a Comissão Nacional da Verdade está ajudando as famílias das vítimas a saber o que ocorreu aos seus entes queridos?”). Estes itens são seguidos de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 significa Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO.

10. *Escala de Predisposição para rever o passado* – Essa escala é composta por dois itens (adaptados de Gibson, 2004): (1) “Quando se trata do passado do país, devemos aprender com os erros cometidos a fim de evitar cometer os mesmos erros novamente” e (2) “É melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado”. Esses itens são seguidos de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 equivale a Totalmente falsa, 2 = Provavelmente é falsa, 3 = Provavelmente é verdadeira e 4 = Totalmente verdadeira.

11. *Escala de Confiança institucional* – Escala composta de itens que procuram verificar o grau de confiança do respondente em doze instituições (Ex.: Polícia, Partidos políticos, Poder executivo, Igreja e Movimentos sociais). Cada item é acompanhado de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 corresponde a Nenhuma confiança, 2 a Pouca confiança, 3 a Moderada confiança e 4 a Muita confiança.

12. *Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância* – Trata-se de uma escala composta por dois itens que versam sobre: a igualdade de direitos e oportunidades (“Pensa que é importante que todos os indivíduos do mundo sejam tratados com igualdade. Acredita que todos deveriam ter as mesmas oportunidades na vida.”) e a importância da tolerância de opiniões divergentes (“Parece-lhe importante escutar as pessoas que são distintas de você. Inclusive quando está em desacordo com elas, ainda deseja entendê-las.”). Esses itens são acompanhados de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 corresponde a Não se parece nada comigo, 2 a Não se parece comigo, 3 a Se parece pouco comigo, 4 a Se parece algo comigo, 5 a Se parece comigo e 6 a Se parece muito comigo.

13. *Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência* – Escala composta por cinco itens: (a) o primeiro item discorre sobre o uso da violência para a mudança social (“Às vezes é necessário usar a violência para alcançar a mudança na sociedade”). Esse item é seguido de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Discordo totalmente, 2 = Discordo, 3 = Concordo e 4 = Concordo totalmente; (b) os dois itens seguintes interrogam o quão

justificável é o uso da violência com autoridades corruptas e em caso de roubo (Ex.: “Quão justificado é, com o objetivo de protestar e fazer reclamações, que se aplique castigos físicos às autoridades corruptas?”). Esses itens são acompanhados de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Muito injustificado, 2 = Injustificado, 3 = Justificado e 4 = Muito justificado; (c) os dois últimos itens tratam da igualdade social e dominação grupal (Ex.: “Alguns grupos devem dominar outros na sociedade.”). Acompanha estes itens uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Discordo totalmente, 2 = Muito pouco, 3 = Pouco, 4 = Mais ou menos, 5 = Suficiente, 6 = Muito e 7 = Concordo totalmente.

14. *Atitudes frente aos Direitos Humanos* – Consta de uma lista de nove direitos (Prevenção da violência coletiva, Defesa dos DH, Reparação às vítimas da DM, Fim da impunidade, Diminuição das desigualdades, Aumento das oportunidades sociais, Educação em DH, Cerimônias em memória de todas as vítimas, Difusão de informação sobre o que se passou). Para cada direito, o respondente deve dar uma resposta de Sim ou Não.

15. *Orientação política* – A orientação política é verificada por meio de uma pergunta (“Em assuntos políticos as pessoas falam frequentemente de esquerda e direita. Onde se situariam suas ideias na seguinte escala, independentemente de você se interessar ou não pela política?”). Essa pergunta é seguida de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 corresponde a Extrema esquerda e 7 a Extrema direita.

16. *Escala de Conhecimento de medidas transicionais* – Compõem esta escala quatro itens sobre as informações que o participante possui a respeito da existência de grupos organizados, de memoriais e monumentos que mantêm viva a lembrança do período ditatorial (Ex.: Grupo Tortura Nunca mais e Memorial da Resistência de São Paulo). Esses itens são seguidos de um escala tipo *Likert*, na qual 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO.

17. *Escala de Grau de pós-convencionalismo* – Constam nessa escala três itens, sendo que dois deles referem-se a visões que demonstram um espírito democrático (Ex.: “Nosso país

necessita de livres pensadores, que tenham coragem para confrontar os convencionalismos, inclusive se isto perturbar muitas pessoas”) e um deles refere-se a uma visão conservadora (“Nosso país necessita de líderes fortes que possam erradicar o extremismo e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual”). Esses itens são seguidos de uma escala tipo *Likert*, na qual 1 = Discordo totalmente, 2 = Pouco, 3 = Algo, 4 = Mais ou menos, 5 = suficiente, 6 = Bastante e 7 = Concordo totalmente.

18. *Variáveis sociodemográficas* – As informações sociodemográficas foram obtidas por meio de questões sobre: cidade onde mora, Sexo, Idade, Escolaridade, Curso e Etnia.

4.3. Procedimentos éticos

Seguiram-se todos os cuidados éticos concernentes à pesquisa que envolve seres humanos, conforme preconizado pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após o registro da pesquisa na Plataforma Brasil e a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP-CCS) da UFPB, os sujeitos identificados dentro dos critérios de inclusão foram convidados a participar da pesquisa. Na ocasião de aplicação do questionário, foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias. Os objetivos da pesquisa e o tipo de participação dos indivíduos foram explicitados e esclareceu-se a possibilidade de desistência da participação, caso desejassem, sem prejuízos para o estudo e para o respondente. Os participantes foram informados sobre a garantia do sigilo e de que todos teriam uma devolução, se assim desejassem, dos resultados gerais da pesquisa. Também foi solicitada a permissão dos participantes para a divulgação dos dados do estudo em meios acadêmicos, como artigos e eventos de natureza científica.

4.4. Procedimentos de coleta

Os dados foram coletados no Campus I da UFPB, localizado em João Pessoa/PB. Após receber o parecer favorável do Comitê de Ética, foi estabelecido o contato inicial com as coordenações dos cursos e com os professores que se dispuseram a ceder um período de suas atividades em sala de aula para aplicação do instrumento com seus alunos. O questionário foi respondido individualmente. A aplicação foi coletiva, em ambiente de sala de aula, com duração aproximada de quarenta e cinco minutos.

4.5. Procedimentos de análise

Após a elaboração do banco de dados, estes foram analisados através do *software* SPSS 18. Efetuaram-se: (a) frequências das Variáveis sociodemográficas, Grau de exposição à violência, Conhecimento do trabalho realizado pela CNV e Participação em audiências promovidas pela CNV; (b) análises descritivas (médias e desvios padrão) das Atitudes frente aos Direitos Humanos, Idade, Escala de confiança institucional, Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância, Escala de Grau de pós-convencionalismo, Conhecimento do trabalho realizado pela CNV, Escala de Conhecimento e participação das atividades da CNV, Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência, Aprovação do trabalho da CNV, Escala de Percepção e avaliação do pedido de desculpas oficial, Orientação política, Escala de Conhecimento de medidas transicionais, Escala de Compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência, Perdão social, Escala de Predisposição para rever o passado e Escala de avaliação do trabalho da CNV; (c) procedimentos de correlação entre Orientação política e Atitudes frente aos Direitos Humanos, Grau de exposição à violência, Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância, Escala de Grau de pós-convencionalismo, Escala de predisposição para rever o passado, Conhecimento do trabalho realizado pela CNV, Escala de avaliação do trabalho da CNV, Escala de concordância com o

uso da violência, Escala de compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência e Aprovação do trabalho da CNV; (d) análises fatoriais exploratórias da Escala de confiança institucional e da Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência; (e) regressões lineares múltiplas com as Escala de confiança institucional, Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância, Escala de Grau de pós-convencionalismo, Aprovação do trabalho da CNV, Orientação política, Atitudes frente aos Direitos Humanos, Grau de exposição à violência e Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência.

5. Resultados

5.1. Dados sociodemográficos

Os dados sociodemográficos estão detalhados na Tabela 1 que apresenta os resultados para as análises de frequência das variáveis *Cidade*, *Sexo*, *Escolaridade*, *Curso* e *Etnia*, bem como a análise da média e desvio padrão da variável *Idade*. Destaca-se que 80,2% ($n = 202$) dos participantes residem em João Pessoa/PB, 65,5% ($n = 165$) são do sexo feminino, 81,3% ($n = 205$) possuem ensino superior incompleto, 44,8% ($n = 113$) cursam Psicologia, 46,8% ($n = 118$) consideram-se pardos e a média de idade foi de 23,69 anos ($DP = 8,52$).

Tabela 1
Caracterização da amostra de participantes

Variáveis	Valores	<i>N</i>	%	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mín.</i>	<i>Máx.</i>
<i>Cidade</i>							
	João Pessoa	202	80,2				
	Bayeux	15	6				
	Santa Rita	14	5,6				
	Sapé	4	1,6				
	Cabedelo	3	1,2				
	Mamanguape	3	1,2				
	Conde	2	0,8				
	Pedras de Fogo	2	0,8				
	Alhandra	1	0,4				
	Condado	1	0,4				
	Itaporanga	1	0,4				
	Jacaraú	1	0,4				
	Não informado	1	0,4				
	Natal	1	0,4				
	Timbaúba	1	0,4				
	Total	252	100				
<i>Sexo</i>							
	Feminino	165	65,5				
	Masculino	83	32,9				
	Não informado	4	1,6				
	Total	252	100				

Escolaridade

Ensino superior incompleto	205	81,3
Ensino superior completo	32	12,7
Pós-graduação/Especialização	6	2,4
Não informado	9	3,6
Total	252	100

Curso

Psicologia	113	44,8
Letras	47	18,7
Filosofia	42	17,7
Ciências Sociais	26	10,3
História	24	9,5
Total	252	100

Etnia

Pardo	118	46,8
Branco	90	35,7
Negro	31	12,3
Indígena	4	1,6
Amarelo	3	1,2
Não informado	6	2,4
Total	252	100

Idade

251	23,69	8,52	17	58
-----	-------	------	----	----

5.2. Caracterização das respostas às escalas

Os resultados detalhados para as análises de frequência e descritivas (médias e desvios padrão) para as escalas utilizadas neste estudo encontram-se descritos no Apêndice A.

Grau de exposição à violência

Dos participantes da presente pesquisa, a minoria (7,9%) se considerou vítima da Ditadura Militar, enquanto 90,9% não se consideraram vítimas. Quanto a conhecer algum familiar ou amigo próximo que tenha sido vítima, 81,3% responderam não e 17,5% responderam sim.

Conhecimento do trabalho realizado pela CNV

Quanto a ter conhecimento sobre o trabalho da CNV, a maioria (64,7%) respondeu sim, que tem conhecimento e 34,5% assinalaram que não conhecem o trabalho da comissão. Numa escala de cinco pontos, na qual 1 = Pouquíssima, 2 = Pouca, 3 = Moderada, 4 = Muita e 5 = MUITÍSSIMA, a média demonstrou que os participantes tinham pouco conhecimento sobre o trabalho realizado pela CNV ($M = 2,05$; $DP = 0,98$).

Participação em audiências promovidas pela CNV

A maioria dos participantes (99,2%) não deu testemunho à CNV, apenas 0,4% testemunhou. Somente 18,3% dos participantes assistiram, pessoalmente ou por algum meio de comunicação, às audiências e reuniões públicas da CNV, enquanto 81% não assistiram de forma alguma.

Escala de Conhecimento e de participação referentes às atividades da CNV

Essa escala possui oito itens que são seguidos de uma escala de 4 pontos, na qual 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO. As médias dos itens variaram de 1,04 a 1,54, representando pouco ou nenhum conhecimento e participação dos respondentes nas atividades da CNV. O item com menor média referiu-se à participação nas atividades de organizações de familiares de pessoas afetadas ($M = 1,04$; $DP = 0,24$). O item com maior média referiu-se à visualização das audiências da Comissão Nacional da Verdade na televisão/internet ou de informações em notícias ($M = 1,54$; $DP = 0,61$).

Aprovação do trabalho da CNV

Numa escala de quatro pontos, onde 1 = Desaprova fortemente, 2 = Desaprova, 3 = Aprova e 4 = Aprova fortemente, a média demonstrou que os participantes aprovaram muito o trabalho da CNV ($M = 3,14$; $DP = 0,58$).

Escala de Percepção e avaliação do pedido de desculpas oficial

Os três itens que compõem a referida escala são seguidos por uma escala de 4 pontos, onde 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO. As médias dos itens variaram de 1,76

a 1,88, representando uma percepção e avaliação negativa do pedido de desculpas oficial, confirmada pela baixa pontuação. O item com menor média referiu-se à utilidade das desculpas na melhora da relação e da confiança entre os diferentes grupos em conflito ($M = 1,76$; $DP = 0,63$). O item com maior média referiu-se à percepção da sinceridade do pedido de desculpas oficial ($M = 1,88$; $DP = 0,63$).

Escala de Compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência

Compõem essa escala seis itens, todos seguidos de uma escala de 4 pontos, onde 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO. As médias dos itens variaram de 1,28 a 2,11, representando um baixo compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e o período de violência. O item com menor média referiu-se à existência de aspectos da violência na DM dos quais não se queira jamais falar ($M = 1,28$; $DP = 0,61$). O item com maior média referiu-se à necessidade de falar sobre os acontecimentos que ocorreram durante a DM ($M = 2,11$; $DP = 0,94$).

Perdão social

Tratando-se da possibilidade das vítimas de violência perdoarem aqueles que lhes causaram danos individuais ou grupais, numa escala de sete pontos, sendo 1 = De nenhuma forma e 7 = Totalmente, a média demonstrou que essa possibilidade é moderada ($M = 3,72$; $DP = 1,82$).

Escala de Avaliação do trabalho da CNV

Tal escala é composta por cinco itens. O primeiro item é seguido por uma escala de 4 pontos, onde 1 = Um trabalho péssimo, 2 = Um trabalho ruim, 3 = Um trabalho bom e 4 = Um trabalho excelente. Os demais itens são seguidos de uma escala de 4 pontos, na qual 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO. O item 1, que trata da avaliação do trabalho da CNV obteve média 2,98 ($DP = 0,58$), representando uma avaliação positiva do trabalho da

comissão. As médias dos demais itens variaram de 2,36 a 2,72, representando uma avaliação do trabalho da CNV que tende a ser positiva. O item com menor média referiu-se à utilidade da CNV na criação de uma história integradora dos diversos grupos envolvidos na DM ($M = 2,36$; $DP = 0,79$). O item com maior média referiu-se à utilidade da CNV no esclarecimento às famílias sobre o que ocorreu aos seus entes queridos ($M = 2,72$; $DP = 0,75$).

Escala de Predisposição para rever o passado

Os dois itens dessa escala são seguidos por uma escala de quatro pontos, onde 1 = Totalmente falsa, 2 = Provavelmente é falsa, 3 = Provavelmente é verdadeira e 4 = Totalmente verdadeira. A média do item que trata da importância de aprender com os erros cometidos a fim de evitar que eles sejam repetidos representou uma predisposição positiva para rever o passado ($M = 3,49$; $DP = 0,69$). O que foi confirmado pela pontuação baixa ao item que afirma que é melhor que não se abram velhas feridas ($M = 1,54$; $DP = 0,84$).

Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância

Os dois itens da escala são acompanhados de uma escala de 6 pontos, na qual 1 = Não se parece nada comigo, 2 = Não se parece comigo, 3 = Se parece pouco comigo, 4 = Se parece algo comigo, 5 = Se parece comigo e 6 = Se parece muito comigo. A média do item que defende a igualdade representou uma identificação dos participantes com esse princípio ($M = 5,26$; $DP = 1,0$). O que também foi observado no item que defende a tolerância 5,08 ($DP = 1,06$; $n = 248$).

Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência

Tal escala é composta por cinco itens. O primeiro item é seguido de uma escala de 4 pontos, que avalia o grau de necessidade do uso da violência, na qual 1=Discordo totalmente, 2 = Discordo, 3 = Concordo e 4 = Concordo totalmente; os dois itens seguintes são acompanhados de uma escala de 4 pontos, que avalia o grau em que o respondente julga justificável o uso de castigo físico para com os corruptos (item 2) e para com quem é pego

roubando (item 3), na qual 1 = Muito injustificado, 2 = Injustificado, 3 = Justificado e 4 = Muito justificado; os dois últimos itens são seguidos por uma escala de 7 pontos, que, em relação ao item 4, avalia o grau em que o respondente concorda com o aumento da igualdade social e, em relação ao item 5, seu grau de concordância com a dominação grupal, onde 1 = Discordo totalmente, 2 = Muito pouco, 3 = Pouco, 4 = Mais ou menos, 5 = Suficiente, 6 = Muito e 7 = Concordo totalmente. A média do item 1 representou uma discordância com a necessidade do uso da violência para alcançar mudança social ($M = 1,72$; $DP = 0,73$). A média do item 2 representou que é injustificado aplicar castigos físicos aos corruptos como forma de protesto ($M = 1,79$; $DP = 0,73$). O mesmo foi observado em relação ao item 3, que trata de castigar fisicamente aos que são pegos roubando ($M = 1,84$; $DP = 0,77$). A média do item 4 representou alta concordância com o aumento da igualdade social ($M = 6,11$; $DP = 1,29$). E a média do item 5 representou baixa concordância com a dominação grupal na sociedade ($M = 1,84$; $DP = 1,30$).

Atitudes frente aos Direitos Humanos

Foi computado um somatório da lista de nove direitos correspondente às atitudes frente aos Direitos Humanos. A concordância com cada direito assinalado valia um ponto. A média obtida representou uma alta concordância com os DH elencados ($M = 8,16$; $DP = 1,09$). O mínimo de direitos assinalados foi de 3,0 e o máximo de 9,0.

Orientação política

A orientação política foi seguida de uma escala de sete pontos, onde 1 = Extrema esquerda e 7 = Extrema direita. A média representou uma orientação que tende para o centro-esquerda ($M = 3,59$; $DP = 1,24$).

Escala de Conhecimento de medidas transicionais

Compõem essa escala quatro itens, seguidos de uma escala de 4 pontos, na qual 1 = Nada, 2 = Pouco, 3 = Muito e 4 = MUITÍSSIMO. As médias dos itens variaram de 1,30 a 1,45

representando pouquíssimo ou nenhum conhecimento das medidas transicionais apresentadas. O item com menor média referiu-se ao Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo/SP) ($M = 1,30$; $DP = 0,63$). O item com maior média referiu-se ao Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba (João Pessoa/PB) ($M = 1,45$; $DP = 0,69$).

Escala de Grau de pós-convencionalismo

A referida escala é composta por três itens, seguidos de uma escala de 7 pontos, na qual 1 = Discordo totalmente, 2 = Pouco, 3 = Algo, 4 = Mais ou menos, 5 = suficiente, 6 = Bastante e 7 = Concordo totalmente. As médias dos itens variaram de 4,58 a 5,31, representando um grau de concordância moderado com o pós-convencionalismo. O item com menor média referiu-se à necessidade de líderes fortes que erradiquem a imoralidade no Brasil ($M = 4,58$; $DP = 1,81$). O item com maior média referiu-se à necessidade de livres pensadores pós-convencionalistas no Brasil ($M = 5,31$; $DP = 1,53$).

5.3. Correlações

As análises de correlação foram realizadas entre a variável *Orientação política* e diversos itens referentes ao *Grau de exposição à violência*, à *Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância*, à *Escala de Predisposição para rever o passado*, às *Atitudes frente aos Direitos Humanos*, à *Escala de grau de pós-convencionalismo*, à *Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência*, à *Aprovação da CNV*, à *Escala de compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência*, ao *Perdão social*, à *Escala de avaliação do trabalho da CNV* e ao *Conhecimento do trabalho realizado pela CNV*. Os resultados estão dispostos na tabela 2, logo abaixo:

Tabela 2

Correlações entre itens de diferentes escalas e a Orientação política

	Orientação política*	
	R	P
Vítima da Ditadura Militar	-0,21	0,001
Conhecer familiares ou amigos vítimas da Ditadura Militar	-0,13	0,05
Crença na igualdade	-0,20	0,002
Tolerância com quem pensa de forma diferente	-0,09	0,15
Aprender com os erros do passado	-0,19	0,003
Não abrir velhas feridas	0,27	<0,001
Atitudes frente aos Direitos Humanos	-0,27	<0,001
O Brasil necessita de pós-convencionalistas	-0,27	<0,001
Pós-convencionalistas são bons cidadãos	-0,29	<0,001
O Brasil necessita de líderes contra a imoralidade	0,24	<0,001
Uso da violência para mudança social	0,05	0,45
Castigar fisicamente os corruptos	0,16	0,01
Castigar fisicamente quem é pego roubando	0,30	<0,001
Aumento da igualdade social	-0,24	<0,001
Dominação grupal	0,21	0,001
Aprovação da CNV	-0,38	<0,001
Tem falado sobre a DM após a criação da CNV	-0,23	<0,001
Necessidade de falar sobre o ocorrido na DM	-0,24	<0,001
Perdão social	0,21	0,001
A CNV ajudou a criar uma história integradora	-0,16	<0,001
Avaliação do trabalho da CNV	-0,06	0,38
Conhecimento do trabalho da CNV	-0,05	0,44
Quantidade de informação sobre a CNV	-0,09	0,19

**Toda menção direta à orientação política dever ser lida como orientação de direita*

Quanto ao *Grau de exposição à violência*, o item “Vítima da Ditadura Militar” obteve correlação negativa, significativa e fraca com a orientação política, apontando que quanto mais à direita está o participante, menos ele identifica-se como vítima. Já o item “Conhecer familiares ou amigos vítimas da Ditadura Militar” não correlacionou significativamente com a orientação política. Também foi verificado que “Conhecer familiares ou amigos vítimas da Ditadura Militar” correlacionou-se de forma positiva, significativa e fraca com “Vítima da Ditadura Militar”, bem como “Vítima da Ditadura Militar” correlacionou-se de forma positiva, significativa e fraca com a avaliação do trabalho da CNV (primeiro item da Escala

de avaliação do trabalho da CNV), significando que aqueles que se consideram vítimas tendem a conhecer outras vítimas entre os seus familiares e amigos e a avaliar de forma positiva o trabalho da CNV.

O item “Crença na igualdade”, da *Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância*, obteve correlação negativa, significativa e fraca com a orientação política, significando que quanto mais à direita está o participante, menos ele acredita na igualdade. O item “Tolerância com quem pensa de forma diferente”, que compõe a mesma escala, não correlacionou significativamente com a orientação política.

Da *Escala de Predisposição para rever o passado*, o item “Aprender com os erros do passado” obteve correlação negativa, significativa e fraca com orientação política, significando que quanto mais à direita o respondente menos ele quer rever o passado. O item “Não abrir velhas feridas” correlacionou-se de forma positiva, significativa e fraca com a orientação política, apontando que quanto mais à direita mais se evita tocar no passado.

A variável *Atitudes frente aos Direitos Humanos* – referente ao somatório da lista de nove direitos correspondente às atitudes frente aos Direitos Humanos – obteve correlação negativa, significativa e fraca com a orientação política, significando que quanto mais à direita situa-se o participante menos ele tende a defender os Direitos Humanos.

Da *Escala de grau de pós-convencionalismo*, os itens “O Brasil necessita de pós-convencionalistas” e “Pós-convencionalistas são bons cidadãos” obtiveram correlações negativas, significativas e fracas com a orientação política, significando que quanto mais à direita o participante menos ele concorda com a necessidade de haver pós-convencionalistas e que estes podem ser bons cidadãos. Ao contrário, item “O Brasil necessita de líderes contra a imoralidade” obteve correlação positiva, significativa e fraca com a orientação política, demonstrando que quanto mais à direita, mais se defende a necessidade de líderes conservadores.

Quanto à *Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência*, o item “Uso da violência para mudança social” não apresentou correlação significativa com a orientação política. Os itens “Castigar fisicamente os corruptos” e “Castigar fisicamente quem é pego roubando” obtiveram correlações positivas, significativas e fracas com a orientação política, significando que quanto mais à direita o participante, mais ele defende o uso de violência física com corruptos e em flagrante de roubo. O item “Aumento da igualdade social” obteve correlação negativa, significativa e fraca com a orientação política, apontando que quanto mais à direita, menos é defendido o aumento da igualdade social. O item “Dominação grupal” obteve correlação positiva, significativa e fraca com a orientação política, demonstrando que quanto mais à direita, maior a tendência a concordar com a dominação grupal.

A *Aprovação da CNV* apresentou correlação negativa, significativa de fraca a moderada com a orientação política, significando que quanto mais à direita o participante, menos ele aprova a CNV.

Em relação à *Escala de compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência*, o item sobre o compartilhamento acerca da DM após a criação da CNV e o item sobre a necessidade de falar sobre o ocorrido na DM apresentaram correlações negativas, significativas e fracas com a orientação política, significando que quanto mais à direita, menos o respondente fala ou sente a necessidade de falar sobre a Ditadura Militar.

O *Perdão social* se correlacionou de forma positiva, significativa e fraca com a orientação política, significando que quanto mais à direita está situado o participante, mais ele tende a acreditar que as vítimas podem perdoar seus violentadores.

Com respeito à *Escala de avaliação do trabalho da CNV*, o item “A CNV ajudou a criar uma história integradora” apresentou correlação negativa, significativa e fraca com a orientação política, significando que quanto mais à direita está situado o participante, menos

ele acredita que a CNV ajudou a criar uma história comum. Porém, o item “Avaliação do trabalho da CNV” não se correlacionou significativamente com a orientação política.

Sobre o *Conhecimento do trabalho realizado pela CNV*, tanto o item “Conhecimento do trabalho da CNV” quanto o item “Quantidade de informação sobre a CNV” não correlacionaram-se significativamente com a orientação política.

5.4. Análises fatoriais e Regressões múltiplas

Os doze itens da Escala de confiança institucional foram submetidos a uma análise fatorial de eixos principais (Ver tabela 3). Os indicadores de adequação da amostra apontaram a fatorabilidade dos itens (KMO = 0,76 e índice de esfericidade de Bartlett $\chi^2 = 1115,653$; $p < 0,001$). A inspeção do *scree plot* e dos autovalores indicou a retenção de três fatores que explicam conjuntamente 63% da variância. Os fatores foram submetidos à rotação oblíqua e foram considerados os itens que apresentassem carga fatorial igual ou superior a 0,3.

O fator um, denominado *Confiança governamental*, explicou 32,4% da variância e reuniu cinco itens (*Governos regionais, Governos locais, Partidos políticos, Poder executivo e Poder legislativo*). Este fator apresentou coeficiente de confiabilidade = 0,80. O fator dois, denominado *Confiança nos movimentos sociais*, explicou 16,8% da variância e reuniu três itens (*Grêmios, movimentos estudantis e sindicatos; Organizações de base e associações de moradores; Organizações não governamentais*). Este fator apresentou coeficiente de confiabilidade = 0,81. O fator três, denominado *Confiança nas instituições de controle*, explicou 13,7% da variância e reuniu quatro itens (*Forças armadas, Igreja, Polícia e Poder judiciário*). Este fator apresentou coeficiente de confiabilidade = 0,71. O item *Poder judiciário* revelou carga cruzada nos fatores um e três. Porém, decidiu-se retê-lo no fator três, visto que foi o que correspondeu à carga fatorial maior. Todos os fatores apresentaram

correlações significantes entre si: $r = 0,29$ ($p < 0,001$) entre F1 e F2; $r = 0,33$ ($p < 0,001$) entre F1 e F3 e $r = 0,12$ ($p = 0,051$) entre F2 e F3.

Tabela 3
Análise fatorial da Escala de confiança institucional

Itens	Fatores		
	Confiança Governamental	Confiança nos movimentos sociais	Confiança nas inst. de controle
O quanto você confia nos Governos regionais (Estado)?	0,82		
O quanto você confia nos Governos locais (Município)?	0,71		
O quanto você confia nos Partidos Políticos?	0,68		
O quanto você confia no Poder Executivo?	0,66		
O quanto você confia no Poder Legislativo?	0,38		
O quanto você confia nos grêmios, movimentos estudantis e sindicatos?		-0,92	
O quanto você confia em Organizações de base (Movimento social) e Associações de moradores?		-0,79	
O quanto você confia nas ONGs?		-0,60	
O quanto você confia nas Forças Armadas?			0,80
O quanto você confia na Igreja?			0,59
O quanto você confia na Polícia?			0,56
O quanto você confia no Poder Judiciário?			0,52
% Variância explicada	32,40%	16,80%	13,70%
	0,8	0,81	0,71
M	1,83	2,52	2,27
DP	0,51	0,73	0,64

Os cinco itens da *Escala de indicadores de concordância com o uso da violência* também foram submetidos a uma análise fatorial de eixos principais. Os indicadores de adequação da amostra apontaram a fatorabilidade dos itens (KMO = 0,60 e índice de esfericidade de Bartlett $\chi^2 = 187,926$; $p < 0,001$). A inspeção do *scree plot* e dos autovalores indicou a retenção de um fator que explicou 40% da variância. Os fatores foram submetidos à rotação oblíqua e foram considerados os itens que apresentassem carga fatorial igual ou superior a 0,3.

O fator único, denominado *Concordância com o uso da violência*, reuniu os cinco itens (*É justificável aplicar castigos físicos às autoridades corruptas como o intuito de protestar e reclamar?*; *É justificável castigar fisicamente aqueles que são pegos roubando?*; *Às vezes, é necessário usar a violência para alcançar a mudança na sociedade*; *Alguns grupos devem dominar outros na sociedade?*; *Deve-se aumentar a igualdade social?*), porém o item referente à igualdade social não apresentou carga com valor absoluto igual ou superior a 0,3. Este fator apresentou coeficiente de confiabilidade = 0,25, valor considerado abaixo do que é usualmente recomendado (0,7).

Também foram realizadas cinco regressões lineares múltiplas (Ver tabela 4), nas quais foi utilizado o seguinte padrão de variáveis explicativas: *De acordo com a escala, qual é a sua orientação política?* [Orientação política, item seguido de uma escala na qual 1 = extrema esquerda e 7 = extrema direita]; *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades* (item da Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância); *É justificável aplicar castigos físicos às autoridades corruptas com o intuito de protestar e reclamar?*, *É justificável castigar fisicamente aqueles que são pegos roubando?* e *Alguns grupos devem dominar outros na sociedade* (itens da Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência); *Considera-se vítima de violência por parte da Ditadura Militar?* (Grau de exposição à violência); *Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a igreja e ignoram as formas convencionais de vida sem deixarem de ser bons cidadãos*; (item da Escala de Grau de pós-convencionalismo).

A primeira regressão demonstrou uma associação entre a variável dependente *Aprovação do trabalho da CNV* e as variáveis explicativas – *De acordo com a escala, qual é a sua orientação política?* e *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades* – de intensidade moderada. O item *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas*

oportunidades prediz significativamente de forma positiva a aprovação da CNV, enquanto a *Orientação política* associou-se significativamente de forma negativa com a variável critério.

A segunda regressão mostrou uma associação negativa entre a variável critério *Confiança governamental* e a variável explicativa – *É justificável aplicar castigos físicos às autoridades corruptas com o intuito de protestar e reclamar?* – com intensidade fraca.

Na terceira regressão, a variável dependente *Confiança nos movimentos sociais* apresentou uma associação com as variáveis explicativas – *De acordo com a escala, qual é a sua orientação política?* e *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades* – de intensidade moderada. O item *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades* está significativamente relacionado de forma positiva com a *Confiança nos movimentos sociais*. Por outro lado, a *Orientação política* relacionou-se significativamente de forma negativa com a *confiança nos movimentos sociais*.

A quarta regressão apresentou associações entre a variável critério *Confiança nas instituições de controle* e as variáveis explicativas – *Considera-se vítima de violência por parte da Ditadura Militar?*; *De acordo com a escala, qual é a sua orientação política?*; *Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a igreja e ignoram as formas convencionais de vida sem deixarem de ser bons cidadãos* e *É justificável aplicar castigos físicos às autoridades corruptas com o intuito de protestar e reclamar* – de intensidade moderada. O item *Orientação política* está significativamente relacionado de forma positiva com a *Confiança nas instituições de controle*. Os itens *Considera-se vítima de violência por parte da Ditadura Militar?*, *Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a igreja e ignoram as formas convencionais de vida sem deixarem de ser bons cidadãos* e *É justificável aplicar castigos físicos às autoridades corruptas com o intuito de protestar e reclamar* estão

significativamente relacionados de forma negativa com a confiança nas instituições de controle.

Na quinta regressão, a variável dependente *Atitudes frente aos Direitos Humanos* (somatório da lista de nove direitos correspondente às atitudes frente aos Direitos Humanos) apresentou uma associação com as variáveis explicativas – *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades, É justificável castigar fisicamente aqueles que são pegos roubando, Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a igreja e ignoram as formas convencionais de vida sem deixarem de ser bons cidadãos e Alguns grupos devem dominar outros na sociedade* – de intensidade forte. Os itens *Acredita que todos os indivíduos do mundo devam ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades* e *Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a igreja e ignoram as formas convencionais de vida sem deixarem de ser bons cidadãos* estão significativamente relacionados de forma positiva com as Atitudes frente aos Direitos Humanos. Por outro lado, os itens *É justificável castigar fisicamente aqueles que são pegos roubando* e *Alguns grupos devem dominar outros na sociedade* relacionaram-se significativamente de forma negativa com a as Atitudes frente aos Direitos Humanos.

Tabela 4
Indicadores de ajuste e coeficientes de regressão dos cinco modelos testados (variáveis critério em itálico)

	R^2		t	p
	R	ajustado		
<i>Aprovação do trabalho da CNV</i>	0,51	0,25		
Crença na igualdade			0,20	5,666 <0,001
Orientação política			-0,13	-4,558 <0,001
<i>Confiança governamental</i>	0,17	0,03		
Castigar fisicamente os corruptos			-0,13	-2,796 0,006
<i>Confiança nos movimentos sociais</i>	0,37	0,13		
Orientação política			-0,16	-4,176 <0,001

	Crença na igualdade		0,15	3,136	0,002
<i>Confiança nas instituições de controle</i>		0,46	0,20		
	Vítima da Ditadura Militar		-0,53	-3,564	<0,001
	Orientação política		0,13	3,781	<0,001
	Castigar fisicamente os corruptos		-0,12	-2,164	0,03
	Pós-convencionalistas são bons cidadãos		-0,07	-3,321	0,001
<i>Atitudes frente aos Direitos Humanos</i>		0,52	0,25		
	Castigar fisicamente quem é pego roubando		-0,26	-3,017	0,003
	Crença na igualdade		0,25	3,541	<0,001
	Dominação grupal		-0,16	-3,05	0,003
	Pós-convencionalistas são bons cidadãos		0,12	3,214	0,002

Nota: Em todos os modelos foi adotado o método *backward stepwise*.

6. Discussão

Nesta dissertação, buscou-se conhecer, de modo geral, como universitários de cursos da área de Ciências Humanas representam a Comissão Nacional da Verdade. Especificamente, objetivou-se verificar a relação entre as variáveis referentes às ideias força (orientação política, confiança institucional, atitudes frente aos Direitos Humanos, princípios de igualdade e tolerância, indicadores de concordância com a violência e grau de pós-convencionalismo), como essas ideias força relacionam-se com as representações sociais sobre a CNV, e a relação entre variáveis referentes à violência oriunda da Ditadura Militar tanto com as ideias força, quanto com as variáveis referentes à CNV. Para alcançar tais objetivos, realizaram-se análises descritivas, análises de correlação, análises fatoriais e regressões lineares múltiplas. Uma vez descritos os resultados, neste capítulo prosseguir-se-á à sua discussão:

6.1. Análises descritivas

Grau de exposição à violência

Diferentemente dos demais estudos empíricos que utilizaram o mesmo instrumento que foi aplicado nesta pesquisa (Arnosó, Cárdenas & Páez, 2012; Cárdenas, Páez & Rimé, 2013; Arnoso et al., 2014a; Arnoso et al., 2014b; Arnoso et al., 2014c; Martínez et al., 2015), compostos por amostras intergeracionais, os participantes desta investigação apresentaram média de idade de 23,69 anos, ou seja, nasceram após a DM, o que reflete no baixíssimo número verificado de vítimas.

A minoria dos participantes (7,9%) se considerou vítima da DM, em contraste com os 90,9% que não se consideraram vítimas. Embora a maioria (81,3%) também não conhecesse algum familiar ou amigo próximo que tenha sido vítima, 17,5% disseram conhecer alguém.

Conhecimento do trabalho realizado pela CNV

Apesar de a maioria (64,7%) dos estudantes ter conhecimento sobre a CNV, a quantidade de informação que eles tinham sobre a comissão era pouca. Resultados semelhantes foram encontrados em: (a) Arnoso et al. (2014a) demonstraram que a CONADEP era a medida transicional mais conhecida entre os argentinos, embora a maioria deles tivesse pouquíssima informação sobre a Comissão; (b) Martínez et al. (2015), que concluíram que a maioria dos participantes dos cinco países investigados (Chile, Peru, Paraguai, Uruguai e Argentina) conhecia as respectivas CVs, contudo pouco ou nada sabiam sobre a sua atuação.

Participação em audiências promovidas pela CNV

Em relação a testemunhar perante a CNV, apenas um dos participantes deu testemunho à comissão. Quanto a assistir, pessoalmente ou por algum meio de comunicação, às audiências e reuniões públicas da CNV, a maioria (81%) não assistiu de jeito nenhum, e somente 18,3% dos participantes assistiram de alguma forma. Este resultado é congruente com a constatação de que os participantes tinham pouca informação sobre a CNV.

Conhecimento e participação referentes às atividades da CNV

Os resultados demonstraram que os participantes apresentaram pouco ou nenhum conhecimento e participação das atividades da CNV. A menor participação foi verificada em relação às atividades de organizações de familiares de pessoas afetadas. O maior conhecimento referiu-se à visualização das audiências da Comissão Nacional da Verdade na televisão/internet ou de informações em notícias. Tais resultados convergem com os encontrados em relação à quantidade de informação sobre a CNV e à participação ou visualização das audiências promovidas pela Comissão.

Aprovação do trabalho da CNV

Os participantes, de modo geral, aprovaram o trabalho da CNV.

Percepção e avaliação do pedido de desculpas oficial

De modo geral, a percepção e a avaliação do pedido de desculpas oficial foram negativas. A percepção de eficácia das desculpas foi baixa em relação à melhora da confiança entre os diferentes grupos em conflito e à compreensão do sofrimento das vítimas por parte da sociedade. O pedido de desculpas foi avaliado como pouco sincero. Resultados semelhantes foram encontrados em Arnoso, Cárdenas e Páez (2012) e demonstraram que os participantes chilenos perceberam o pedido de desculpas oficial como não sincero e pouco eficaz.

Compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência

Os resultados apresentaram um baixo compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre a DM. Os participantes, em geral, consideraram que não há aspectos da violência na DM dos quais não queiram jamais falar. Eles também demonstraram pouca necessidade de falar sobre os acontecimentos que ocorreram durante a DM. Martínez et al. (2015) também encontraram um baixo compartilhamento social sobre o período de violência entre participantes de cinco países latinoamericanos que instalaram CVs.

Perdão social

Os participantes acreditaram que é razoavelmente possível às vítimas de violência perdoarem àqueles que lhes causaram danos individuais ou grupais. Arnoso et al. (2014a) encontraram entre os participantes argentinos de terceira geração (nascidos no pós-ditadura) uma baixa crença na relevância do perdão social. Arnoso et al. (2014c) verificaram entre os participantes paraguaios uma baixa crença na possibilidade de as vítimas perdoarem os que lhe causaram dano.

Avaliação do trabalho da CNV

Os participantes consideraram que a CNV fez um bom trabalho. Também avaliaram que a CNV foi menos útil para a criação de uma história integradora dos diversos grupos envolvidos na DM, do que para a garantia de que as violações dos DH não voltassem a acontecer e para que os culpados pelas violações pudessem ser julgados. Em geral, os

estudantes consideraram que o trabalho da comissão foi mais útil para o esclarecimento das famílias sobre o que ocorreu aos seus entes queridos. Resultados semelhantes foram encontrados em: (a) Arnosó, Cárdenas e Páez (2012), relativos à percepção de eficácia das CVs chilenas para a criação de uma história integradora; (b) Arnosó et al. (2014b), no qual os participantes, de modo geral, avaliaram positivamente a CV paraguaia e apresentaram percepções semelhantes em relação à utilidade da CV para que as famílias soubessem o que ocorreu aos seus entes queridos, os culpados pelas violações fossem julgados e as violações não voltassem a ocorrer; c) Arnosó et al. (2014c), relacionados à percepção positiva do trabalho da CV paraguaia.

Predisposição para rever o passado

Os participantes, em geral, consideraram importante aprender com os erros cometidos a fim de evitar que eles fossem repetidos e discordaram de que é melhor que não se abram velhas feridas, demonstrando, desta forma, uma predisposição positiva para rever o passado. Resultados semelhantes foram encontrados em: (a) Arnosó, Cárdenas e Páez (2012), tanto em relação a aprender com o passado quanto a abrir velhas feridas; (b) Arnosó et al. (2014a), relativos à discordância com a ideia de não se abrir velhas feridas, manifestada pelos participantes de terceira geração (nascidos no pós-ditadura); (c) Martínez et al. (2015), em relação a aprender com os erros do passado.

Princípios básicos de igualdade e tolerância

De modo geral, os participantes concordaram que todos os indivíduos devem ser tratados com igualdade e ter as mesmas oportunidades e que se deve ser tolerante com aqueles que pensam de forma diferente.

Indicadores de concordância com o uso da violência

Os resultados encontrados demonstraram que os participantes tendem a discordar da necessidade do uso da violência para alcançar mudança social, que não há justificativa em

aplicar castigos físicos nem aos corruptos como forma de protesto, nem aos que são pegos roubando. Também se observou que os estudantes concordaram com o aumento da igualdade social e discordaram que alguns grupos devam dominar outros na sociedade.

Atitudes frente aos Direitos Humanos

Os participantes apresentaram alta concordância com os nove DH elencados: prevenção da violência coletiva, defesa dos DH, reparação às vítimas da DM, fim da impunidade, diminuição das desigualdades, aumento das oportunidades sociais, educação em DH, cerimônias em memória de todas as vítimas e difusão de informação sobre o que se passou.

Orientação política

De modo geral, os participantes apresentaram uma orientação política que tende para a esquerda-centro.

Conhecimento de medidas transicionais

Os participantes demonstraram baixíssimo conhecimento das medidas transicionais elencadas, apresentando menor conhecimento em relação ao Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo/SP) e maior conhecimento em relação ao Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba (João Pessoa/PB).

Grau de pós-convencionalismo

Os resultados demonstraram uma concordância moderada com a necessidade de líderes fortes que pudessem erradicar o extremismo e a imoralidade que prevalecem no Brasil atual. Os participantes concordaram mais com: o Brasil necessita de livres pensadores que tenham coragem para confrontar os convencionalismos, inclusive se isso perturbar muitas pessoas e; muitas pessoas desafiam o governo, criticam a Igreja e ignoram as formas convencionais de vida, sem que, por isso, deixem de ser bons cidadãos. De modo geral, os participantes concordaram mais com a ideias pós-convencionalistas.

6.2. Correlações

Aqueles que se reconheceram como vítimas da DM identificaram-se com uma orientação política à esquerda, conheciam outras vítimas entre os seus familiares e amigos e avaliaram de forma positiva o trabalho da CNV. Por outro lado, o conhecimento de familiares ou amigos vítimas da DM não se relacionou com a orientação política. Cárdenas, Páez e Rimé (2013) encontraram que os participantes de esquerda avaliaram mais positivamente o trabalho das CVs chilenas do que os de direita.

Em relação aos princípios básicos de igualdade e tolerância, quanto mais à direita o participante, menor a crença na igualdade de direitos e oportunidades. A tolerância com aqueles que pensam de forma diferente não se relacionou com a orientação política.

Em relação à predisposição para rever o passado, quanto mais à direita o participante, menor a concordância com a revisão do passado e maior a concordância com a não abertura de velhas feridas. Martínez et al. (2015) encontraram que os participantes de direita foram os que menos concordaram com a revisão do passado.

Sobre as atitudes frente aos DH, quanto mais à direita o participante, menor a disposição para com os DH.

Em relação ao grau de pós-convencionalismo, quanto mais à direita o participante, maior a concordância com a necessidade de líderes que erradiquem a imoralidade no Brasil e menor a concordância com a necessidade de livres pensadores pós-convencionalistas e com a ideia de que os pós-convencionalistas podem ser bons cidadãos.

No que concerne aos indicadores de concordância com o uso da violência, quanto mais à direita o participante, mais é considerado como justificado o uso de violência física com autoridades corruptas e em situações de flagrante de roubo e maior é a concordância com a dominação grupal na sociedade. Também foi verificado que quanto mais à direita, menor é a

defesa do aumento da igualdade social. Porém, o uso da violência para alcançar mudança social não se relacionou com a orientação política.

Sobre a aprovação da CNV, quanto mais à direita o participante, menor é a aprovação.

Em relação ao compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência, quanto mais à direita o participante, menor o compartilhamento social sobre a DM após a criação da CNV e a necessidade de falar sobre o ocorrido na DM. Cárdenas, Páez e Rimé (2013) encontraram que os participantes de esquerda foram os que mais compartilharam socialmente sobre a ditadura chilena.

Sobre o perdão social, quanto mais à direita o participante, maior a concordância com a possibilidade de as vítimas perdoarem os que lhes causaram dano.

No que concerne à avaliação do trabalho da CNV, quanto mais à direita o participante, menor a concordância com utilidade da CNV para a criação de uma história integradora. Por outro lado, a avaliação do trabalho da CNV não se relacionou com a orientação política. Cárdenas, Páez e Rimé (2013) encontraram que os participantes de direita foram os que menos concordaram que as CVs chilenas ajudaram a construir uma história integradora.

O conhecimento do trabalho da CNV e a quantidade de informação sobre a Comissão não se relacionaram com a orientação política.

6.3. Análises fatoriais e Regressões múltiplas

Para a execução das regressões lineares múltiplas, decidiu-se realizar: (1) análise fatorial da Escala de Confiança Institucional, composta por doze itens; (2) análise fatorial da Escala de indicadores de concordância com o uso da violência, composta por cinco itens; (3) somatório da lista de nove direitos correspondentes às Atitudes frente aos Direitos Humanos.

A análise fatorial da Escala de Confiança Institucional gerou três fatores (Confiança governamental, Confiança nos movimentos sociais e Confiança nas instituições de controle).

Cada um dos fatores foi utilizado como variável dependente em três regressões diferentes. O resultado da análise fatorial da Escala de indicadores de concordância com o uso da violência não foi utilizado nas regressões, pois um dos itens da escala não apresentou carga com valor absoluto igual ou superior a 0,3. O somatório da lista de Atitudes frente aos Direitos Humanos gerou uma nova variável que foi utilizada como variável dependente em uma das regressões. Realizaram-se cinco regressões lineares múltiplas.

Na primeira regressão, a Aprovação do trabalho da CNV foi predita positivamente pela Igualdade de direitos e oportunidades e negativamente pela Orientação política. Ou seja, a Aprovação do trabalho da CNV associou-se à crença na Igualdade e à orientação política de esquerda.

Na segunda regressão, a Confiança governamental foi predita negativamente pela concordância com a Punição física às autoridades corruptas, como forma de protesto. Ou seja, a Confiança governamental associou-se à discordância com a aplicação de castigos físicos aos corruptos.

Na terceira regressão, a Confiança nos movimentos sociais foi predita negativamente pela Orientação política e positivamente pela Igualdade de direitos e oportunidades. Ou seja, a Confiança nos movimentos sociais associou-se à orientação política de esquerda e à crença na Igualdade.

Na quarta regressão, a Confiança nas instituições de controle foi predita positivamente pela Orientação política e negativamente pela identificação como Vítima da DM, pela concordância com a Punição física às autoridades corruptas e pela concordância com a ideia dos Pós-convencionalistas poderem ser bons cidadãos. Ou seja, a Confiança nas instituições de controle associou-se à orientação política de direita, a não identificação como vítima da DM, à discordância com a aplicação de castigos físicos aos corruptos e à discordância com a ideia dos Pós-convencionalistas poderem ser bons cidadãos.

Na quinta regressão, a variável Atitudes frente aos Direitos Humanos foi predita negativamente pela concordância com a Punição física a quem é pego roubando e pela concordância com a Dominação grupal na sociedade e positivamente pela Igualdade de direitos e oportunidades e pela concordância com a ideia dos Pós-convencionalistas poderem ser bons cidadãos. Ou seja, a variável Atitudes frente aos Direitos Humanos associou-se à igualdade, à discordância com a aplicação de castigos físicos ao que são pegos roubando, à discordância com a dominação grupal e à concordância com a ideia dos Pós-convencionalistas poderem ser bons cidadãos.

Assim como Doise, Staerklé, Clémence e Savory (1998) e Camino et al.(2007), este estudo utilizou regressões para verificar ancoragens das representações sociais. Considerando que:

(a) Segundo Moscovici (1975/2007), a ancoragem permite aos indivíduos definirem qual conduta tomarem em relação a algo ou alguém e a representação consiste num sistema de classificação isento de neutralidade que possibilita aos indivíduos teorizar sobre a sociedade e a natureza humana;

(b) De acordo com Moscovici (1961/2012), a ancoragem possibilita que o objeto social esteja disponível para a sociedade, que pode posicioná-lo segundo uma escala de desejabilidade social, viabilizando a interpretação e, conseqüentemente, a produção de opiniões;

(c) Doise, Staerklé, Clémence e Savory (1998) verificaram que os posicionamentos individuais dos participantes estavam ancorados nas relações que eles tinham com as instituições e no posicionamento político;

(d) Clémence, Doise, De Rosa e Gonzalez (1995) constataram que a representação dos DH estava ancorada nas definições institucionais e nas convenções sociais, políticas, econômicas e morais;

(e) Camino et al.(2007) encontraram ancoragem dos DH em ideias força representadas pelas atitudes institucionais, simpatias ideológicas e pelo contexto social.

Pode-se afirmar que:

(a) o princípio da igualdade e a orientação política de esquerda ancoraram a Aprovação do trabalho da CNV;

(b) a discordância com o uso da violência com autoridades corruptas ancorou a Confiança governamental;

(c) a orientação política de esquerda e o princípio da igualdade ancoraram a Confiança nos movimentos sociais;

(d) a orientação política de direita, não ser vítima da DM, a discordância com o uso da violência com autoridades corruptas e a antipatia com os pós-convencionalistas ancoraram a Confiança nas instituições de controle;

(e) o princípio da igualdade, a discordância com o uso da violência com aqueles que são pegos roubando, a discordância com a dominação grupal, e a simpatia com os pós-convencionalistas ancoraram as Atitudes frente aos Direitos Humanos.

As ancoragens verificadas através das regressões referem-se a uma associação de ideias força que possibilita ao sujeito situar-se socialmente. O posicionamento diante da vida, simultaneamente, produz representações sociais e é produto delas. Nesse processo, as ideias força atuam como ancoragem das representações sociais de mundo.

7. Considerações Finais

A partir da discussão dos dados pode-se concluir que:

Pouquíssimos participantes se reconheceram como vítimas da Ditadura Militar. A maioria deles conhecia a CNV, porém tinha pouca informação sobre ela. Apesar da pouca informação, o trabalho da CNV foi aprovado pelos estudantes. Embora a CNV tenha sido avaliada como pouco útil para a criação de uma história comum, para que as graves violações dos DH não voltassem a ocorrer e para que os culpados fossem julgados, os participantes consideraram que a Comissão foi útil para que os familiares soubessem o que ocorreu aos seus entes queridos e avaliaram de forma positiva o seu trabalho. O pedido de desculpas oficial não foi avaliado como sincero. O compartilhamento social sobre a CNV e a DM foi baixo. Os participantes avaliaram que, de certa forma, é possível às vítimas perdoarem àqueles que lhes causaram sofrimento. O conhecimento de medidas transicionais foi muito pequeno. A predisposição para rever o passado foi positiva. Os estudantes concordaram com os princípios básicos de igualdade e tolerância. A discordância com o uso da violência prevaleceu. As atitudes frente aos DH foram positivas. A concordância com as ideias pós-convencionalistas prevaleceu.

A Orientação política é uma variável que apresenta grande força quando associada a outras variáveis psicossociais nas mais diversas análises, como constatado neste e em outros estudos (Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009; Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998; Arnosó-Martínez, Arnosó-Martínez & Pérez-Sales, 2012; Camino, Camino, Pereira & Paz, 2004; Cárdenas, Páez & Rimé, 2013; Arnosó et al., 2014c; Martínez et al., 2015). Esta variável foi selecionada como fundamental nas análises de correlação e nas regressões lineares múltiplas realizadas neste trabalho.

Em relação às correlações, pode-se concluir que:

(a) Reconhecer-se como vítima da DM relacionou-se com uma orientação política à esquerda, o conhecimento de outras vítimas e a avaliação positiva do trabalho da CNV.

(b) Quanto mais à direita o participante:

Menor a concordância com o princípio de igualdade; menor a predisposição para rever o passado; menor a atitude frente aos DH; maior a concordância com ideias convencionalistas e, conseqüentemente, menor a concordância com as ideias pós-convencionalistas; maior a concordância com o uso da violência; menor a defesa do aumento da igualdade social; menor a aprovação da CNV; menor o compartilhamento social sobre a DM e a CNV; maior a concordância com a possibilidade de as vítimas perdoarem os que lhes causaram sofrimento; menor a percepção de utilidade da CNV para a criação de uma história integradora.

Em relação às regressões, pode-se concluir que:

A Aprovação do trabalho da CNV e a Confiança nos movimentos sociais ancoraram no princípio da igualdade e na orientação política de esquerda; a Confiança governamental ancorou na discordância com o uso da violência com autoridades corruptas; a Confiança nas instituições de controle ancorou na orientação política de direita, no não reconhecimento enquanto vítima da DM, na discordância com o uso da violência com autoridades corruptas e na antipatia com os pós-convencionalistas; as Atitudes frente aos Direitos Humanos ancoraram no princípio da igualdade, na discordância com o uso da violência com aqueles que são pegos roubando, na discordância com a dominação grupal, e na simpatia com os pós-convencionalistas.

De modo geral, os resultados permitem-nos concluir que:

Os universitários que participaram deste estudo apresentaram uma representação social positiva da CNV, ancorada em ideias força como o princípio de igualdade e a orientação política de esquerda. Conjuntamente, a representação da CNV e a predisposição

positiva para a revisão do passado são coerentes com as atitudes positivas frente aos DH, ancoradas em ideias força como o princípio de igualdade, o pós-convencionalismo e a discordância com o uso da violência e com a dominação grupal.

A discussão dos resultados foi um processo difícil, em virtude da existência de pouquíssimos estudos empíricos no Brasil sobre a Comissão Nacional da Verdade, bem como da baixa produção, na área da psicologia, relacionada à Ditadura Militar e às Comissões da Verdade. Esta dissertação consiste num trabalho inédito, no Brasil, na área dos Direitos Humanos e da Justiça transicional, tanto pelos objetivos pretendidos quanto pelo instrumento utilizado e pelas diversas análises desenvolvidas. De forma mais ampla, este trabalho integra a pesquisa sobre países latinoamericanos que instalaram CVs, coordenada pelo Prof. Dr. Dario Páez Rovira (Universidade do País Vasco, Espanha), simbolizando a inserção do Brasil numa pesquisa de relevância social internacional.

Para estudos futuros, recomenda-se: o aprimoramento do instrumento utilizado, com o objetivo de enriquecê-lo e melhorar o seu direcionamento; a utilização de uma amostra intergeracional, que contemple pessoas que viveram o período ditatorial e a transição democrática; utilização de outros instrumentos, inclusive qualitativos, que permitam análises mais complexas do fenômeno em estudo.

Referências

- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Arnosso, M., Cárdenas, M., Muratori, M., Zubieta, E., Páez, D., & Bombelli, J. (2014). Argentina: diferencias intergeneracionales ante las medidas de Justicia Transicional. *Revista Latinoamericana de Derechos Humanos*, 25(2), 151–167.
- Arnosso, M., Cárdenas, M., & Páez, D. (2012). Diferencias intergeneracionales en la mirada hacia el pasado represivo chileno. *Psicología Política*, 45, 7–26.
- Arnosso, M. M., Cárdenas, M. C., Páez, D. R., & Martín, C. B. (2014). Paraguay: de las violaciones a los Derechos Humanos a la Justicia Transicional. *Salud & Sociedad*, 5(1), 98–114.
- Arnosso, M., Muratori, M., Páez, D., Zubieta, E., & Cárdenas, M. (2014). La Comisión de Verdad y Justicia : percepción de eficacia en Paraguay. *Revista Int. Investig. Ciências Sociais*, 10(2), 154–168.
- Arnosso-Martínez, M., Arnoso-Martínez, A., & Pérez-Sales, P. (2012). Representaciones sociales del pasado: la dictadura militar argentina en la memoria colectiva. *Revista de Psicología Social*, 27(3), 259–272.
- BRASIL. (2011). Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: DOU de 18.11.2011 - Edição extra.
- BRASIL. (2014a). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV.
- BRASIL. (2014b). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos políticos* (Vol. 3). Brasília.
- BRASIL. (2014c). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Texto Temáticos. Relatório Da Comissão Nacional Da Verdade* (Vol. 2). Brasília: CNV.
- Brito, A. B. (2009). Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. In M. da Justiça (Ed.), *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (1st ed., pp. 56–83). Brasília: Ministério da Justiça.
- Camino, C. (2002). *O pensamento moral e a valorização da vida em sociedade*. Universidade Federal da Paraíba.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C., & Paz, M. (2004). Moral, direitos humanos e participação social. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 25–34.
- Camino, C., Galvão, L., Quirino, G., Moraes, R., Roazzi, A., & Martin, W. L. B. (2007). Direitos humanos, atitude institucional e simpatia ideológica em universitários brasileiros. *Estudos de Psicologia*, 12(3), 199–211.
- Cárdenas, M., Páez, D., & Rimé, B. (2013). El impacto psicosocial de los procesos transicionales en Chile: evaluación de los efectos de las Comisiones Nacional de “Verdad y Reconciliación” y “prisión política y tortura.” *Revista de Psicología Social*, 28(2), 145–156.
- Clémence, A., Doise, W., de Rosa, A. S., & Gonzales, L. (1995). La représentation sociale des droits de l’homme: une recherche internationale sur l’étendue et les limites de l’universalité. *Journal International de Psychologie*, 30, 181–212.
- Delfino, E. L. C. (2014). *Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura*

- Militar e da Comissão da Verdade*. Universidade Federal da Paraíba (Dissertação de mestrado).
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les Représentations Sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 189–195.
- Doise, W. (2002a). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 18(1), 27–35. doi:10.1590/S0102-37722002000100004
- Doise, W. (2002b). *Direitos do Homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales et Analyses de données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A., & Savory, F. (1998). Human rights and Genevan youth: a developmental study of social representations. *Swiss Journal of Psychology*, 57, 86–100.
- Farr, R. M. (1995). Representações Sociais: a teoria e sua história. In P. A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Eds.), *Textos em Representações sociais* (2. ed., pp. 31–62). Petrópolis: Vozes.
- Justiça, M. da. (2009). *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (Vol. jan. / jun). Brasília: Ministério da Justiça. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Kpanake, L., & Mullet, E. (2012). What can reasonably be expected from a truth Commission?: togolese views. *Conflict Resolution Quarterly*, 29(2).
- Lafer, C. (2012). Justiça, história, memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. In C. Fico, M. P. Araujo, & M. Grin (Eds.), *Violência na história: memória, trauma e reparação* (pp. 9–22). Rio de Janeiro: Ponteio.
- Machado, P. da C. (2013). Transições pactuadas e transições por ruptura: a manutenção do legado autoritário no Brasil e sua influência no processo de justiça transicional. *Aedos*, 5(13), 38–57.
- Martínez, M. A., Rovira, D. P., Cárdenas, M., Zubieta, E., Espinosa, A., & Bilbao, M. (2015). Representaciones sociales del pasado y rituales de justicia transicional en América Latina. *Cadernos de pesquisa*, 45(156), 276–298.
- Mezarobba, G. (2010). Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil. *Revista Internacional de Direitos Humanos SUR*, 1(1), 7–26.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (5. ed.). Petrópolis: Vozes. Originalmente publicado em 1975.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes. Originalmente publicado em 1961.
- Mullet, E., Kpanake, L., Pinto, M. da C., & Neto, F. F. M. (2012). As perspectivas das pessoas sobre as Comissões de Verdade e Reconciliação. *Ariús*, 18(1), 18–30.
- Mullet, E., Monteiro Neto, F., & Pinto, M. da C. (2008). What can reasonably be expected from a truth commission: a preliminary investigation of east timorese's views. *Peace and Conflict: A Peace Psychology Journal*, 14(4), 369–393.
- Neves, R. (2012). Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar Direitos Humanos e democracia. *Lua Nova*, 86, 155–185.
- Núcleo Memória. (2011). *A Comissão da Verdade no Brasil*. São Paulo: Núcleo de

Preservação da Memória Política.

- ONU. (2000). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC.
- ONU. (2012). Comissão da Verdade reúne países da América Latina e Caribe para troca de experiência. Retrieved December 15, 2013, from <http://www.onu.org.br/comissao-da-verdade-reune-paises-da-america-latina-e-caribe-para-troca-de-experiencia/>
- ONU, C. de S. da. (2009). O Estado de Direito e a Justiça de Transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. In M. da Justiça (Ed.), *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (1st ed., pp. 320–351). Brasília: Ministério da Justiça.
- PARAÍBA. (2014). *Relatório da Comissão Estadual da Verdade*. João Pessoa: Governo da Paraíba. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- Pinto, S. M. R. (2007). Justiça Transicional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro. *Contexto Internacional*, 29(2), 393–421.
- Pinto, S. R. (2010). Direito à memória e à verdade: Comissões de Verdade na América Latina. *Revista Debates*, 4(1), 128–143.
- Sá, C. P. De, Oliveira, D. C. De, Castro, R. V. De, Vetere, R., & Carvalho, R. V. C. De. (2009). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(2), 159–172. doi:10.1590/S0103-166X2009000200004
- Sandoval, C. (2014). Justiça de transição e mudança social. *Revista Internacional de Direitos Humanos SUR*, 1(1), 185–196.
- Zyl, P. Van. (2009). Promovendo a Justiça transicional em sociedades pós-conflito. In M. da Justiça (Ed.), *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (1st ed., pp. 32–55). Brasília: Ministério da Justiça.

Apêndice A

Caracterização das respostas às escalas

Tabela A

Frequências de itens sobre o grau de exposição à violência e sobre a CNV

	%				% Sem	
	Sim	<i>n</i>	% Não	<i>N</i>	resposta	<i>n</i>
<i>Grau de exposição à violência</i>						
Considera-se vítima da DM?	7,9	20	90,9	229	1,2	3
Conhece familiar ou amigo próximo vítima da DM?	17,5	44	81,3	205	1,2	3
<i>Conhecimento do trabalho realizado pela CNV</i>						
Tem conhecimento sobre o trabalho da CNV?	64,7	163	34,5	87	0,8	2
<i>Participação em audiências promovidas pela CNV</i>						
Deu testemunho à CNV?	0,4	1	99,2	250	0,4	1
Assistiu às audiências e reuniões públicas da CNV?	18,3	46	81,0	204	0,8	2

Tabela B

Estatísticas descritivas referentes a diversas escalas

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>
<i>Conhecimento do trabalho realizado pela CNV</i>			
Quanta informação tem sobre a CNV?	2,05	0,98	236
<i>Escala de Conhecimento e participação das atividades da CNV</i>			
Tem visto as audiências da CNV na televisão/internet ou informações nas notícias?	1,54	0,61	251
Tem escutado as audiências ou informações no rádio que se referem à CNV?	1,20	0,43	251
Tem lido sobre a CNV nos jornais, nas revistas ou em livros?	1,49	0,62	247
Leu os relatórios parciais da CNV (ou parte destes)?	1,12	0,34	249
Tem participado de rituais religiosos ou comemorações das vítimas?	1,07	0,34	251
Tem participado de atividades simbólicas de recordação das vítimas?	1,12	0,40	250
Tem participado de atividades de organizações dos DH?	1,22	0,52	250
Tem participado nas atividades de organizações de familiares de pessoas afetadas?	1,04	0,24	251
<i>Aprovação do trabalho da CNV</i>			
Aprova o trabalho da CNV?	3,14	0,58	215
<i>Escala de Percepção e avaliação do pedido de desculpas oficial</i>			
Você acredita que as declarações e desculpas oficiais foram sinceras?	1,88	0,63	238
Estas desculpas serviram para que a sociedade compreenda o sofrimento das vítimas?	1,79	0,71	240

Estas desculpas serviram para melhorar a relação entre os diferentes grupos em conflito?	1,76	0,63	239
<i>Escala de Compartilhamento social sobre o trabalho da CNV e sobre o período de violência</i>			
Você tem falado sobre a Comissão Nacional da Verdade com outras pessoas?	1,47	0,66	246
Você tem falado sobre a DM com outras pessoas depois da criação CNV?	1,75	0,82	246
Você tem falado acerca da CNV com outras pessoas no último mês?	1,45	1,04	248
Você tem sentido a necessidade de falar sobre o ocorrido durante a DM?	2,11	0,94	247
Existe algum aspecto da violência (DM) do qual nunca falou com ninguém?	1,63	0,85	246
Existe algum aspecto da violência (DM) do qual não queira jamais falar?	1,28	0,61	248
<i>Perdão social</i>			
As vítimas podem perdoar aqueles que lhes violentaram?	3,72	1,82	252
<i>Escala de Avaliação do trabalho da CNV</i>			
Avaliação do trabalho da CNV	2,98	0,58	230
A CNV está ajudando as famílias a saber o que ocorreu aos seus familiares?	2,72	0,75	238
A CNV está ajudando a criar, na sociedade brasileira, uma história integradora?	2,36	0,79	238
A CNV está ajudando para que os culpados pelas violações possam ser julgados?	2,55	0,79	237
A CNV está ajudando a garantir que as violações dos DH não voltem a acontecer?	2,53	0,80	238
<i>Escala de Predisposição para rever o passado</i>			
Deve-se aprender com os erros cometidos a fim de evitar que eles sejam repetidos	3,49	0,69	251
É melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado	1,54	0,84	251
<i>Escala de Princípios básicos de igualdade e tolerância</i>			
Igualdade	5,26	1,00	251
Tolerância	5,08	1,06	248
<i>Escala de Indicadores de concordância com o uso da violência</i>			
Às vezes é necessário usar a violência para alcançar a mudança na sociedade	1,72	0,73	249
Com o objetivo de protestar deve-se castigar fisicamente às autoridades corruptas?	1,79	0,73	249
Deve-se castigar fisicamente àqueles que são pegos roubando?	1,84	0,77	250
Deve-se aumentar a igualdade social?	6,11	1,29	251
Alguns grupos devem dominar outros na sociedade?	1,84	1,30	252
<i>Atitudes frente aos Direitos Humanos</i>			
Atitudes frente aos Direitos Humanos	8,16	1,09	252
<i>Orientação política</i>			
Qual é a sua Orientação política?	3,59	1,24	240

<i>Escala de Conhecimento de medidas transicionais</i>			
Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba (João Pessoa/PB)	1,45	0,69	243
Monumento Tortura Nunca Mais (Recife/PE)	1,32	0,65	244
Grupo Tortura Nunca Mais	1,39	0,67	244
Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo/SP)	1,30	0,63	243
<i>Escala de Grau de pós-convencionalismo</i>			
O Brasil necessita de livres pensadores pós-convencionalistas	5,31	1,53	244
Pós-convencionalistas podem ser bons cidadãos	5,14	1,76	244
O Brasil necessita de líderes fortes que erradiquem o extremismo e a imoralidade	4,58	1,81	243

Apêndice B

Instrumento: Questionário

Dados sociodemográficos

País: _____	Cidade onde mora: _____			
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino			
Idade: _____				
Profissão/Ocupação: _____				
Escolaridade: _____				
Área de atuação (curso): _____				
Quantos idiomas você fala fluentemente?: _____				
Quais?: _____				
Quão importante é a religião na sua vida?:				
<input type="checkbox"/> Nada importante	<input type="checkbox"/> Pouco importante	<input type="checkbox"/> Bastante importante	<input type="checkbox"/> Muito importante	
Qual é sua religião? (em caso de ter alguma): _____				
Existe algum grupo étnico, racial ou regional ao qual pertença e que seja importante para você?				
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Qual?: _____		
Se lhe dessem apenas uma alternativa para se descrever, diga qual dos seguintes termos usaria:				
<input type="checkbox"/> Branco	<input type="checkbox"/> Pardo	<input type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Amarelo (Asiático)	<input type="checkbox"/> Negro
Em média, quantas horas de televisão você vê ao dia? _____				
Em média, quantas horas de rádio você escuta ao dia? _____				
Em média, quantas horas ao dia você passa lendo jornal? _____				
Em média, quantas horas ao dia você passa navegando na internet? _____				

Por favor, leia com atenção cada pergunta e assinale a opção que melhor reflita sua opinião. Não há respostas boas ou más. Aqui o que nos interessa é sua opinião.

Você se considera uma vítima de violência, no período de 1964 e 1985, por parte do governo ou de seus agentes (polícia, forças armadas ou órgãos de segurança)?
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Em caso de ter respondido SIM, em qual dos aspectos que seguem?
<input type="checkbox"/> Exoneração <input type="checkbox"/> Prisão <input type="checkbox"/> Tortura ou maus-tratos <input type="checkbox"/> Exílio <input type="checkbox"/> Desaparecido ou executado
Outros: _____

Houve vítimas de violência, entre os anos de 1964 e 1985, por parte do governo ou seus agentes (polícia, forças armadas ou órgãos de segurança) entre seus familiares ou amigos próximos?
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Em caso de ter respondido SIM, em qual dos aspectos que seguem?

Exoneração Prisão Tortura ou maus-tratos Exílio Desaparecido ou executado
Outros: _____

Você tem conhecimento sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV)?

SIM NÃO

Quanta informação você diria que possui sobre a Comissão Nacional da Verdade?

Pouquíssima	Pouca	Moderada	Muita	Muitíssima
--------------------	--------------	-----------------	--------------	-------------------

Para continuar, gostaríamos de saber sobre sua participação na Comissão Nacional da Verdade e sua opinião sobre as principais atividades, ações e conclusões.

Deu testemunho na Comissão Nacional da Verdade?

SIM NÃO

Assistiu, pessoalmente ou por algum meio de comunicação, às audiências e reuniões públicas da Comissão Nacional da Verdade?

SIM NÃO

(Faça um círculo em frente a cada frase, no número correspondente à opção que lhe pareça que melhor representa sua opinião)	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
Tem visto as audiências da Comissão Nacional da Verdade na televisão/internet ou visto as informações nas notícias	1	2	3	4
Tem escutado as audiências ou informações no rádio que se referem à Comissão Nacional da Verdade	1	2	3	4
Tem lido sobre a Comissão Nacional da Verdade nos jornais, nas revistas ou em livros	1	2	3	4
Leu os relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade (ou parte destes)	1	2	3	4
Tem participado de rituais religiosos ou comemorações das vítimas (missas, funerais, velórios ou outras atividades religiosas)	1	2	3	4
Tem participado de atividades simbólicas de recordação das vítimas (concentrações, marchas, mobilizações não religiosas)	1	2	3	4
Tem participado de atividades de organizações dos Direitos Humanos	1	2	3	4
Tem participado nas atividades de organizações de familiares de pessoas afetadas	1	2	3	4

A respeito do que a Comissão Nacional da Verdade tem feito, você diria que:

Desaprova	Desaprova	Aprova	Aprova Fortemente
------------------	------------------	---------------	--------------------------

Fortemente 1	2	3	4
-----------------	---	---	---

Em março de 2014, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pediu desculpas pelos crimes e atos violentos cometidos no período da Ditadura Militar (1964-1985). Você acredita que as declarações e desculpas foram sinceras?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você acredita que estas desculpas serviram para ajudar a sociedade a compreender o sofrimento dos grupos afetados?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você acredita que estas desculpas serviram para melhorar a relação e promover a confiança entre os diferentes grupos em conflito?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você tem falado sobre a Comissão Nacional da Verdade com outras pessoas?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você tem falado acerca da época de violência (1964-1985) com outras pessoas depois da criação da Comissão Nacional da Verdade?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você tem falado acerca da Comissão Nacional da Verdade com outras pessoas no último mês?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Você tem sentido a necessidade de falar sobre os acontecimentos que ocorreram durante o período de violência (1964-1985)?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Existe algum aspecto da violência (1964-1985) do qual nunca falou com ninguém?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Existe algum aspecto da violência (1964-1985) do qual não queira jamais falar?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Quando pensa nos relatórios parciais da Comissão Nacional da Verdade você sente:

	Nada						Muito
Tristeza, dor	1	2	3	4	5	6	7
Culpa, arrependimento	1	2	3	4	5	6	7
Ira, irritação, incômodo, perturbação	1	2	3	4	5	6	7
Medo, ansiedade, estresse	1	2	3	4	5	6	7
Vergonha, humilhação, desonra	1	2	3	4	5	6	7
Esperança, otimismo, ânimo	1	2	3	4	5	6	7
Alegria, prazer, felicidade	1	2	3	4	5	6	7
Orgulho, confiança, segurança em si mesmo	1	2	3	4	5	6	7

Você acredita que as pessoas afetadas pela violência podem perdoar aos que lhes causaram dano (individual ou grupal)?

De nenhuma forma						Totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Se diz frequentemente que a Comissão Nacional da Verdade cumpre objetivos importantes. Na sua avaliação, a Comissão Nacional da Verdade está fazendo:

Um trabalho péssimo	Um trabalho ruim	Um trabalho bom	Um trabalho excelente
1	2	3	4

Você diria que a Comissão Nacional da Verdade está ajudando as famílias das vítimas a saber o que ocorreu aos seus entes queridos?

Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
1	2	3	4

Você acredita que a Comissão Nacional da Verdade está ajudando a criar, na sociedade brasileira, uma história que incorpora de forma harmoniosa os relatos dos diversos grupos envolvidos nas lutas do Regime Militar (1964-1985)?

Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
1	2	3	4

Você diria que a Comissão Nacional da Verdade está ajudando para que os culpados de atrocidades, de violações de Direitos Humanos, possam ser julgados?

Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
1	2	3	4

Você acredita que a Comissão Nacional da Verdade está ajudando a garantir que as violações dos Direitos Humanos não voltarão a acontecer no país?

Nada 1	Pouco 2	Muito 3	Muitíssimo 4
-----------	------------	------------	-----------------

Pode-se contar a história do Brasil de muitas maneiras diferentes. Interessa-nos sua opinião sobre as seguintes declarações sobre o passado do Brasil. Por favor, indique em que medida você considera as seguintes declarações verdadeiras:

Quando se trata do passado do país, devemos aprender com os erros cometidos a fim de evitar cometer os mesmos erros novamente

Totalmente falsa 1	Provavelmente é falsa 2	Provavelmente é verdadeira 3	Totalmente verdadeira 4
-----------------------	----------------------------	---------------------------------	----------------------------

É melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado

Totalmente falsa 1	Provavelmente é falsa 2	Provavelmente é verdadeira 3	Totalmente verdadeira 4
-----------------------	----------------------------	---------------------------------	----------------------------

Em que medida você acredita que as seguintes situações são verdadeiras hoje em dia no Brasil? Por favor, assinale com um círculo a resposta que melhor corresponder:

A maioria das pessoas sente confiança de que há e haverá suficiente comida, água, medicamentos e habitação para eles e suas famílias, tanto no presente como no futuro?

Não 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Completamente 7
----------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------

Você acredita que as pessoas se sentem inseguras devido ao grau de violência existente não permite que as pessoas vivam em paz?

Não 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Completamente 7
----------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------

As pessoas sentem que os diferentes grupos políticos têm suficiente confiança entre eles para trabalhar conjuntamente em favor do bem-estar do país?

Não 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Completamente 7
----------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------

As pessoas sentem medo de reunir-se publicamente para falar, organizar-se ou para protestar pacificamente?

Não 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Completamente 7
----------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------

As pessoas sentem esperança pois as coisas no Brasil estão melhorando?

Não 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Completamente 7
----------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Os diversos grupos políticos, étnicos e religiosos do Brasil sentem confiança entre si?

Não	Muito pouco	Pouco	Mais ou menos	Suficiente	Muito	Completamente
1	2	3	4	5	6	7

As pessoas têm medo de dizer o que realmente pensam pois “falar em voz alta” é perigoso?

Não	Muito pouco	Pouco	Mais ou menos	Suficiente	Muito	Completamente
1	2	3	4	5	6	7

A desesperança neste país é tanta que muita gente quer ir embora?

Não	Muito pouco	Pouco	Mais ou menos	Suficiente	Muito	Completamente
1	2	3	4	5	6	7

O ambiente ou clima social do país é de:

	Nada	Pouco	Regular	Muito	Muitíssimo
Solidariedade, ajuda mútua	1	2	3	4	5
Confiança nas instituições	1	2	3	4	5
Raiva, hostilidade, agressividade entre as pessoas	1	2	3	4	5
Tristeza, passividade, baixo estado de ânimo	1	2	3	4	5

Para continuar, apresentamos-lhe uma série de instituições. Diga-nos, por favor, seu grau de confiança em cada uma delas.

	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Moderada confiança	Muita confiança
Polícia	1	2	3	4
Partidos Políticos	1	2	3	4
Governos regionais (Estado)	1	2	3	4
Governos locais (Município)	1	2	3	4
Poder Executivo (Presidente, Ministros)	1	2	3	4
Poder Legislativo (Congresso da República)	1	2	3	4
Poder Judiciário (Juizes)	1	2	3	4
Forças Armadas	1	2	3	4
Igreja	1	2	3	4
Organizações Não-Governamentais (ONGs)	1	2	3	4

Grêmios, Movimentos Estudantis e Sindicatos	1	2	3	4
Organizações de Base (Movimentos Sociais) e Associações de Moradores	1	2	3	4

Em seguida, descrevemos brevemente algumas pessoas. Por favor, leia cada descrição e pense até que ponto cada uma das pessoas descritas parece ou não se parece com você. Ponha um "X" na casa da direita que mostra quanto se parece com você a pessoa descrita.

	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece algo comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
Pensa que é importante que todos os indivíduos do mundo sejam tratados com igualdade. Acredita que todos deveriam ter as mesmas oportunidades na vida.	6	5	4	3	2	1
Parece-lhe importante escutar as pessoas que são distintas de você. Inclusive quando está em desacordo com elas, ainda deseja entendê-las.	6	5	4	3	2	1

Às vezes é necessário usar a violência para alcançar a mudança na sociedade

Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Totalmente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

Quão justificado é, com o objetivo de protestar e fazer reclamações, que se aplique castigos físicos às autoridades corruptas?

Muito injustificado 1	Injustificado 2	Justificado 3	Muito justificado 4
--------------------------	--------------------	------------------	------------------------

Quão justificado é que se castigue fisicamente aos delinquentes que são pegos roubando?

Muito injustificado 1	Injustificado 2	Justificado 3	Muito justificado 4
--------------------------	--------------------	------------------	------------------------

Deve-se aumentar a igualdade social:

Discordo Totalmente 1	Muito pouco 2	Pouco 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Muito 6	Concordo Totalmente 7
--------------------------	------------------	------------	--------------------	-----------------	------------	--------------------------

Alguns grupos devem dominar outros na sociedade:

Discordo	Muito	Pouco	Mais ou	Suficiente	Muito	Concordo
----------	-------	-------	---------	------------	-------	----------

Totalmente	pouco		menos			Totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Você concorda que as atividades seguintes são úteis para melhorar a situação do Brasil? Marque um (X) na opinião que considerar apropriada.		
	SIM	NÃO
Prevenção da violência coletiva		
A defesa dos direitos humanos		
Reparação às vítimas da Ditadura Militar		
Fim da impunidade (punições), julgamentos		
Diminuição das desigualdes		
Aumentadas oportunidades sociais		
Educação em Direitos Humanos		
Cerimônias em memória de todas as vítimas		
Difusão de informação sobre o que se passou		

Em assuntos políticos as pessoas falam frequentemente de esquerda e direita. Onde se situariam suas ideias na seguinte escala, independentemente de você se interessar ou não pela política?						
Extrema Esquerda						Extrema Direita
1	2	3	4	5	6	7

O que você acredita que é necessário para melhorar a situação do Brasil?
.....
.....
.....
.....
.....

Você acredita que é necessário recordar daqueles que sofreram? Porque é necessário ou não fazê-lo?
.....
.....

.....

.....

.....

Você conhece ou já ouviu falar das seguintes instituições?				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba (João Pessoa/PB)	1	2	3	4
Monumento Tortura Nunca Mais (Recife/PE)	1	2	3	4
Grupo Tortura Nunca Mais	1	2	3	4
Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo/SP)	1	2	3	4

Em seguida você encontrará uma série de afirmações. Por favor, leia atentamente cada enunciado e indique seu acordo ou desacordo com cada um deles.

	Discordo Muito	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Muito
Prefiro uma vida agradável, pacífica, sem grandes dificuldades.	1	2	3	4	5
As relações pessoais e sociais que mantenho atualmente me dão satisfação.	1	2	3	4	5
Creio em um ideal religioso ou político e atuo para torná-lo realidade.	1	2	3	4	5
Faço minha vida parecer mais plena de conteúdo do que ela realmente é.	1	2	3	4	5

Nosso país necessita de livres pensadores, que tenham coragem para confrontar os convencionalismos, inclusive se isto perturbar muitas pessoas:

Discordo Totalmente	Pouco	Algo	Mais ou menos	Suficiente	Bastante	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Muitas pessoas desafiam o governo, criticam a Igreja e ignoram as formas convencionais de vida, sem que por isso deixem de ser bons cidadãos:

Discordo Totalmente	Pouco	Algo	Mais ou menos	Suficiente	Bastante	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Nosso país necessita de líderes fortes que possam erradicar o extremismo e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual:

Dicordo Totalmente 1	Pouco 2	Algo 3	Mais ou menos 4	Suficiente 5	Bastante 6	Concordo Totalmente 7
----------------------------	------------	-----------	-----------------------	-----------------	---------------	-----------------------------

Muito obrigada pela sua participação!

Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a),

Esta é uma pesquisa que a Universidad del País Vasco – UPV – Espanha – está realizando em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB – na cidade de João Pessoa. Intitulada “Representações Sociais de Universitários sobre a Comissão Nacional da Verdade”, esta pesquisa é parte de um projeto de caráter internacional e está sendo conduzida no Brasil por Rosiane Alves de Albuquerque, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, sob a orientação da Profa. Dra Cleonice Pereira dos Santos Camino.

O objetivo deste estudo consiste em investigar o impacto da Comissão Nacional da Verdade na formação de representações sociais dos participantes sobre o período de violência política analisado.

Neste termo, pedimos o seu consentimento para participar nesta investigação, bem como para usar com fins científicos os resultados obtidos. As pessoas que aceitarem terão que preencher um questionário, no qual constam diversas perguntas referentes a diferentes variáveis sociais, econômicas e relacionais. A colaboração nesta pesquisa não demorará mais que 45 minutos. Sua participação será **ANÔNIMA**. Dessa forma, seu nome não aparecerá de nenhum modo nos questionários, nem nas publicações que esta pesquisa produzirá. Os questionários terão um código desde o início que substituirá seus nomes. Logo, os dados produzidos pelos questionários serão transplantados para uma base de dados. Esta base de dados será usada para realizar diversas análises que permitam responder as perguntas formuladas no projeto. Com as análises realizadas, se escreverão relatórios de pesquisa e artigos científicos que serão publicados em revistas especializadas. Garantimos ao(à) senhor(a) a **ABSOLUTA CONFIDENCIALIDADE** da informação. O(A) senhor(a) poderá, também, deixar de responder em qualquer momento este questionário, se assim desejar, sem que por isso receba punição de nenhum tipo. Mesmo assim, se o(a) senhor(a) considerar pertinente, pode recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP-HULW) da UFPB para resguardar seus direitos, caso o(a) senhor(a) considerar que estes foram violados em algum sentido.

Por último, se o(a) senhor(a) aceitar participar, por favor, preencha este termo de consentimento, assine-o e devolva uma cópia à pessoa que lhe solicitou esta autorização.

Os pesquisadores responsáveis ficarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e dou o meu consentimento para participar da mesma.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contatar a pesquisadora responsável **Rosiane Alves de Albuquerque** (rosialves.rr@gmail.com; 88 – 9665-1624) ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Assinatura do Pesquisador Responsável